

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ATA Nº 053

PRESIDENTE - DEPUTADO GUILHERME MALUF

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Declaro aberta esta Audiência Pública. Gostaria de informar que outro auditório está sendo transmitido simultaneamente.

Convido já se encontra na Mesa Deputado Oscar Bezerra; Deputado Carlos Avalone; Deputado Sebastião Rezende; Deputado Dilmar Dal Bosco; Deputado Saturnino Masson; Deputado Eduardo Botelho; Deputado Zé Domingos Fraga. Convido o Secretário da Casa Civil Paulo Taques para compor a Mesa; Secretário de Fazenda Seneri Paludo, Gustavo Oliveira, Secretário de Planejamento do Estado; Secretário Ricardo Tonsic, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado; Secretário Paulo Taques, Secretário da Casa Civil; Carlos Montenegro, Presidente da Comissão Tributária da OAB; Paulo Gasparoto, Presidente da Federação das Câmaras Dirigentes Logísticas; Hermes Martins, Presidente da FECOMERCIO; Jonas Alves de Souza, Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Mato Grosso - FACMAT; João Carlos Baldasso, Vice-Presidente da FIEMT; Luiz Fernando Caldarte, Secretário Parlamentar neste ato representando o Senador da República Cidinho Santos ...s/lcb...

1129au002.lcb

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) -...Luiz Fernando Caldarte, Secretário Parlamentar, neste ato representando o Senador da República Cidinho dos Santos.

Não vou registrar a presença de todas as autoridades, são dezenas para fazer uma referência a existência de todas as autoridades, depois quem quiser se pronunciar terá o espaço para fazer sua fala. Nós temos inscritos aqui para fazer o uso da fala, Dr. Hermes Martins, Presidente da FECOMERCIO; Paulo Gasparotto; Jonas Alves de Souza, da FACMAT; Depois os segmentos OAB; Auto Peças João Rosa; Veículo Manoel Guedes; Farmácia Milton Teixeira; Micro Empresa Júnior Vidotti; Material de Construção José Venceslau Júnior; Informática Nagib Cadre; Supermercado Alessandro Morbec; Combustível Aldo Locateli; Atacadistas Sérgio.

Só que antes de fazer o uso da fala, vamos ouvir a explanação pelos técnicos. Então, Secretário Paulo Brustolin será o primeiro palestrante, depois em seguida teremos a palestra da FGV e aí nós entraremos com a ordem dessa fala.

Vamos dar início a nossa Audiência Pública, invocando a proteção em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública requerida pelos Deputados Oscar Bezerra, Dilmar Dal Bosco, Janaína Riva, Zé Domingos Fraga, Sebastião Rezende, Guilherme

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Maluf, com o objetivo de estudar, debater e sugerir ações referentes ao Projeto de Reforma tributária do Estado de Mato Grosso.

Composta a Mesa de Honra...

(O SR. TOCO PALMAS DIALOGA COM O SENHOR PRESIDENTE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) -O senhor está correto, mas eu não acredito que essa será a única Audiência Pública, Toco.

O SR. MANOEL ANTÔNIO GARCIA - TOCO PALMA (FALA FORA DO MICROFONE) - Eu só estou querendo tirar uma dúvida, porque a minuta teria que estar publicada no *Diário Oficial* do Estado com todos os termos do que será discutido...s/asg

1129au03.asg

O SR. MANOEL ANTÔNIO GARCIA - TOCO PALMA (FALA FORA DO MICROFONE) -...com todos os termos que será discutido... A Audiência é pública. Nós estamos discutindo a reforma tributária...

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Com isso, o senhor está querendo dizer o quê? O senhor está solicitando que se encerre a Audiência Pública?

O SR. MANOEL ANTÔNIO GARCIA PALMA - TOCO PALMA (FALA FORA DO MICROFONE) - Que se conclame uma reunião e que seja convocada uma Audiência Pública conforme o Princípio da Publicidade.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Em respeito a todos que estão aqui eu não vou suspender a Audiência Pública.

Eu comecei esta Audiência Pública dizendo da possibilidade de se fazer uma nova Audiência Pública. Nós não temos o texto fechado do Projeto de Lei, até porque isso vai ser melhorado pelos Deputados, deve haver emendas dos Deputados. Nós não vamos nos furtar em fazer futuras discussões.

Está registrada a sua colocação, Dr. Toco, e, inclusive, quero registrar que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia Legislativa.

Composta a mesa de honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantar o Hino Nacional.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra o Sr. Paulo Cesar Zamar Taques, Secretário-Chefe da Casa Civil...s/DMM

1129AU04.dmm

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) -...Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra, o Secretário-Chefe da Casa Civil, Paulo Cesar Zamar Taques.

Lembrando novamente que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela *TV Assembleia* para todos os Municípios do Estado de Mato Grosso.

O SR. PAULO CESAR ZAMAR TAQUES - Bom dia a todos!

Cumprimento o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Guilherme Maluf, os Srs. Deputados e a Sr^a Deputada aqui Presentes, os representantes dos mais diversos segmentos que compõem a cadeia produtiva, o comércio e a indústria do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Sr. Presidente, eu quero pedir licença a Vossa Excelência e autorização, se nós pudéssemos, antes de começar esta Audiência Pública, fazer um minuto de silêncio pela tragédia que ocorreu com o time do Chapecó... (PALAMAS).

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Solicito a todos que fiquemos em pé para um minuto de silêncio (PAUSA).

O SR. PAULO CESAR ZAMAR TAQUES - Sr. Presidente, para nós, para mim, para o Secretário de Estado de Fazenda, Seneri Paludo; para o Secretário de Estado de Planejamento; para o Secretário de Indústria e Comércio, Ricardo Tomczyk; daqui eu estou vendo o Secretário Eduardo Moura...

...S/CAC

1129au05.cac

O SR. PAULO CESAR ZAMAR TAQUES - ... eu estou vendo o Secretário Eduardo Moura; estou vendo outros membros do nosso Governo; estou vendo o nosso colega e ex-Secretário de Fazenda Paulo Brustolin, onde eu o cumprimento.

A nossa intenção e do Governo antes de mais nada é dialogar. Nós fizemos questão de vir aqui antes de enviar o Projeto de Lei exatamente para que possamos deixá-lo aberto para esta reunião. O nosso Governo fez na Secretaria de Fazenda com o Secretário Seneri Paludo e com a participação efetiva dos Deputados Dilmar Dal Bosco, Oscar Bezerra e ex-Deputado Carlos Avalone, dentre outros mais de vinte reuniões com os segmentos.

A reforma tributária do Estado de Mato Grosso é um momento histórico para todos nós e ela não pode acontecer sem que todos, efetivamente todos, possam ser ouvidos, porque é uma reforma tributária que ocorre também na pior crise da história da República, segundo o Ministro Henrique de Campos Meirelles. E dessas mais de vinte reuniões foram colhidas sugestões valiosíssimas Sr. Manoel Guedes, valiosíssimas para o aprimoramento do Projeto de Lei. E é por isso que estamos aqui, os Secretários, os professores da Fundação Getúlio Vargas, que eu saúdo em nome do Professor Eurico, que está ali, estão todos aqui. A palavra de ordem neste e outros temas é dialogar, ouvir, debater e desse debater tirarmos o que é de melhor para que todos nós possamos seguir com segurança jurídica e com tranquilidade.

Ontem, todos já devem saber que o Governador Pedro Taques revogou o Decreto nº 380. Um Decreto que foi promulgado no final do ano de 2015, e que logo depois a pedido dos próprios segmentos e dos Deputados o seu efeito foi prorrogado por duas vezes pelo Governador Pedro Taques. Em termos práticos e legais e aqui estão vários advogados...

s/tmr

1129au06.tmr

O SR. PAULO CESAR ZAMAR TAQUES - ... em termos práticos e legais, e aqui estão vários advogados, e eu os saúdo, porque advogado sou também.

A efetividade jurídica legal do Decreto nº 380 nunca houve, nunca ocorreu. E, ontem, nós fizemos mais uma reunião com os Deputados da nossa Base, fizemos três horas de conversa, das 18h até às 21h30min, e, naquele mesmo instante, também atendendo o pedido dos Deputados. O Governador ali mesmo assinou, eu e o Secretário Seneri Paludo assinamos a revogação do definitiva do Decreto nº 380. Então, ele está revogado, esta pauta está superada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Uma outra pauta que os Srs. Deputados levaram até nós, ontem, foi sobre as empresas que estão ou que optaram pelo Regime Simples.

Eu ouvi do Deputado Oscar Bezerra e de outros o temor no Estado inteiro porque o nosso Governo iria aumentar os impostos daqueles que optaram pelo Simples em mais de 200%.

Sem rodeios, e, objetivamente, eu digo que quem disse isso mentiu, quem disse agiu de má fé, quem disse isso está aproveitando de um momento delicado pelo qual passamos todos, que é a crise, o momento de adequações para lançar mentiras. E hoje a proliferação das notícias todos sabemos é grande pelo mecanismo da internet que todos temos acesso. Então, repito, o Secretário Seneri Paludo vai dar os detalhes aqui, isso não é verdade. O Simples hoje contempla cerca de 74% das empresas de Mato Grosso. O que nós fizemos foi melhorar esse sistema de tributação. E o Secretário Seneri Paludo vai dar os detalhes.

Daqui a pouco vai ser colocado aqui - e eu sei que tem uma outra sala lotada também vendendo, eu não sei se está pronto aquele *slide* que eu pedi. Está pronto. Coloca aqui para mim.

Esses são os telefones celulares meu, do Secretário de Fazenda, do Secretário de Planejamento, do Secretário de Desenvolvimento. Vão ficar aqui por alguns minutos para que todos que quiserem possam .../nns

1129au07.nns

O SR. PAULO TAQUES - ... ficar por alguns minutos para que todos que quiserem possam anotar esses números.

Todas as vezes em que qualquer um das Sr^{as} e dos Srs. tiverem alguma dúvida, sobre alguma informação da Reforma tributária ou de alguma outra informação do Governo, liguem para um desses quatro, se quiser pode ligar até para os quatro. Liguem.

Está faltando o do Seneri aqui. Qual que é Seneri? 99435900, isso.

Todas as vezes em o “zap zap” soltar notícia que vocês tenham dúvidas, peguem o telefone e ligam para qualquer um desses quatro Secretários, eu e os outros três. Estaremos aptos para sanar as dúvidas, acabar com a fofoca e exterminar a insegurança. Por favor anotem esses telefones. E doravante, todas as vezes que precisarem, nos liguem.

Encerro, Presidente, passo a palavra ao Secretário Seneri, sei que tem muitos inscritos e o debate aqui hoje é para isso, nós Secretários, os professores da Fundação Getúlio Vargas, os membros do Governo que estamos aqui não temos outra agenda hoje. Nossa agenda é aqui, dure o tempo que durar, leve o tempo que levar.

Estamos aqui para ouvir, tirar dúvidas e saber exatamente o que cada uma das Sr^{as}. e dos Srs. pensam sobre a Reforma porque temos pressa, não é o Governo que tem pressa, é o Estado de Mato Grosso que tem pressa e quero antes de encerrar, Sr. Presidente, narrar dois fatos que ocorreram nos últimos quinze dias e que me impressionaram profundamente.

O primeiro foi quando os servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro invadiram a Assembleia Legislativa acusaram os Deputados na sala de atendimento médico por conta das Reformas que aquele Governo estava fazendo e os Deputados foram acusados e os servidores públicos que estavam lá, colocaram revólveres em sua frente, nos seus rostos e disseram o seguinte:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

“Se essas Reformas passarem os Srs. não vão ver o Réveillon.” Isto me impressionou, Presidente, porque quando se ameaça um Deputado, se ameaça um sistema democrático.

E o segundo fato, foi que ocorreu logo depois desse...

S/ rof

1129au08.rof

O SR. PAULO TAQUES - ...foi que ocorreu logo depois desse quando o professor Raul Veloso esteve em Cuiabá para um evento e todos sabemos dispensa a apresentações que o professor Raul Veloso é uma das maiores autoridades brasileiras em finanças públicas. Ele estava em Cuiabá e eu participei da abertura do evento com ele e ele me pediu que queria falar com o Governador e nós fomos até o Palácio e conversamos por uma hora, eu, o Governador, ele e o Secretário Gustavo e eu perguntei ainda sob o efeito sob aquele episódio do Rio de Janeiro que tinha ocorrido há dois dias. Professor Raul Veloso, nós somos o Rio de Janeiro amanhã, eu acho disse a ele, se não tomarmos as medidas que temos que tomar em Mato Grosso, Mato Grosso será o Rio de Janeiro daqui um ano, com este caos que lá está. O que o senhor acha disso? Ele me respondeu o seguinte: sua avaliação está correta, só esta errada em um ponto, não é um ano, são seis meses.

Então eu terminei dizendo a cada um dos senhores e das senhoras e dos Deputados aqui presentes, que Mato Grosso passa por um momento absolutamente especial. Não o governo do Estado de Mato Grosso, mas o Estado de Mato Grosso.

Nós temos que ter coragem para fazer alguns enfrentamentos, nós do Governo vamos fazer os enfrentamentos e contamos, contamos com o entendimento de todos, com o ombreamento de todos, para que todos nós possamos fazer com que Mato Grosso ultrapasse e este momento de crise que eu tenho certeza que irá ultrapassar.

Daqui para frente fica os técnicos a disposição, ficaremos aqui o dia todo e sempre a disposição. Um bom dia de trabalho a todos nós. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Convido Secretário de Fazenda Sr. Seneri para fazer sua exposição. Em seguida teremos os palestrantes da Fundação Getúlio Vargas, iniciaremos a lista dos que se encontram inscritos na Mesa.

O SR. SENNERI PALUDO - Primeiro Presidente, Deputados, Deputada, bom dia a todos. Bom dia para todo mundo. Opa! Agora está animado, parece que está todo mundo tenso, né cara?

Primeiro para aqueles que não conheço ainda, não conheço talvez a grande maioria, meu nome é Seneri Paludo, meu primeiro nome é Seneri, costumo dizer que com um primeiro nome desse de Seneri, não precisava nem de sobrenome. Estou em Mato Grosso já a 12 anos e nos últimos seis meses assumi a Secretaria de Fazenda ...S/drm

1129au09.drm

O SR. SENNERI PALUDO-...nos últimos seis meses assumi a Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso com a saída do grande Paulo Brustolin, eu era Secretário de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Desenvolvimento Econômico e sai da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e nos últimos seis meses estou lá na Secretaria de Fazenda. Uma das grande contas, talvez uns dos grande objetivos que o Governador Pedro Taques sempre falou durante a sua campanha e durante os primeiros um ano, um ano e meio de governo, era que nós tínhamos que resolver o problema do CIPOAL que é o sistema tributário do Estado de Mato Grosso, o sistema do Estado de Mato Grosso, nós que conversamos, eu não me julgo uns dos maiores entendidos tem aqui o professor Eurico Dessante, Vanessa Cabreira, pessoas que talvez entendam do sistema tributário brasileiro, nacional e o Isaias internacional, nós começamos discutir as primeiras vezes atual legislação do Estado, até os professores que tem quarenta anos, cinquenta anos de casa demoraram para conseguir entender o que está escrito na nossa atual legislação.

E nós partimos de umas das primícias, tínhamos dois caminhos, caminho numero um era simplesmente fazer o seguinte, vamos sentar e fazer um remendo, mais um puxadinho na atual reforma tributária, na atual legislação do Estado de Mato Grosso, ou vamos fazer ou seguinte, vamos esquecer atual legislação que nós temos aí, e começar uma legislação do zero, uma legislação moderna, uma legislação que traga ambiente de negócios, uma legislação que traga justiça tributária, uma legislação...eu vou mostrar as contas depois, as vezes contra fatos e dados não há argumentos, mas vou mostrar os cálculos hoje, inclusive partindo do principio de não ter carga tributária, esse era uma das bases, uns dos princípios que nós gostaríamos de fazer.

E aí partimos para construção dessa nova legislação, confesso para os senhores que foram seis meses intenso, seis meses recentes, já tinha começado com a equipe do Paulo Brustolin lá dentro, mas foram seis meses discutindo, rediscutindo. E peço aqui Deputado Guilherme Maluf Presidente, desculpa por o Estado realmente ainda não caminhou a minuta para todo mundo, porque estamos nesse processo de ajuste fino, mas hoje por volta das quatro horas da amanhã nós terminamos a ultima versão da minuta, que nós entendemos que ainda precisa de avanços, precisam de debates, precisam de discussão, temos que apresentar, temos que debater, tem que olhar o que é fato natural, uma mudança como essa tão importante para o Estado precisa ser feito, realmente ela precisa de debates, ela precisar olhar, precisa de alguns pontos.

Mas tem algumas primícias que eu acho que gostaria de contribuir e compartilhar com todos vocês aqui hoje.

Primeiro no sistema tributário que temos no Estado de Mato Grosso é o carga media simplificada que foi construído lá no ano de 2003 e a ultima evolução que teve ele foi no ano de 2011, ele tem por comercio...s/lcb...

1129au10.lcb

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO -...Foi no ano de 2011. Ele tem para o comércio o setor de carga média com estimativa.Nós temos na indústria a apuração mensal com destinação, com mais ST, com mais carga média, depende de quem está em cada um. Nós temos para o agro deferimento com isenção e imunidade. Nós temos muitos e muitos e muitos incentivos que são por leis, que são por decretos, que são por portaria e até alguns incentivos que eu descobri há algum longo tempo que não está nem em decreto, não está em portaria, mas está acontecendo na prática, até umas coisas assim de aberração que foram incentivos dados por ofício.

O grande ponto também que é um outro problema, no Brasil inteiro quem fala e assim a receita federal, quem fala qual o imposto devido é o contribuinte. Eu vou lá, apuro e informo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

para a receita, falo assim: Olha, eu devo cem reais. E a receita simplesmente olha e fala assim: “Espera aí você não me deve cem, você está me devendo noventa”. Ou passa na malha fina ou faz aquele processo interno. O Estado de Mato Grosso é ao contrário, o Estado de Mato Grosso é o FISCO que lança para vocês ou não é? E quando o Estado lança para vocês o que acontece normalmente? Dá sete mil processos, quatro mil a sete mil processos por mês de questionamentos sobre os lançamentos do gerados. É um modelo que realmente é um modelo arrecadador. Eu não vou falar para você que não é um modelo que não arrecada não, quando começamos discutir os números econômicos o atual modelo do Estado de Mato Grosso é um modelo que arrecada sim, só que arrecada em base de um monte de inconstitucionalidade. E estamos recebendo processos hoje na Secretaria de Fazenda contestando o atual modelo de enxurradas por dia, enxurradas por dia.

Por fim, ele é um modelo tão complexo que o nosso regulamento do ICMS tem quatrocentos e setenta mil palavras, na verdade tem mais. O nosso regulamento do ICMS você pega lá num artigo ou numa parte dele ele fala uma coisa, você vai quinze página para frente ele fala o contrário do que ele tinha falado. Ou seja, vocês me desculpem, gente, mas é um modelo que faliu. É um modelo que não dá mais, ele não tem mais sustentabilidade. É um modelo que gera insegurança jurídica, é um modelo que gera um monte de problema. O Jorge da equipe do SINDALCO está aqui na minha frente. Eles tinham um modelo, um sistema tributário que estava escrito no RCMS, outro que estava escrito em lei e outro que estava escrito num convênio. Está com um pepino aqui o setor do SINDALCO desse tamanho, de mais de cinquenta milhões de reais porque não sabe qual é a regra que ele aplica. Ou estou mentindo?

Esse é o sistema tributário do Estado de Mato Grosso, de hoje. É um sistema que não é isonômico, cada um tem as cargas, cada um tem um segmento, cada um tem uma vantagem, é fato. E é o seguinte: São vasos comunicantes. Se alguém paga dois, alguém tem que pagar dezenove...

...s/asg...

1129au11.asg

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO –...são vasos comunicantes. Se alguém paga dois, alguém tem que pagar dezenove. Ou não é? Dentro do mesmo segmento, tem casos hoje no Estado de Mato Grosso que o “cara” paga zero e o outro paga três e meio. Eu não acho isso justo!

Desculpe-me! Mas até tirando a camisa como Secretário de Estado de Fazenda, mas eu como cidadão não acho isso justo. É um modelo que não é isonômico, é um modelo que não é transparente.

Pergunta para qualquer cidadão do Estado de Mato Grosso quantos é o ICMS, por exemplo, de um determinado produto no Estado. Se ele sabe responder quanto é o imposto. É um sistema cumulativo. Não é simples!

Os senhores me desculpem.

Sr. Otacílio, eu li o seu texto, Sr. Perón, falando: “o modelo do Estado de Mato Grosso é simples.”. Ele pode ser cômodo, mas simples não é, porque se fosse simples não gerava duzentos mil processos. Ele não é simples! Ele pode ser cômodo. Mas comodidade é uma coisa, simplicidade é outra.

Ele é inconstitucional e, hoje, a Secretaria de Estado de Fazenda, hoje como Secretário de Estado de Fazenda, há seis meses sentado naquela cadeira lá, eu vejo o que sofreu o Sr.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Paulo Bristolin durante um ano e meio, tentando equilibrar as contas. Vai de lado, balança um prato; corre do outro, balança um prato; ação entrando; ordem judicial do outro. Por quê? Porque ele é um modelo inconstitucional e isso não traz segurança jurídica para ninguém.

Ele é arbitrário. Por que é arbitrário? Porque é o seguinte, quando o Estado chega lá e fala: “a MVA ou..., de 35% ou de 50%”, não é o real. É o que o Estado acha que é. Desculpe-me! Mas não é assim que funciona. Esse não é o mundo real. E ele é incompreensível.

Eu não me julgo um dos “caras” mais entendidos sobre o Sistema Tributário...s/dmm

1129AU12.dmm

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO -... Eu não me julgo um dos “caras” mais entendidos sobre o sistema tributário, mas eu não sou um dos mais ignorantes. E eu mesmo, quando leio, tenho dificuldade de entender a atual legislação do Estado de Mato Grosso.

Por fim, gente, o que é que estamos propondo? Eu falo que não é uma reforma tributária, o que estamos propondo é uma nova legislação, um novo sistema tributário para o Estado de Mato Grosso. Um novo sistema tributário que a primeira coisa é a seguinte: respeita o Simples Nacional. O Simples Nacional tem uma regra que é a 123 e a 147! O Estado de Mato Grosso não pode legislar em cima da legislação nacional fala! Agora, o Estado de Mato Grosso também não pode abrir mão, não pode, não pode. Nós não podemos criar um novo modelo que nós só queremos aqui dentro do Estado. Agora, se significa dizer então, dentro de um modelo novo, precisa fazer modelagem e ajustar carga para o Simples, eu sou o maior defensor disso e na minuta está escrito isso. Na minuta está escrito isso... (PALMAS)

Então, gente, eu quero fazer um enquete aqui: quem é do Simples, levantem o braço... (PAUSA). A maioria. Legal. Por que é que o Simples tinha que manter o Estado de Mato Grosso quanto era o faturamento do Simples Nacional até dois anos atrás? Até 2014, quanto era? Vocês lembram ou não? Um 01 milhão e 800. Não era isso? No ano passado já subimos para 02 milhões, 520. Na Reforma agora, é a nossa proposta, e vimos defendendo, subindo de 02 milhões, 520 o faturamento para 03 milhões e 600! Agora, por que é assim dentro do Estado de Mato Grosso? Porque tinha que segurar o “cara” dentro do Simples, não deixá-lo crescer e arrecadar dele porque tinham outros setores que não estavam arrecadando. É verdade, vocês me desculpem, vocês podem ficar bravos comigo, mas isso é uma realidade! Agora, nós temos uma política, sim, e dentro dessa nova sistemática está lá, é preferível o Estado ter dez empresas faturando 03 milhões e 600 do que uma empresa faturando 36 milhões. É preferível.

Gente, nós respeitamos a Lei Constitucional 123, simples desse jeito. Para o Comércio, conta gráfica, débito e crédito! Débito e crédito, por que débito e crédito para quem está com conta gráfica tem que ir fora do Simples? Porque não é justo o “cara” que tem MVA de 200% pagar a mesma tributação do “cara” que tem MVA de 35%. Isso é justiça tributária! Conta gráfica é isso! Nota de entrada com Nota de saída! É justo para o cidadão fazer igual em São Paulo, fazer igual em outras regiões que temos no Brasil aonde o cidadão vai lá e fala assim: me dá Nota Fiscal de saída aqui. E fazemos programas com Nota Fiscal de saída ou Nota Fiscal Cidadão, como estamos falando de Nota Fiscal pantaneira. O atual sistema do Estado de Mato Grosso não dá para implementar isso, não serve para nada. Agora, nesse sistema dá.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Para a indústria, conta gráfica; para o agro, deferimento ou imunidade. Desculpa, mas é o seguinte: todo mundo fala: ah, tem que tributar o agronegócio na Lei Kandir, e blablablá. Você me desculpa, mas não é o agronegócio, quem é imune é a exportação, não é o agro. Se exportássemos *commodities* metálicas, seria imune também. Quem é imune não é o agronegócio, quem é imune, pela Constituição Nacional, é a exportação, por conceitos simples e primários. Agora, o que não podemos fazer é ter imunidade na exportação e não querer cobrar o imposto interno da operação interestadual da operação interna. Aí, não dá! Aí não dá! Aí é outro nome, é isenção. Agora, na parte nossa que nos cabe, nós temos que fazer, sim, com regra clara. Ou seja, deferimento, o Estado de Mato Grosso... o que é deferimento? Deferimento é a postergação do pagamento. Ao invés do Estado querer fiscalizar cento e sessenta mil produtores agropecuários, faz muito mais sentido postergar e fiscalizar a indústria que compra deles, ou não é?

Nós, no modelo básico, no modelo puro, eu vou ser honestos para vocês, eu fui convencido disso pelo Isaias e pelo Eurico...

...S/CAC

1129au13.cac

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO - ... e eu fui convencido disso pelo Sr. Isaias e pelo Sr. Eurico, que me ensinaram isso na prática no dia em que fomos almoçar e eu ofereci para pagar a conta, nós estamos em seis pessoas. Eu, o Sr. Ricardo e o Sr. Gustavo estávamos juntos e nós três dissemos: - Vamos dividir a conta dos professores? Vamos! E eles disseram: "Não, Seneri, porque é o seguinte: quando todo mundo paga, todo mundo paga menos.". Cada um pagaria R\$ 33,00 (trinta e três reais) e nós acho que acabamos pagando de R\$ 18,00 (dezoito) a R\$ 20,00 (vinte reais) cada um. Eu fui convencido por eles por um princípio básico que é assim nos Estados Unidos, na Nova Zelândia e em qualquer lugar, se todo mundo paga, todo mundo pagará menos. É fato isso. Agora, no nosso mundo real, hoje, ainda do brasileiro, aonde tem guerra fiscal, onde tem competição, infelizmente, nesse mundo de holandeses não dá. Nós teremos que ficar ainda vivendo com leis setoriais, sim! Agora, uma coisa são leis setoriais que façam sentido. Outra coisa é esses montes de pendulicários que temos na legislação de ontem, de hoje, são coisas diferentes. Nós temos que viver com leis setoriais enquanto o país não resolver o seu problema de guerra fiscal, não dá para abrimos mão de política de desenvolvimento. Não dá, isso é fato!

É um princípio básico que faz muito mais sentido, gente! Está nesse minuta. Hoje, o Estado de Mato Grosso prefere tributar às vezes a produção em detrimento do que o ativo fixo, em detrimento de tributar o produto produzido. Na minuta, que está ali, estamos trazendo uma proposta de desonerar ativo fixo. Sabe o que é isso: pega uma padaria. Uma padaria é o seguinte: faz muito mais sentido para o Estado tributar o pão que ele está produzindo, porque imposto ninguém quer pagar mais, mas o Estado tem que cobrar, não adianta. Faz muito mais sentido nós tributarmos o pão do que tributar o forno. E hoje, o que o Estado faz? Tributa o forno e exonera o pão. Espera aí...bens e produtos tem que ter uma política de desenvolvimento? É isso que está dentro da minuta, está escrito lá e mostro para vocês onde está escrito. Vantagens - é um modelo isonômico. Por quê? Porque estamos partindo de um modelo de carga única, ou seja, é bens, matérias primas, mas é única, uma carga única. Ou seja, todo mundo e de preferência menor do que 17%. A carga hoje no Brasil, o que é Sr. Eurico, é de 18%, 19%? A carga média no Brasil, hoje é de 18%, 19%? Cara, talvez o Estado de Mato Grosso com essa nova legislação, com todo mundo pagando teremos a menor alíquota de ICMS do país. Hoje não tem Estado que alíquota de carga média menor de 17%.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Não tem. Na média do Brasil é de 18%, 19% e nós estamos propondo fazer um esforço para reduzir isso, ou seja, para ter a menor, só que para isso todo mundo terá que pagar.

Ampliação de base - nesse primeiro momento...

s/tmr

1129au14.tmr

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO -... todo mundo vai ter que pagar.

Ampliação de base. Neste primeiro momento, realmente, não tem aumento de carga. Mas quando todo mundo está pagando, no segundo momento, que uma hora a economia vai voltar a crescer, você ampliou a base, mas nós pagamos sobre o cofre do Estado. Simples desse jeito. Um conceito econômico que quando eu estava na iniciativa privada sempre defendi. Ou alguém aqui não defende?

Transparente.

Cara, não dá para viver no modelo de hoje. Essa nova minuta, gente, é transparente. Está lá. Alíquota, débito e crédito cobrando sobre a margem de faturamento, não é a margem de lucro. É sobre a margem de faturamento que o cara tem transparente. Todo mundo vai saber que o ICMS no Estado de Mato Grosso é 15% ou 16%, depende de quanto econômico e temos que discutir isso também. Gente, é justo? É justo. Sabe por que é justo? Porque é o seguinte.

Quanto maior a margem mais o cara tem que pagar, sim. É justo isso. Isso é justiça tributária. E é justo também você manter, trazer e poder aumentar um faturamento do Simples nacional de 2 milhões, 520 para 3 milhões e 600. É justo isso, ele é constitucional. Ou seja, um monte de processo que hoje a SEFAZ recebe, e eu hoje lá dentro vejo isso, vai eliminar um monte de trabalho lá dentro, lançado pelo contribuinte, gente. Não dá mais para o Fisco...

O Fisco tem que ser auditor, tem que ferramenta e falar: "Oh, você lançou certo, você lançou errado". Agora o Fisco querendo falar quanto você tem que pagar de imposto. Ou isso não dá problema diário? Não dá. Essa lógica. Ele é entendível, ele tem que ser entendível. Ele tem que ter lá uma lei que eu leio, uma lei única. Hoje eu leio a lei e eu vou ao Decreto, vou à Portaria, eu vou na minuta, eu vou nisso, vou naquele outro citando um exemplo aqui do setor sucroalcooleiro ... Eu demorei quase um ano para entender a legislação dos caras porque cada uma está numa parte. Ou seja, uma lei única, entendível.

Implicações.

Implicações é o seguinte, eu vou ser honesto para vocês. Se você aplicar o modelo natural, o modelo tradicional da 123 traz aumento, sim, para o Simples, mas talvez cachorro mordido de cobra tem medo de linguça. Em todas as reuniões e não foi uma. Foram mais de 23 reuniões, em todas as reuniões, tem que modelar o Simples, sim. A minuta está escrito que o diferencial de alíquota no primeiro momento está escrito que o Estado de Mato Grosso vai cobrar só 50% para não ter aumento de carga tributária. Falei várias vezes, está aqui o Peron. Mas, às vezes, Peron, tem que matar cobra .../nns

1129au15.nns

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO - ... Mas às vezes, Peron, tem que matar a cobra e mostrar o pau, não é? Sempre falei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Na última Reunião com o Sebrae, ainda participando, foi ou não foi? “Faça-me uma proposta quanto que tem que ser.” Ou não pedi, Roque? Então tá, não tem que ser 50, tem que ser 48, traz o número ou não pedi?

Sempre falei, mas às vezes, tem que dar a mão a palmatória, o cachorro mesmo que foi mordido por cobra, tem medo de linguíça, mas está lá escrito. Se não me engano no art. 58, está lá escrito a modelação para o SIMPLES Nacional, está lá.

Outras implicações, é fato, está aqui o Sérgio. Quantas vezes, Sérgio, coloquei isso daí para vocês, o seguinte, quem tem incentivo, por Lei, específico, essa nova legislação cai por terra. Ou não cai?

Quantas vezes falei isso? Cai por terra. Precisamos discutir leis setoriais. Precisamos. Acho que precisa, só que cada exceção. A meta é a alíquota mudar, é um negócio transparente isso. Se quero fazer exceção para o setor A, setor B, setor C, não vou entrar no mérito da discussão. Está aqui o CADRI, precisa. Também precisa. Só quero fazer essa exceção porque esse setor precisa e temos que entender que cada exceção é uma renúncia. Cada escolha é uma renúncia. Perfeito! Não tem impacto, às vezes não, às vezes a renúncia também..., vou dar um exemplo aqui. Quem aqui sabe do Voe MT? Alguém sabe do Voe MT, ou não? Vocês sabem o que é Voe MT? Voe MT foi uma legislação que nós lançamos o ano passado, aprovado aqui nesta Casa, por Lei, não mais por Decreto aonde trazia uma redução ou uma renúncia, ou vamos falar no termo, uma redução mesmo de ICMS para combustível de aviação, depois que lançamos essa Lei. Quem aqui é de Sorriso? Teve voo lá ou não? Por quê? Por causa de uma legislação dessa. Quem aqui é de Barra? Está lançando voo para Barra do Garças por causa de uma legislação dessas, precisamos de legislação que fazem sentido. Cáceres e o pessoal está tentando fazer lá também agora, mas ainda precisa do aeroporto. Mas vai. Santa Cruz de La Serra, o primeiro voo de Santa Cruz de La Serra vai começar ano que vem. São legislações que fazem sentido, que muito pelo contrário, talvez traga no papel uma redução, mas na verdade traz aumento de receita. Então é melhor ganhar 5% de alguma coisa do que 100% de nada. Agora têm setores que não fazem sentido, estou sendo bem honesto para vocês, têm setores que não fazem sentido, têm legislações hoje que não fazem sentido ou, pelo menos, desculpa mas acho que...

S/ rof

1129au16.rof

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - ... hoje que não faz sentido ou pelo menos desculpa, mas eu acho que nós da equipe econômica ainda não fomos convencidos que faz.

Aumento de tributação para margens mais altas, tem sim em todas as simulações, em todas as simulações que nós vimos, quem está fora do Simples, ou seja para 75% dos casos 74 aumentando agora de 2 milhões 520 para 3 milhões 600 passar de 80% das empresas, para quem está fora do Simples e que tem uma margem de 75, ou seja margem, não estou falando margem de lucro, mas margem de comercialização acima de 75% vai pagar um pouco mais sim.

Agora isto é justiça tributária, isto é justiça tributária. Tem setor hoje com o MVA ou com margem de 35% que está pagando a mesma coisa do cara que tem 200% de margem, os senhores me desculpem, mas isto não é justiça tributária, nem aqui nem em qualquer lugar do país. Todas as simulações que fizemos, por volta de 75% ao ponto de equilíbrio. Hoje o MVA máximo que temos no Estado é 50, o arbitrário. Isto é justiça tributária senhores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Agora só o novo sistema ou esta nova legislação não é suficiente, o trabalho não termina aqui. Estou convencido que esta nova legislação é a melhor legislação do País, estou convencido que esta legislação irá trazer um monte de problemas, agora estou convencido também que iremos fazer ajuste, conversávamos ontem a noite. Realmente não pode ser de supetão, não pode mesmo. Concordo. Sempre falei isto. Porque não pode ser de supetão? Porque depende de quantas leis setoriais nós teremos, quanto mais leis setoriais, maior tem que ser alíquota, simples assim eu vou mostrar as contas para os senhores.

Porque não é o suficiente? Porque nós temos que fazer a revisão de todas as leis setoriais, me desculpa senhores, mas não tempo em seis meses, o Sr. Paulo Brustolin que estava lá também conseguiu fazer uma revisão de muita coisa, eu só continuei o trabalho que o Brustolin tinha iniciado.

Precisamos de um novo processo administrativo tributário, esta ali em cima da Mesa, estou entregando nesta Casa hoje, novo processo administrativo tributário. Eu não sou muito de ficar olhando o passado, e fica falando isto ou aquilo, mas temos que falar uma verdade, eu não estou aqui para trazer problema, eu estou aqui para tentar trazer a solução, mas é uma verdade que acabaram com o processo administrativo tributário no Estado de Mato Grosso, a verdade que o julgamento hoje é monocrático, está errado, está errado, está ali, o processo novo ali, vamos entregar hoje é a gente falava que precisava disto também.

Outra coisa, precisamos de uma nova lei de Administração tributária, para definir a regra do jogo, não é para os senhores, porque a Lei do ICMS define para quem está para fora, mas eu preciso de uma regra do jogo para definir para quem...S/drm

1129au17.drm

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO-...mais eu preciso de uma regra do jogo para definir quem está para dentro, para quem aplica a lei, precisamos de uma lei de administração tributária, que hoje grande parte da legislação tributária está pendurada na 7098/98, não vai dar para revogar 7098 na íntegra, por que? Porque se revogar fica o Estado, a SEFAZ, a Secretaria fica sem a legislação para administração tributária, precisa de uma nova, precisamos de um sistema antifraude, o Brustolin que contratou. O Brustolin que contratou com dinheiro do BIDE um sistema, que é o mesmo sistema que o Santander faz para averiguação se está tendo fraude ou não no sistema bancário, estamos implementando lá agora, já tivemos a oportunidade de mostrar para alguns dos senhores. Bicho! Você me desculpe, mas fazer fraude neste Estado vai ficar cada vez mais difícil, essa é função do FISCO, vai cruzar nota fiscal de entrada com nota fiscal de saída, o sistema é tão eficiente que nós chegamos assim, colocamos o parametrização lá e posso ter a seguinte repostas, quanto um sábado de manhã do carnaval as farmácias de Alta Floresta venderam de engov das oito as dez da manhã, se venderam mais do que tinha no estoque, ele acusa.

É um sistema que vai inverter e já está lá, que vai inverter o ônus da prova, é assim, o sistema é igual receita federal, o sistema vai emitir uma nota, vai mandar para contribuinte, falar assim, “opa! Existe uma suspeita, me prove que isso aqui está errado” agora isso é função do FISCO, a função do FISCO é fiscalizar, função do FISCO é arrecadar, não adianta falar que não que é assim, agora precisar implementar, está lá, está rodando, um trabalho que o Brustolin começou e nós estamos terminando agora. Agora precisa da capacitação do FISCO.

Esses dias, mês desculpem os fiscais, mas esses dias eu escutei de um fiscal Presidente da Associação dos Fiscais do Brasil, lá numa reunião, ele me falou o seguinte, “sabe qual

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

que é a diferença do ladrão para o fiscal?” eu olhei até meio assustado, cara do FISCO , ele falou “ os dois tinha dinheiro do contribuinte, perfeito, a diferença que o fiscal tem a lei do lado dele, a diferença que ele segue explicitamente o que está escrito na lei e se tiver fazendo fora tem que ser culpado como ladrão” agora precisa sim fazer equipe de capacitação do FISCO, eu não sei faz quantos anos, talvez desde da época do Waldir Teis que não tem treinamento de capacitação dentro da Secretaria de Fazenda, precisa ter cara! As coisas mudaram de lá para cá, precisa ter, agora é um processo contínuo.

E por fim, precisam da lei setoriais sim, precisa de investe indústria, precisa do PROMAT, pró-madeira, pró-mineiro, pró-carne, precisa de energia renovável, precisa do pró-turismo...s/lcb...

1129au18.lcb

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO-...precisa de energia renováveis, precisa do pró-turismo, precisa do MT, preciso do bio-combustíveis. Precisa! Pode ser pró-leite? Pode ser. Precisa. É fato. Agora, cada vez que abro uma exceção aqui o modal aumenta, a alíquota modal aumenta. Faz os conectantes, não tem jeito de ser diferente. E, talvez, o que o Governador Pedro Taques propôs é para fazer a discussão mais transparência sobre esse negócio tão sério e escancarado. É isso que estamos propondo. E temos uma minuta hoje para partir do ponto de discussão. Eu não tenho dúvida que essa minuta é anos luz superior a atual legislação do Estado de Mato Grosso. Eu não tenho dúvida disso. Não tenho dúvida. Ajustes precisam ser feitos como qualquer legislação, como qualquer legislação. É fato. Precisa fazer ajuste, mas ela é boa, eu não tenho dúvida disso também.

Por fim, gente, acho que estão todo mundo querendo ver os cálculos, não é, os números transparentes? Abre para mim a planilha do Excel que foi feita pela FGV. Eles pegaram todos os dados que tínhamos dentro da Secretaria de Fazenda, nota fiscal de entrada, nota fiscal de saída. A planilha na verdade é uma matriz de insumo e produto. Isso daqui é só o final do final. aumenta demais isso daí e vai para mim para o que importa só para mostrar alíquotas e arrecadação.

Gente, se alíquota modal de 17% e o Estado de Mato Grosso não tiver nenhum incentivo fiscal, nenhum, nenhum, zero, zero de incentivo fiscal, significa dizer, inclusive, que cesta básica que hoje é isenta não pode ser. Eu defendo que cesta básica tem que ser isenta. Eu acho que isso é uma boa política fiscal. Se não tivéssemos nenhum, com a alíquota de dezessete, a arrecadação iria a doze bilhões de reais. Coloca para mim com quinze. Com quinze a arrecadação do Estado de Mato Grosso seria 11.3 bilhões de reais. Sabe quanto é a arrecadação projetada para o ano que vem? 9.1, ou seja, mais de 2 bilhões superior ao que estamos projetando. Poderia, inclusive, reduzir, por exemplo, a alíquota energia elétrica ou de outros produtos. Poderia. Agora, com quinze, e aí depende de quantas isenções, quantas leis setoriais, vamos querer e não vamos querer dar incentivo fiscal para cesta básica? Vamos querer ou não vamos querer dar um ou outro tipo de incentivo para uma lei setorial...

...s/dmm...

1129AU19.dmm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO -... dar incentivo fiscal para cesta básica? Vamos querer ou não vamos querer dar um ou outro tipo de incentivo para uma lei setorial? Dependendo de quanto for, e aí nós estamos colocando exatamente o que tem mais ou menos hoje, já contando algumas leis que nós sabemos que são inconstitucionais, a arrecadação cai para 9.1 com 15%. Aí fala: “Pô, então, fechou a conta, Senneri!” Não. Não fechou. Sabe por que não fechou? Porque no primeiro ano, isso aí é quando ele estiver em cruzeiro, no primeiro ano... alguém aqui pagou estoque pela entrada ou não? Vocês irão querer o dinheiro de volta, não é? Temos que devolver, “cara”! Ou acham justo o Fisco ficar com esse dinheiro?

Está lá na regra de transição, na última, a proposta do Estado da devolução que já está pago. Eu não posso cobrar imposto duas vezes, está lá, está escrito. Isso foi uma demanda de quase todas as reuniões. Está escrito lá, na última transição está escrito lá, temos que devolver. Só que é o seguinte: quando eu devolvo, esse dinheiro já foi. Concorda? É uma conta básica.

Então, no primeiro momento é perda de arrecadação. Quando eu desonero o ativo fixo, eu estou pensando hoje que o ativo fixo, ou seja, vocês estão comprando máquinas, implementos. Estão comprando ou não? Quando eu estou comprando eu estou cobrando o ICMS de vocês ou não? Perfeito! Se aplicamos de uma vez só, no segundo momento eu tenho um feito de ampliação de base. Por quê? Porque essa máquina vai produzir algum produto que eu vou cobrar. Eu estou falando eu, como Fisco. Mas no primeiro momento, o que é que eu tenho? Perda de...? Receita! Ou não é? Por quê? Porque eu vou desonerar!

Quando eu coloco todos esses daí, nós podemos abrir todos os números, o primeiro impacto como alíquota de 15%, mesmo mantendo as arrecadações aqui e eu estou colocando inclusive Fundo de Pobreza, não de 12%, mas eu estou colocando Fundo de Pobreza de 2%, a arrecadação, no primeiro momento ela cai para 07 bilhões e 700 milhões, 07 bilhões e 900 milhões. Essa é a matemática! Agora, se for com uma alíquota de 17%, eu vou falar para você, o Fisco está muito tranquilo com uma alíquota de 17%. Por quê? Porque a alíquota de 17% a conta começa a fechar. Agora, é possível...? Agora, a alíquota de 15% vamos ter que fazer esforço. Agora, isso é transparência ou não é? Se não for do outro jeito, eu não conheço.

Então, gente, o que nós estamos discutindo neste momento é exatamente isso, é trazer esse absurdo que tem, desculpem-me a franqueza, mas esse absurdo que é a legislação tributária hoje para uma regra normal, para uma regra transparente, com um conceito que o Simples Nacional precisa modelar, vamos modelar! Quantas vezes eu já falei isso, me dá a conta da modelagem de que precisa, nós estamos colocando a modelagem...

...S/CAC

1129au020.cac

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO - ... Me dá a conta da modelagem que precisa. Nós estamos colocando a modelagem e descontando 50%. Na nossa conta, com 50%, “...Ah! E vamos cobrar PGDAS-D (Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório)?”. Vamos! Por que temos que cobrar o PGDAS? Porque o PGDAS é a nota fiscal de faturamento para o Simples, vamos chamar assim. O Simples, hoje, a primeira faixa do Simples são de R\$ 180.000,00 (cento oitenta mil reais), e a última faixa do Simples, hoje, são de dois milhões e quinhentos e vinte mil reais. Agora estamos levando na proposta para R\$

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), ou seja, mesmo dentro do Simples, você tem o cara de R\$ 180.000,00 (cento oitenta mil reais) e você tem o cara de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). O cara de R\$ 180.000,00 (cento oitenta mil reais) a alíquota dele é de 1,25% e o cara de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), a alíquota dele é de 3,95%. Mesmo dentro do Simples, o PGDAS, eu fui entender, serve para isso! Serve para modular, para cobrar, mesmo dentro do Simples, menos de quem é menor e mais de quem é maior, mesmo dentro do Simples ou eu estou falando alguma besteira, Sr. Roque? Ah?... Agora, nós não podemos, por quê? Porque isso é justiça tributária, nós não podemos abrir mão do PGDAS, tem que ter, inclusive, um diferencial entre quem está dentro do Simples. Agora, o diferencial é pesado? O diferencial é pesado. Se eu sair agora do Plano A e ir para o Plano B, lógico que tem peso! Mas quantas vezes eu falei: vamos modular! A nossa proposta é modular cobrando 50%.

Na nossa conta de 50% com o PGDAS médio falando da ordem de dois e meio não tem aumento de carga tributária. E para os níveis mais altos, tem um aumento de carga tributária, que hoje, lembrando, quem está acima de dois quinhentos e vinte paga mais. Paga mais! Paga mais do que ele estaria pagando. Tanto que tem uma conta aqui nessa modelagem para ir para setecentos e vinte, nós estamos tirando quase quinhentos milhões de reais que é um cara que, hoje, está acima de dois quinhentos e vinte, vai cair para o Simples Nacional. Mesmo esse cara de dois quinhentos e vinte até três e seiscentos pagando mais do que o cara está abaixo de dois quinhentos e vinte ele pagará menos do que paga hoje.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O PALESTRANTE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO - Não, não pode... Ele pode entrar, ele não está. Não...ele não reduzirá...O que eu estou falando é o seguinte: tem empresa hoje acima de dois milhões quinhentos e vinte mil reais no Estado? Não. Ou seja, entrará empresa no Simples Nacional acima de dois milhões quinhentos e vinte mil reais. E quando ele entrar ele pagará mais ou menos? Menos.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O PALESTRANTE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO - Menos, está aí na conta! Tem que colocar na conta. Ou seja, mesmo esse cara de dois milhões quinhentos e vinte mil reais que tem uma margem pelo PGDAS de 3,95% vamos falar da ponta final da cadeira. “Ah! Ele pagará mais do que o Simples Nacional?”. Pagará mais de quem está lá em baixo. Mas isso é justiça tributária, ou não é? Isso é justiça tributária. É assim que funciona. E nós estamos propostos e deixando claro...

s/tmr

1129au21.tmr

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO - ... é assim que funciona. E nós estamos propostos e deixando claro. Vamos modelar 50% para o diferencial de alíquota. Não tem problema. Está escrito na proposta, está escrito na minuta, para quê? Para não ter aumento de carga tributária para o Simples.

Agora, deixando claro. Quem está fora do Simples por leis setoriais realmente vai ter que fazer uma revisão das leis setoriais. Esse é o princípio. E quem está fora do Simples com

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

faturamento ou com margem de 200% infelizmente isso é justiça tributária, esse cara tem que pagar mais de quem tem uma margem de 35%. Isso é o simples, é o óbvio. Desse jeito...

Gente, só para eu encerrar em que pé que está? A minuta... A equipe da SEFAZ junto com a FGV revisou, revisou de novo, tem falhas. Pode ter falhas ainda, nós não somos senhores da razão. Pode ter falhas ainda dentro dessa minuta. Está aberta, vamos disponibilizar hoje no *site*, vamos trazer para esta Casa, vamos debater, agora de verdade, cara, não é porque eu me botei de cabeça dentro desse sistema, não é porque nós trabalhamos com os melhores especialistas tributários do país, uma cara que implementou ... inclusive tem um culpado nesta Mesa, nesta cadeira, professor Isaías que foi um dos caras que é culpado de implementou a Lei Maquila no Paraguaia, levando as empresas para lá, um dos conceitos, segundo o Eurico me falhou, ou seja, eu estou convencido que esta é a melhor legislação tributária do país. Uma única lei, 30 e poucas páginas, nós aumentamos um pouquinho do que vocês botaram, nós ... O Fisco tem mania de colocar mais detalhes do que mais abrangente de vocês. Mas com 30 e poucas páginas, super leve, super coisa... É o seguinte. Vamos discutir. Lógico que o que estamos discutimos é exatamente isso. Qual é o Estado de Mato Grosso que queremos? É o Estado desse modelo, desse sistema tributário maluco? Ou um Estado mais leve, eficiente? É isso. E essa legislação tributária precisa ser feita assim. E de novo. Não adianta. Ela precisa ser arrecadadora. Precisa. Agora precisa ser arrecadadora com justiça tributária.

Eu não posso fazer e não devo, vamos falar assim, fazer Hob Hud aos avessos.

Deputado Guilherme Maluf, acho que vai abrir para perguntas, eu vou ficar disponível. Eu acho que têm mais outros para falar, mas de novo. Meu celular: 99943-5900.

Esses dias eu recebi uma mensagem, cara, era meia noite e meia eu fiquei puto da vida, desculpe a expressão, desses grupos de *whatsApp* que nego vai inventando a história, vai inventando, vai inventando e quando chega no final não é nada daquilo que ele falou. Eu quase respondi de verdade, cara, para colocar no *book.../nns*

1129au22.nns

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - ... de verdade, quase respondi para colocar no *book* senão ia perder. Falei não cara, tudo tem seu tempo, tudo tem sua hora, estou deixando claro para vocês, o Estado do Mato Grosso, o Governo do Estado, o Governador Pedro Taques, não está fazendo essa Reforma para ter nenhum aumento tributário para o Simples Nacional. Não está, está aqui, estamos dispostos a modelar, substituir ou você opta pelo Simples. Agora ajustes precisam ser feitos sim e ajustes duros e isso vai incomodar e vai implicar em outros setores é fato.

Deputado, fico aberto aqui para discussão. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - As perguntas serão feitas no final, Seneri. Obrigado. Vamos ouvir as palestras da Fundação Getúlio Vargas, dos seus professores e gostaria que fosse respeitado o tempo de trinta minutos para ouvir os cinco palestrantes. Vamos começar pelo professor Eurico Marcos Diniz de Santi.

O SR. EURICO MARCOS DINIZ DE SANTI - Bom dia Sr^{as}. e Srs., Deputado Guilherme Maluf, é um prazer estar nesta Casa, tenho 52 anos, estudo Direito Tributário há trinta anos, é a primeira vez, Direito do Tributo tem uma premissa que é a premissa da legalidade, está tudo posto em Lei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

É a primeira vez na minha vida que vejo um Sistema Tributário sendo debatido dessa forma, em uma Assembleia, com associações, com Deputados, de forma aberta, com números, com audiências públicas, vocês estão fazendo história no Brasil. Queria fazer essa primeira declaração.

O que fizemos aqui é... está dando microfonia. Bom, qual foi o nosso trabalho? Primeiro que nossa equipe é completamente independente, achamos melhor da prática nacional e internacional, não houve nenhuma encomenda, só aquela que vou expressar, qual foi o desenho que foi solicitado.

Somos completamente livres para oferecer a verdade para o Sefaz e para o Governo, o que entendemos ser o melhor do mundo para o Mato Grosso.

Premissas que foram nos dadas pelo Governo para montar esse Sistema Tributário, concordamos com ela. Primeiro, o Sistema seria neutro, não haverá aumento de carga tributária, arrecada hoje entre 9, 10 bilhões, continua arrecadando a mesma coisa.

Qual foi a encomenda? Não foi reformar para arrecadar mais, o Sistema Tributário de hoje arrecada muito bem, o problema do Sistema Tributário...

S/ rof

1129au23.rof

O SR. MARCOS DE SANTI - ... para arrecadar mais. O sistema tributário de hoje muito bem, o problema do sistema tributário não é arrecadação em si, é a qualidade do sistema, então o que foi encomendado para nós foi reformar qualidade do sistema tributário, não torná-lo mais arrecadador.

Foi solicitado uma novidade que é o empoderamento da Assembleia Legislativa, todo sistema tributário ele deve seguir a lei, mas na verdade na prática, quem define o sistema tributário é o executivo. O resultado disso vocês conhecem na esfera federal, Zelotes, Lava-jato, enfim essa historia do nosso poder legislativo, executivo, tomando o lugar do legislativo, então houve um compromisso do Governador nesse sentido, quem deve deliberar, dar a voz final sobre o sistema na lei, vai ser a Assembleia Legislativa, que é a casa que representa o povo de Mato Grosso.

Simplicidade não para o fisco, simplicidade para o contribuinte.

Isonômico para o consumidor, ou seja, quando eu tenho uma pulverização de alíquotas, ninguém sabe quem vantagem e quem não tem porque não tem um referencial a partir de agora Mato Grosso vai ter um referencial, vai ter uma alíquota básica para saber quem está pagando mais ou menos alíquotas.

Neutro para o ambiente de negócio, não importa como você se organiza, você tende a pagar a mesma carga tributária.

Transparente para o contribuinte, consumidor, é fundamental e aqui tem um ponto muito, muito importante para que eu consiga limitar carga tributária é fundamental que quem pressione o Governo para limitar carga tributária não seja as empresas e os empresários, seja o povo de Mato Grosso, ou seja, quando você transmite para o povo de Mato Grosso que é ele quem esta pagando, quando você aumenta a alíquota esta brigando com o povo de Mato Grosso. Então é um outro nível, isto cria estabilidade e segurança jurídica, porque eu só posso aumentar por lei, quando

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

eu aumento por lei eu afeto diretamente o cidadão e aí eu tenho um debate, uma resistência política para aumentar a carga tributária.

A principal diretiva de um sistema como este é deixar claro que cada vez que eu desonero eu tenho que aumentar a alíquota, então não tem lanche de graça, desonerou um setor, aumenta mais um por cento, desonerou outro aumenta mais cem por cento, então ele deixa claro esta deliberação para que vocês possam deliberar quais são os produtos essenciais, quais são os setores estratégicos de forma a desonerar, mas respeitando a arrecadação.

Um sistema extremamente moderno, de longe o mais moderno do Brasil, que será modelo para o novo PIS, COFINS, ICMS que vem aí para o Governo Federal. Então o ICMS de Mato Grosso será modelo nacional e internacional.

Respeito a federação, que é clausula pétrea e por fim empoderamento do cidadão de Mato Grosso...S/drm

1129au24.drm

O SR. MARCOS DE SANTI...e por fim empoderamento do cidadão de Mato Grosso, são essas as dez primícias do projeto, ou seja, até hoje as empresas na verdade elas arrecadam mas repassam para os consumidores, a ideia de um modelo como este é deixar transparente para o consumidor a carga tributária deixar simples para a empresa que arrecada e empoderar politicamente o consumidor para que ele resista em relação a carga tributária e para que principalmente esse eleitor a partir do momento ele sabe quanto ele paga ele pode exigir qualidade de serviço público e redução de gasto público, nós temos uma equação brasileira perigosa e vou aumentar gasto e a receita corre atrás, porque quem paga é terra de ninguém, quando eu informo quem está pagando, quem está pagando vai começar zelar pela coisa pública, então, tem o círculo virtuoso que está para ser iniciado aqui no Mato Grosso.

Qual que é a proposta desse nosso modelo que nós chamamos cidadãos sinta, simples, isonômico, neutro, transparente e com função de ser arrecadador também. Uma comparação entre os modelos tradicionais no resto do Brasil e o que nós estamos propondo aqui. Seneri, disso isso também.

Na verdade o modelo que nós temos no Brasil inteiro estão voltados para arrecadação não estou preocupados com simplicidade para contribuinte, não estão preocupados com isonomia, não estão preocupados neutralidade e nem com transparência. O que nós estamos propondo é modelo que também arrecada, mas preocupa com simplicidade, isonomia, neutralidade e transparência, está aí a diferencia, os dois arrecada a mesma coisa, só que esse daqui está preocupado com simplicidade, isonomia, neutralidade e transparência.

Porque a legalidade importa? Porque está Casa é importante, porque a lei é importante, estudo direito a trinta anos, eu nunca vi a lei sendo respeitada no Brasil, em primeiro lugar porque a lei é ruim normalmente, se a lei é ruim o direito é ruim não tem salvação, não tem advogado que salve o direito como o direito é ruim para fazer uma boa legislação, criar segurança jurídica é uma lei boa.

Porque que a legalidade é importante? Está aqui a homenagem ao cidadão de Mato Grosso, as crianças, é uma legislação feita para o cidadão entender, o senhor Adelino, cidadão de Mato Grosso típico, dá para entender agora o ICMS, senhor Adelino porque a legalidade importa? Porque a legalidade é relevante dentro de um Estado, dentro de uma instituição. Primeiro a lei é voz

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

do povo, todo poder exercido em nome do povo mediante aos seus representantes, então, só através da Lei eu consigo expressar essa vontade popular através da democracia, do voto direito, a lei é voz dessa manifestação.

O Poder Legislativo é por excelência o poder mais transparente...s/lcb...

1122au25.lcb

O SR. MARCOS DE SANTI-...O Poder Legislativo é por excelência o Poder mais transparente, é mais transparente que o Judiciário, é mais transparente que o Executivo, tudo que for aprovado aqui está aberto publicamente para as câmeras, microfones, ou seja, se vou negociar isenção, redução de base de cálculo, regimes especiais, aqui é o espaço, vou negociar alíquota aqui é espaço, porque aqui é transparente. O problema de negociar isso fora desse espaço é que eu fico dentro do gabinete, e vocês sabem como acaba essa história.

Terceiro: Porque para o senhor Adelino é importante, a legalidade importa? Quem paga o imposto do consumo é o cidadão, é o eleitor que vive, consome em Mato Grosso. É quem vive no Mato Grosso que paga.

Então, é ele que é representado. Os senhores Deputados que terão que deliberar quanto ele quer contribuir, se sacrificar do seu patrimônio para investir e, serviços públicos. As empresas dentro de uma lógica, de um desenho como esse são meros agentes que antecipam o pagamento. A não cumulatividade garante que o crédito acompanha o contribuinte e quem vai pagar será o consumo. Se vai para fora a exportação não incide. Se vai para outro estado a alíquota interestadual de doze ou sete se é consumido aqui é a alíquota que vocês definirem, mas são vocês que pagam, são vocês que recebem os serviços públicos e vão começar conectar agora qualidade de serviço público com carga tributária.

A lei é geral porque vale para todos. É instrumento para realização da igualdade. É para isso que serve lei. Quando eu tenho lei, eu tenho desigualdade. Então, a lei é um instrumento jurídico para garantir igualdade. E como disse o Seneri muito bem, aliás, fez uma exposição maravilhosa, onde todos pagam, todos pagam menos.

Então, essa é a grande lógica que estamos trazendo para cá.

A lei oferece previsibilidade e segurança jurídica criando ambiente de negócios, segurança jurídica para quem trabalha e para quem investe no Mato Grosso. Não tem mais pegadinha, não tem mais ato do executivo, não tem mais portaria. Acabou! Está na lei. E tem que mudar a lei, muda uma vez por ano. Então, isso dá estabilidade e comunica. Aqui é terra onde tem lei. E será a primeira terra que tem lei no Brasil, porque no Brasil inteiro isso nunca aconteceu ainda.

Senhor Avelino, a legalidade importa porque garante responsabilidade política e empoderamento do cidadão eleitor no debate sobre carga tributária, o que está acontecendo aqui hoje. Quem definirá se alíquota é dezessete ou quinze são os senhores e os seus representantes. Então, é o povo de Mato Grosso que define qual é a sua carga tributária. Garante que através desta Casa o debate seja informado refletindo gasto público e qualidade do sistema tributário.

Tem um ponto muito importante aqui: Quando eu conecto através da lei e os representantes a carga tributária, eu libero as empresas das negociações política sobre carga tributária. Quando a carga tributária é transparente ela vira um debate entre Poder Legislativo e cidadão que vai para as urnas. E quando eu vou aumentar...

...s/dmm...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

1129AU26.dmm

O SR. MARCOS DE FANTI -... eu libero as empresas na negociação política sobre carga tributária. Quando a carga tributária é transparente, ela vira um debate entre o Poder Legislativo e cidadão e vai para as urnas. E quando eu vou aumentar a carga tributária eu não tenho que brigar com empresário e não com empresa, eu tenho que brigar com cidadão que vota, que elege o Governador e Deputados. Com isso eu crio uma magia institucional que é estabilidade graças a essa estrutura democrática em que é o cidadão quem vai definir e deliberar sobre o sistema tributário.

E por fim, a décima dica para o Sr. Adelino, sobre porque a legalidade importa, como o imposto é mais simples de pagar, o imposto repassado pelo Sr. Adelino vai ficar mais baixo também, porque vai ter menos custo de adequação, vai ter menos custo de advogado para pagar contencioso, vai ter menos contencioso... ou seja, todos vocês que são empresários e contribuintes sabem o inferno que é trabalhar com um sistema complexo. Então, para garantir tem que aumentar o preço, quando o sistema é simples, eu reduzo esse custo também que aquilo que o Sr. Adelino vai pagar vai ser efetivamente essa carga tributária fixada aqui.

Eu vou dar um exemplo que eu acho que vai ser bem interessante para o senhor, a lei como instrumento de combate à corrupção, há uma chamada fórmula da corrupção, trabalhada pelos economistas, que chama: Corrupção igual a monopólio do poder mais discricionariedade menos a *contabilit* menos abertura de informação, menos transparência. $C = M + D - A$. Foi o Robert Klitgaard YALE/HARVARD essa fórmula.

Vejam que interessante o que nós estamos fazendo aqui, hoje, como é no Brasil inteiro e aqui também é assim, como é em São Paulo, Bahia, Recife, Rio de Janeiro, como é no Brasil inteiro, a criação das regras tributárias é exercida quase que exclusivamente pelo Poder Executivo, está na lei que é o legislativo, mas na prática ele não legisla. Quem legisla é o Secretário, é o Governador e, com isso, eu faço o quê? Eu aumento o monopólio, o monopólio da produção da regra tributária ou invés do Legislativo e do Executivo, daí eu tenho discricionariedade também do Executivo para interpretar a regra. Se o “cara” faz a regra e ele mesmo interpreta, ele faz o que ele quer. Então, aí eu tenho mais discricionariedade. E aí eu crio um ambiente de alta complexidade, como eu tenho aqui em Mato Grosso, com regulamento com mais de quatrocentos e setenta mil palavras e quando eu tenho alta flexibilidade, qualquer coisa está dentro da regra, eu faço o que eu quero com a regra. Então, eu tenho mais discricionariedade. Mas daí, confortavelmente, eu não aplico a lei dessa informação, a lei da transparência e não abro nada para ninguém, tenho menos abertura de informação. Está aí um desenho do Brasil inteiro do que retrata o Estado hoje de vocês, do Brasil, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Porto Alegre...

...S/CAC

1129au27.cac

O SR. MARCOS DE FANTI -... de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Porto Alegre. Mais monopólio do poder do Executivo, mas discricionariedade e menos abertura. Resultado: mais corrupção. Então é simples assim.

O que estamos fazendo por meio de um novo desenho normativo que está sendo entregue para vocês hoje. Acabou com essa coisa do Executivo criar regra, quem define a regra é o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Legislativo. Acabou com discricionariedade do Executivo para aplicar regra porque a lei será clara, acabou com complexidade, a lei é simples e acabou com a falta de transparência. Nesse novo modelo a criação de regras é exercida exclusivamente pelo Poder Legislativo. É o Legislativo que define todos os critérios relevantes do sistema tributário numa lei única. A simplicidade reduz a discricionariedade do ato de interpretação tornando agente fiscal voz da legalidade. Naquela dualidade do Sr. Secretário Seneri Paludo: qual é a diferença de um agente fiscal e um ladrão? Os dois tomam dinheiro, os dois ameaçam, a diferença é que um aplica a lei. Agora, o que não tem lei, eu confundo agente fiscal com ladrão e a sociedade tem essa impressão. Aqui, como eu tenho lei e a atividade de aplicar lei é exclusiva do auditor fiscal, é o auditor fiscal que garantirá essa legalidade aplicando a lei. O Executivo precisa arrecadar mais, não é problema meu arrecadar mais, é do Legislativo. Aumenta a alíquota, negocia com o Legislativo, negocia com a população, daí eu arrecado mais. E com isso eu tenho menos discricionariedade, mais simplicidade, menos discricionariedade e, induz mais segurança jurídica, previsibilidade e ambiente de negócios. Menos discricionariedade...e nessa lei ela está respeitando completamente a lei dessa informação. Eu tenho que abrir para todos os contribuintes quem está pagando, quem não está pagando, autos de infração, que seja em primeira instância, quer seja em segunda instância, ou seja, o fisco está como uma cúpula de vidro sendo visto pela sociedade e apoiado pela sociedade. Eu tenho transparência completa dos atos de aplicação do direito. E qual é o resultado disso? Menos monopólio do poder, que agora quem exerce esse poder é o Poder Legislativo, menos discricionariedade e mais abertura de informação. Resultado disso...

(O SR. EURICO DIALOGA COM O PALESTRANTE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O Sr. Seneri Kernbeis Paludo - Só quero colocar uma parte, dessa parte que o Sr. Eurico está colocando. É tão importante essa questão que tem um capítulo, uma parte, um artigo, na legislação...

s/tmr

1129au28.tmr

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - ... tem um capítulo, uma parte, uma artigo, na legislação que fala o seguinte. Autos de infração tem que seguir a lei de transparência. O auto de infração tem que ser público no segundo momento, para quê? Para melhorar os autos que estão registrados. Uma vez julgado, uma vez colocado todo mundo está sabendo, a sociedade saber inclusive para melhorar o critério de avaliação e de metodologia que está sendo feito pelo próprio fiscal, pelo próprio agente. Ou seja, isso é avanço que traz já na legislação anterior de 1988, depois 98, é uma legislação que não tem. Ou seja, nós estamos colocando na legislação essa nova questões de ampliação desse ponto de transparência, isso é fantástico. Vai melhorar a eficiência. Todo mundo vai ficar sabendo e vai melhorar inclusive a eficiência do Fisco estadual. Então, queria fazer esse parêntese em relação a isso.

O SR. MARCOS - Obrigado, Seneri!

Enfim, desenho normativa importa. O que significa isso? Menos monopólio do poder, menos discricionariedade, mais abertura de informação, significa menos corrupção. É um desenho institucional para aprisionar, é uma camisa de força que canaliza o debate para os espaços públicos e democráticos. E como o Secretário Seneri Paludo disse é um dispositivo expresso alinhando a legislação com todo o arcabouço constitucional atual determinando que toda ato de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

aplicação do Fisco vai ser aberto para todos. Então, quem tem que sancionar não é só o Fisco. É toda a sociedade de Mato Grosso, porque quando alguém não paga, alguém tem que pagar mais porque esse cara deixou de pagar. Então, nós somos um condomínio fiscal, em que todos participamos e trabalhamos juntos.

Qual o modelo que nós fomos debatendo com a sociedade, fomos avançando? Nós oferecemos oito modelos e ao final nós optamos por este modelo que está aqui. É um modelo que nós trabalhamos com o Simples Nacional, a Lei Complementar nº 123. Existem diferencialmente para a agropecuária que é um consenso da complexidade de cobrar do produtor e fiscalizar isso. Trabalha-se com o crédito financeiro de conformidade com a Lei Complementar nº 87, a Lei Kandir. Tem a restituição dos créditos acumulados, mas mediante fiscalização. Um ponto que é um diferencial em todo o Brasil. Crédito imediato dos bens do ativo. Ou seja, é um sistema tributário que incentiva investimento como para trator, como para pneu, como para forno, dar crédito. Então, eu não onero o contribuinte que está investindo. E o que eu recebo, mediante lei, os convênios impositivos e autorizados do CONFAZ que traz em grande parte ...nns

1129au29.nns

O SR. MARCOS DE SANTI - ... autorizados do CONFAZ que traz em grande parte os benefícios fiscais, desde que previsto em Lei e autorizado por esta Casa.

Está aqui, rapidamente, o primeiro critério, aplica-se a Lei Complementar 123. Segundo critério, diferimento para a agropecuária. Terceiro, não como atividade efetiva acompanhando a Lei Complementar 87, devolução não automática do mediante a fiscalização de créditos acumulados, desoneração imediata do investimento, que é a grande novidade nacional, benefícios CONFAZ, estão aqui os impositivos que devem ser liberados pela Casa, carne, cesta básica, enfim, é a Casa que delibera, mas a Lei está aberta para esses incentivos.

Comparação dos modelos. Fechamos o último modelo no domingo, a Sefaz fez ajustes pragmáticos em relação à experiência da Sefaz, mas o modelo atual que a Lei não é aplicada, temos um regulamento com 470 mil palavras, a Lei atual de São Paulo tem 37 mil palavras, uma primeira versão que debatemos com vocês com 16 mil palavras, o modelo final que entregamos tem 14 páginas e 4500 palavras.

A Sefaz fez ajustes, através da experiência dela no Mato Grosso, customizando para cá, aumentou um pouquinho esse número, mas é a legislação mais enxuta, mais objetiva do Brasil, é um show esta legislação.

Aqui uma comparação do resto do Brasil e o que estamos entregando para Mato Grosso. Vocês lembram no PC/XT e AT. O PC/XT e AT tem dois slots, 16 MHz, estamos entregando para vocês é um Mac Air agressivo, veloz, rápido, inteligente, mas estou mudando de sistema.

Há sempre uma adaptação para trabalhar com o novo sistema. Quais foram as nossas estratégias para reduzir complexidade? Isso é engenharia jurídica. Primeiro, aspecto para reduzir drasticamente, uniformizamos as alíquotas. Não tem mais aquela múltipla exceção, uma alíquota só, simplifico muito a legislação.

Depois, unidade temática, está na Lei Complementar nº 85, que uma Lei não pode tratar de tudo, jabuti, ADI, processo administrativo, processamento, nessa Lei só trata de ICMS, só.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Administração tributária é outra Lei. Processo administrativo é outra Lei. Essa é só para ICMS, com isso reduzimos a Lei também.

Terceiro aspecto para reduzir as complexidades, separamos coisas de maluco, coisa de jurista, que é separar a incidência do fato gerador, precisamos tirar dois artigos e colocamos em um só para deixar mais claro...

S/ rof

1129au30.rof

O SR. MARCOS DE SANTI - ... a gente precisou, tirou dois artigos e colocou num só para deixar mais claro o fato gerador.

Nós colocamos no corpo da lei quais são os valores que orientam essa lei, quais são as diretivas e os valores que orientam essa lei e toda a modificação da lei terá que observar estes valores e diretivas.

A gente fez uma mudança muito relevante que eu vou explicar daqui a pouquinho entre incidência jurídica e incidência física que simplificou cavalaramente a legislação também e eu vou explicar isto para vocês.

Diferença entre incidência física e incidência jurídica é um pouquinho técnico, mas eu chamo que é uma das cerejas do bolo desse processo. O ICMS no Brasil inteiro ele trabalha com a lógica de incidência física, então a norma em si diz sobre a saída física do boi soja, da mercadoria, do álcool, isso vira um inferno porque o fiscal tem que correr atrás do boi, tem que contar soja, o instrumento do fiscal num sistema como este, como esta aqui, é uma balança para pesar, uma régua para medir, um bafômetro para medir a garrafa de álcool para saber se evaporou ou não.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Professor o senhor está concluindo?

O SR. MARCOS DE SANTI - Estou concluindo, cinco minutinhos, pode ser? Enfim o modelo que a gente está aplicando para os senhores é o modelo físico. Alteramos o paradigma da sistematização do ICMS para um novo paradigma, orientado nas materialidades, isto reduziu muito a complexidade do ICMS também, acabamos com o abuso de responsabilidades. Na legislação padrão eu tenho dezenas de hipóteses de responsabilidades, nós reduzimos muito estas hipóteses e por fim reduzimos muito as penalidades. Na legislação convencional do Brasil inteiro eu tenho mais de 200 penalidades, a gente reduziu para apenas dez, vinte penalidades é um imposto voltado para quem vai pagar imposto, não é imposto voltado para punir, estamos mudando paradigma deste sistema tributário.

Bom, vou encerrar, vou só explicar estes últimos aqui e vou encerrar para abrir os debates. Uma alteração muito relevante, uma mudança de todo um modelo conceitual de administração tributária voltada para punir, em salvando o novo modelo negociado pela SEFAZ, de modelo de legislação tributária ele está voltado para facilitar, para compreender o contribuinte, ajudar o contribuinte a pagar o imposto, mudança dessa dosimetria da pena, o modelo original tinha 267 dispositivos só para penalizar e no original para...S/drm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

1129au31.drm

O SR. MARCO DE SANTI -... no original para três e agora uma dezena de dispositivo que cuida da pena e radical simplificação das delegações para regulamento, no modelo original tinha mais de cinquenta delegações, nesse atual tem poucas, uma duas, três, que autoriza o FISCO aplicar, interpretar o sistema em conformidade com a lei.

Enfim, é isso, quero só encerrar com uns dos pontos mais importantes da nossa sistematização o ICMS é assim, eu tenho três casinhas, ICMS sob mercadoria, ICMS sob transporte, ICMS sobre comunicação, são três regras e a casinhas tem uma chaminé, um telhado, uma parede, e por aí eu sei qual que é a casinha, qual é a regra, como que o ICMS é sistematizado no Brasil inteiro? Ela é assim, pega do telhado, você fala dos telhados e você coloca todos os telhados, depois coloca da porta, coloca todas as portas, da janelas, todas as janelas, das paredes, todas as paredes, da chaminé, toda chaminé, depois da fumaça, aí eu crio sete capítulos todas as variáveis é assim no Brasil inteiro, o que isso causa no Brasil inteiro? Eu pego uma lei sistematizada, que eu só tenho telhado, porta, janela e parede, chaminé e fumaça, quando eu vou interpretar essa lei, eu vou para FISCO interpretar essa lei como foi no caso de vocês, mas também de ofício, eu posso montar trezentas e quarenta três casinhas diferentes, todas dentro da legalidade, então é um sistema feito para criar contencioso, eu fico cruzando da incidência, da porta com janela, eu faço o que eu quero, dentro da lei, então nós acabamos com esse modelo, nesse novo modelo aqui, só tem três casinhas, ICMS de mercadoria, transporte e comunicação e as matérias comuns, nós reduzimos drasticamente e nós efetivamente conseguimos aproximar a legalidade, fazer da legalidade uma forma institucional para poder dar garantia e segurança a partir da lei tributária de Mato Grosso.

É isso. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Obrigado professor. Gostaria de convidar para fazer uso da fala, Dr. Hermes Martins, Presidente da FECOMERCIO.

O SR. HERMES MARTINS - Deputado Presidente desta Casa, Guilherme Maluf, Deputado Oscar Bezerra, Presidente da Frente Parlamentar...s/lcb...

1129au32.lcb

O SR. HERMES MARTINS -Deputado Presidente desta Casa, Guilherme Maluf, Deputado Oscar Bezerra, Presidente da Frente Parlamentar da Defesa do Comércio; demais autoridades que compõe esta Mesa.

A Federação do Comércio de Bens Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso-FECOMÉRCIO, quer inicialmente agradecer a presença dos Senhores Deputados que aqui se fazem que possamos discutir o máximo possível desta Audiência Pública.

A minha fala aqui será bastante curta, mas tenho aqui para mostrar alguns pontos que a Federação do Comércio tem em divergência com relação aquela minuta que recebemos anteriormente, porque a atual como nós ainda não temos conhecimento assim mesmo fizemos algumas indagações, algumas divergências e não obtivemos ainda resultado.

Então, peço aqui ao nosso incansável tributarista, Dr. Homero, para que ele venha fazer as suas ponderações com relação a essa reforma tributária que tanto está nos afligindo. Antes, inicialmente, quero agradecer o nosso Governador, os senhores Deputados, Secretários, pela revogação do Decreto 380 que desde o início nós, federação do Comércio, estávamos insistindo pela revogação do mesmo. E agora para satisfação nossa, alegria nossa, na data de ontem foi assinado que esse decreto será revogado. E para nós, para todas as nossas lideranças que aqui se fazem presentes,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

principalmente, os presidentes dos sindicatos, presidentes de associações comerciais, presidentes do CDLs, enfim, os empresários em geral agradecem isso aí a esse ato de entendimento que houve entre governo e empresários.

Muito obrigado, e chamo então o Dr. Homero para fazer suas ponderações com relação a essa Reforma tributária. (PALMAS)

O SR. HOMERO MARCHEZAN -Srs. Deputados, autoridades administrativas, povo de Mato Grosso, nós estamos diante de uma situação que historicamente de fato é impar nesse País, talvez pela própria arbitrariedade dos governos e pela...
...s/dmm...

1129AU33.dmm

O SR. HOMERO MARCHEZAN -... talvez pela própria arbitrariedade dos governos e pela sua falta de sensibilidade em ouvir o povo. Mas hoje nós estamos sendo ouvidos não é por uma benevolência do Governo, dos Poderes e sim pelo cumprimento de uma obrigação que não é legal, mas é moral. Se o poder emana do povo pelo povo e para o povo, o povo deveria sempre ser ouvido.

Portanto, graças a Deus por este momento.

Eu destaco dentro dos pronunciamentos anteriores, o pronunciamento do Secretário Paulo Taques, só para esclarecermos que esse conceito de fofoca, que os contribuintes criam fofocas e que os contribuintes criam instabilidade social, nós não concordamos, não é verdade. Se tem alguém que cria instabilidade social é o próprio Governo... (PALMAS)

Nós podemos exemplificar a questão do Decreto 380. O Governo suspendeu pela primeira vez por uma pressão política, ele não suportou... ou melhor, pressão social, a pressão do povo que não foi suportada. Iniciadas as negociações, as tratativas sobre o Decreto 380, logo no dia 04 de março, com a presença da Fundação Getúlio Vargas, suspendeu esses debates e se revogou o debate sobre o Decreto 380 para se tratar da Reforma tributária. Então, no dia 17 de março o Governo pediu à sociedade organizada, às entidades representativas que apresentassem as suas propostas, e essa propostas elas foram elaboradas por diversos segmentos, inclusive pela Federação do Comércio que ouviu os seus quatorze sindicatos e extraiu qual seria o anseio, qual seria a necessidade, qual era o ponto crucial nessa tributação, nesse modelo, nesse sistema que mais afetava as empresas. Foram elaborados quatorze temas e foi feito um estudo de noventa dias pela Federação do Comércio sobre as propostas da Reforma tributária. Quando no dia 09 de junho o Sr. Hermes passou às mãos do Governador essa proposta e também foi encaminhada à Fundação Getúlio Vargas, nos *e-mails* disponibilizados pelos professores Yole e outros. Ocorre que desde aquele momento até a disponibilização...

...S/CAC

1129au034.cac

O SR. HOMERO MARCHEZAN -... Ocorre que desde aquele momento até a disponibilização dessa proposta jamais o Governo do Estado, jamais a Fundação Getúlio Vargas deu qualquer retorno, qualquer resposta a esses anseios da Federação do Comércio dos Contribuintes de Mato Grosso. Então, fomos sendo conduzidos a um debate um tanto abstrato naqueles momentos e não se falava em Decreto nº 380. Porém, o Decreto nº 380, continua a ser o fantasma que o Governo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

não aceitava discutir, não aceitava conversar. Aí vem a instabilidade social e a fofoca, se é que se deve classificar dessa forma. Logo após essa reunião, onde foi apresentada a proposta da FECOMÉRCIO, o então Secretário Paulo Brustolin declarou por meio do *Jornal A Gazeta*, que o Decreto nº 380, teria eficácia em junho ou julho. Uma semana depois, dez dias depois, aproximadamente nessas datas, o Governador declarou que o Decreto não teria eficácia. Passado então mais alguns meses, debatendo-se as questões da reforma que meio que ficou morna em uma reunião com o Sindicato dos Representantes Comerciais, com a SINCAD - Sindicato do Comércio Atacadista Distribuidor do Estado de Mato Grosso e a FECOMÉRCIO presente, a fim de reduzir o Fundo de Combate a Pobreza que estava sendo cobrado excessivamente num segundo adicional do ICMS em mais dez pontos percentuais, o Governador declarou: “Chova canivete, o Decreto nº 380 vigorará e terá eficácia a partir de 1º de janeiro, porque vocês já tiveram mais de ano para se programar e se preparar para isso. Então não tem volta”.

Na semana seguinte, em outra ocasião em que a Federação esteve presente, e lá estava o Presidente Hermes Martins, o mesmo Governador recuou e falou: “Não vai mais haver o Decreto nº 380.”. Então, essa instabilidade política, essa instabilidade emocional dos nossos administradores, dos nossos gestores é que levam o povo a ficar confuso, perdido, sem saber o que será no dia de hoje e muito menos o dia de amanhã.

A audiência do dia 20 de setembro, também com a Fundação Getúlio Vargas, foi declarado por uns dos Mestres que a Fundação apoiava o Decreto nº 380. E isso para nós, que somos também estudante do direito e acima defensores...

s/tmr

1129au35.tmr

O SR. HOMERO MARCHEZAN -... para nós que somos também estudante do direito e acima defensores do contribuinte, não do Governo, causa estranheza, porque o Decreto nº 380 é viciado, se não for pelos seus impactos econômicos, mas pela sua forma jurídica que vem introduzir normas no sistema tributário mato-grossense usurpando o poder do Poder Legislativo. Então, o Decreto nº 380, conforme já reiteradamente decidido pelo Supremo Tribunal Federal, qualquer convênio do CONFAZ deve ser ratificado por lei e não por decreto, ainda que esse decreto tenha pela pretensão do seu autor natureza de lei, força normativa.

Então, essa situação não chegou a ser debatida frente ao Poder Judiciário, porque o Governador clamou pelo pacto por Mato Grosso. E nesse pacto por Mato Grosso as entidades se organizaram e deram o braço, deram a mão para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Doutor, questão de Ordem.

O SR. HOMERO MARCHEZAN - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Eu acredito que seria muito mais produtivo, não estou desmerecendo a sua fala de forma alguma. O senhor vai falar da forma que o senhor quiser, mas para que nós avancemos, precisamos discutir os critérios da reforma tributária.

O SR. HOMERO MARCHEZAN - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - A questão do histórico...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Nós vamos avançar. Pela Ordem. Nós vamos avançar, porém, nós não podemos fechar os olhos e ficar omissos para o tratamento que nós recebemos. (PALMAS)

Obviamente sobre a proposta da legislação. Então, está aqui a minuta.
Nós vamos falar ...

A OAB, entidade a qual orgulhosamente faço parte, fez um estudo louvável e nesse seu estudo apontou 54 itens de inconformidade dessa lei, desse projeto, dessa proposta. Partindo desse pressuposto, dessa premissa dos 54 itens a de se presumir que esta norma proposta, esse modelo proposto pelo Estado com aval da Fundação Getúlio Vargas, com a revisão da Fundação Getúlio Vargas não é tão constitucional e tão legalista como se prega. Eu falo legalista no sentido de respeitar as normas superiores e acima de tudo a Constituição.

Nós, Federação do Comércio, em conjunto com a FACMAT e a FCDL abordou focadamente nos pontos .../nns

1129au36.nns

O SR. HOMERO MAREHEZAN - ... em conjunto com a FACMAT e a FCDL, abordou, focadamente nos pontos de maior impacto econômico para o contribuinte para resumir esse debate, essa discussão.

As questões técnicas de forma geral, a OAB já tratou muito bem e o que vou falar aqui está contido nas suas observações. Porém, estamos falando em defesa do contribuinte e não institucionalmente. Observo onze aspectos dessa nova proposta. O art. 2, vou, estou tratando como sendo este o modelo atual, já que o novo não nos foi apresentado. Foi fechado às 4h da madrugada, mas não deu conta de imprimir até esse momento para disponibilizar, paciência.

O art. 2, inciso 1, da nova Lei, declara que o imposto incide sobre a transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, não podemos concordar e aceitar isso porque a simples transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte não constitui fato gerador, não constitui a hipótese de incidência constitucional.

Ainda no art. 2, do parágrafo 4, vamos ter uma norma que empodera novamente o Poder Executivo, se havia uma preocupação, uma intenção do Poder Executivo em emponderar, em devolver poder, ou em, entre aspas, outorgar poder ao Legislativo ou em reconhecer o poder do Legislativo.

Nessa norma o Legislativo devolve o poder do Executivo ao dizer que o Executivo poderá antecipar momentos de pagamentos do imposto a critério da sua discricionariedade não podemos aceitar.

Pode haver fundamento legal para defender isso, pode haver tese, pode haver doutrina, jurisprudência, defender isso, mas não podemos aceitar que fique ao arbítrio do Poder Executivo determinar o que era, o que vai ser base de cálculo, qual vai ser o momento do pagamento do imposto ao seu livre arbítrio, mudando essa política ao seu bel prazer.

Ainda no art. 2, diz que a natureza jurídica das operações, não importa, são irrelevantes para caracterizar fato gerador de ICMS. Olha, se é irrelevante para caracterizar o fato gerador do imposto, a sua natureza jurídica, a natureza jurídica da sua operação.

É por isso que o Governo pretende cobrar o ICMS na transferência do estoque da indústria para o depósito, do depósito para a loja, certo?

Avançando o art.7, fala que...

S/ rof

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

1129au37.rof

O SR. HOMERO MARCHEZAN - ...avançando o art. 7º fala que, ele descreve quem é o contribuinte de uma forma correta, porque esta copiando a lei federal e muitos aspectos esta lei nova observa o que esta mesmos da lei atual, então nós não temos nada de muito extraordinário no sentido de inovações. O que o que nós observamos de inovação para o lado do contribuinte são agravantes.

O art. 7º declara que, é também contribuinte do imposto a pessoa que administra a empresa. Neste aspecto o Estado coloca contra o administrador a responsabilidade solidária e imediata pelo tributo gerado, pelo tributo devido. Aqui não há respeito ao devido processo legal, aqui não há contraditório, não há ampla defesa, não importa o que o legislador quis dizer, o que importa é o que ele disse e o que ele disse a aqui é que também será, é contribuinte o administrador, o gerente, enfim e ai esquece, nós estamos diante de uma norma justa, nós não estamos diante de um modelo justo, absolutamente, ele pode ter muitos pontos positivos, muitas coisas boas, muitas inovações benéficas, mas precisa, o Estado precisa aceitar que o contribuinte não pode mais ser coagido a pagar imposto de uma forma ilícita, abusiva. (PALMAS) Então, o administrador, o gerente e o sócio, seja sócio de fato ou seja sócio de direito, não pode continuar a ser responsabilizado pelas obrigações da pessoa jurídica e vice-versa, o Estado neste aspecto tem que se espelhar no Código Tributário Nacional, que no art. 135 indica as condições objetivas da responsabilidade sujeitas a apurações e também deve buscar o exemplo da própria Receita Federal, que esta sim, considera o devido processo legal e administrativo, respeita o contribuinte e não existe uma execução fiscal federal em que o sócio já esteja arrolado de forma imediata e originária na CDA como devedor solidário, mas o Estado pratica isto. Então não sei se é o Estado de Mato Grosso o único a cometer esta barbaridade, este abuso, mas ele continua na pretensão.

O art. 17, já estamos concluindo senhores, o art. 17 diz que, a Secretaria de Fazenda, e ai vem o empoderamento do Poder Executivo de novo, a devolução do poder...S/drm

1129au38.drm

O SR. HOMERO MARCHEZAN-...que a e aí vem o empoderamento do Poder Executivo de novo, a devolução do poder, a Secretaria de Fazenda poderá conforme o disposto no regulamento que é seu regulamento que é exigir a prestação de garantias ao cumprimento de obrigação tributária, por essa norma o Estado poderá exigir que o contribuinte para poder continuar o livre exercício de suas atividades se ele tiver débitos tributários, se ele tiver débitos inscritos em dividas ativa, se o seu sócio tiver debito em divida ativa ele poderá ter que prestar garantia, isso é justo? Isso é legal? Isso é perfeito? Isso é moral? Isso é democrático?..

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Concluindo doutor.

O SR HOMERO MARCHEZAN - Concluindo mais alguns aspectos.

Artigo 26, na saída da mercadoria e aqui é circulação interna, o Executivo poderá estabelecer a base de calculo através de lista de presos mínimos, nós já estamos cansados, os segmentos estão cansados de discutir a inviabilidade da lista da pauta de preso mínimo,mas continua registrado aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Artigo 28, o valor mínimo das operações, das prestações poderá ser fixado por pauta expedido pela Secretaria de Fazenda.

Artigo 34, brilhante esse artigo. Sob glosa nós estamos sendo penalizados, os contribuintes estão sendo penalizados pela guerra fiscais dos Estados, porque os Estado não tem a iniciativa de mover o Poder Judiciário, o Estado ao invés dele buscar a declaração de inconstitucionalidade do convenio sob legitimamente aos olhos do CONFAZ e assim consequentemente a Constituição Federal e legitimamente constituído ele puni o contribuinte e por essa norma ele cria o instituto denominado documento fiscal hábil, ele reconhece que o imposto cobrado nas operações anteriores destacado no documento fiscal hábil poderá ser utilizado como credito.

No artigo 34, inciso III, ele vem descrever o que é documento fiscal hábil, ele diz que o documento fiscal hábil é aquele que esteja regularmente acompanhado com comprovante de pagamento de imposto destacado na nota fiscal. E aqui já imputa uma nova obrigação ao contribuinte de mato Grosso porque nós passamos a ter que exigir do nosso fornecedor que comprove o recolhimento do imposto que está destacado na nota sob pena...s/lcb...

1129au39.lcb

O SR. HOMERO MARCHEZAN -...que comprove o recolhimento do imposto que está destacado na nota sob pena de ser gozado ou sob pena de...

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Dr. Concluindo.

O SR. HOMERO MARCHEZAN - O art. 55-obrigar o contribuinte a ter que pagar esse imposto que o estado de origem renunciou. Então, o Estado de Mato Grosso passa a ser o titular do crédito renunciado pelo estado de origem.

E se é para concluir, então, não posso deixar de falar: A substituição tributária nas operações interestaduais à base de cálculo será, e não poderá ser, será a lista de preço estabelecida pelo Poder Executivo. É isso que queremos? E para as empresas do Simples, é o último art. 89. É certo que consta no art. 13, Inciso 13, alínea "h" da Lei Complementar nº 123/2006, que a operação interestadual realizada por empresa optante pelo simples nacional que envolva mercadorias para revenda sofrerá a incidência do ICMS de diferencial de alíquota. Está na Lei Federal. Mas aí a nossa lei maior é a Lei nº 123. Nós não temos uma constituição que está acima dessa lei, e o que diz o art. 155, § 2º, inciso 7º da Constituição Federal que ele determina expressamente que ICMS, diferencial de alíquota incide em operações de aquisições interestaduais quando este destinatário for consumidor final, e consumidor final não compra mercadoria para revenda.

Então, quando há mercadoria para revenda não deve incidir o imposto. E, por isso, esse imposto que está sendo exigido contra as empresas do simples, ele tem legitimidade na Lei nº 123, mas ele não suporta esse debate frente à constituição tal qual já aconteceu com o setor construção civil que adquire insumos em outros estados para prestar serviços e ele é um insumidor final conforme a classificação do supremo tribunal federal.

Então, ele é insumidor final e não consumidor final. E por conta disso o próprio Tribunal de Mato Grosso deu ganho de causas a todas as ações envolvendo essa matéria de diferencial de alíquota, o que levou o Estado nas outras administrações...

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - O senhor tem um minuto para concluir, Dr.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. HOMERO MARCHEZAN-...a propor um acordo com os contribuintes que se chama FUPIS, e o FUPIS nada mais é do que um diferencial de alíquota disfarçado. Portanto, agradeço a atenção, agradeço o momento em nome da Federação do Comércio e de todos os contribuintes...
...s/dmm...

1129AU40.dmm

O SR. HOMERO MARCHEZAN -... agradeço o momento em nome da Federação do Comércio e de todos os contribuintes por eles abarcados, que são muitos.

Eu deixo em aberta essas observações e digo, como advogado, eu também sou um estudioso de direito, não tenho as experiências dos mestres da Fundação Getúlio Vargas, respeito-os profundamente, mas nas minhas convicções e nas minhas visões nós estamos diante de um modelo de tributação que é mais pernicioso, é mais agressivo do que o atual, porque ele vem imputar aqui na lei a glosa, a base de cálculo objetiva como lista de preço, a responsabilidade objetiva dos gerentes administradores e sócios, a tributação contra empresa do Simples que existe essa possibilidade desde o ano de 2006 vigente, eficaz, a partir de 1º de janeiro de 2007, mas nunca foi exercida. Por quê? Porque nós sabemos do impacto econômico disso e nós sabemos muito bem, qualquer um sabe muito bem da sua inconstitucionalidade.

Muito obrigado, um abraço a todos e Deus nos proteja desses abusos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Secretário Seneri Paludo, Vossa Excelência quer fazer uso da palavra?

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO - Eu quero, sim.

Primeiro, eu quero agradecer, eu acho que os seus pontos foram muito bons, só que mais ou menos que nem um livro, nós vamos lendo as páginas, tem gente que está mais para frente no livro e tem gente que está mais para trás naquele livro. Só para nivelarmos na mesma página. Os pontos que o senhor colocou foram exatamente uma parte dos cinquenta e quatro pontos que a OAB tinha feito.

Com relação à discussão, o senhor colocou bastante sobre a minuta 3.3, é verdade, e falou: “Ah, é porque nós não tivemos acesso à nova minuta.” Eu peço desculpa, porque normalmente nós temos trabalhado incessantemente para terminar a última minuta, mas a minuta está disponível. Desculpa, de novo, dos cinquenta e quatro pontos que estão lá, por exemplo com a questão do sócio, por exemplo da questão da tributação, está tudo já na nova minuta. Eu peço para ler a nova minuta, leia a nova minuta e faça de novo as suas considerações. Os pontos que o senhor colocou são importantes, sim, só que nós já evoluímos a ponto que nós temos conversado.

Eu vou colocar mais um ponto: com relação à discussão... por isso que fizemos exatamente as discussões! De Novo, não somos senhores da razão, nós fizemos a minuta 3.3 e a minuta 4.0, apresentamos, deixamos aberto, façam as suas considerações, e agora nós estamos consolidando...

...S/CAC

1129au041.cac

O SR. SENNERI KERNBEIS PALUDO - ... e agora nós estamos consolidando. E com relação especificamente a questão que foi colocada do Decreto nº 380. Eu só quero colocar em

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

nome da verdade que em nenhum momento a FGV foi a favor do Decreto nº 380. O doutor colocou: “...Ah! Foi a favor do Decreto nº 370...”. Não foi. Tanto que a FGV mesmo falou assim: “...Nós não vamos conversar da matéria do Decreto nº 380, porque nós não entendemos do Decreto nº 380, a sua constitucionalidade, vamos dizer assim. A revogação e já está revogado o Decreto nº 380, ele foi exatamente porque nós partimos do princípio que a partir do momento que tivermos uma nova minuta o Decreto nº 380 não tem valor, por isso que foi revogado. Isso eu quero deixar em nome da verdade.

E em nome da discussão, nós estamos fazendo e já fizemos vinte e três reuniões! Teve até gente que nos criticou porque fizemos reuniões demais. Mas esses pontos que foram apresentados foram apresentados tão aqui. E com o diferencial da alíquota, aí nós temos um ponto de discordância, sim, entre o fisco e o posicionamento do doutor advogado. E o ponto é o seguinte. Ele disse: “Eu não posso cobrar o diferencial de alíquota porque não está na Constituição.”. No nosso entendimento, e aí é um entendimento jurídico, estão aqui mais doutos do que eu, a Lei Complementar nº 123, ela é uma alteração da Constituição. Se a Lei Complementar nº 123 altera, nós podemos cobrar, sim. E o fato de não cobrar, aí significa o seguinte: não cobrar imposto do Simples Nacional. No mundo teórico, lindo maravilhoso! Mas no mundo real, meu amigo, tem salário para pagar, tem valores para pagar, tem o custeio Marcap, tem saúde, tem educação. Tem que cobrar, dentro de um limite que é possível se cobrar, agora, falar que não vai se cobrar, será injusto e uma mentira da minha parte falar que o Estado não cobrará um imposto simples, tem que se cobrar sim. Todo mundo tem que pagar. Justo, legal! É isso que estamos colocando nessa nova minuta.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Obrigado, Secretário Seneir Paludo.

Convido para fazer uso da fala o Sr. Paulo Gasparoto, da CDL/MT.

O SR. PAULO NICODEMOS GASPAROTO - Primeiramente irei cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado Guilherme Maluf; o Líder do Governo, Deputado Dilmar Dal Bosco; o Deputado Oscar Bezerra, Presidente da Frente Parlamentar do Comércio; e em seus nomes, todos os demais componentes da Mesa; Srs. Deputados, Srª Deputada, Secretários de Estado, que vieram prestigiar, a própria OAB; também as federações que compõem a Mesa...

s/tmr

1129au42.tmr

O SR. PAULO NICODEMOS GASPAROTO - ... a OAB e também as federações que compõem a Mesa.

Eu quero cumprimentar também todos os Presidentes de Sindicatos, de Associações; quero cumprimentar representantes de movimento comerciais que estão aqui conosco também; quero fazer um agradecimento em especial àqueles contribuintes, àqueles cidadãos que passaram a noite inteira dentro de uma *Van*, ou dentro de um ônibus vindo a mais de mil quilômetros de distância para prestigiar esta Audiência Pública. (PALMAS)

E de todas as Audiências Públicas, que eu já tive oportunidade de participar nesta Casa, eu fiquei muito feliz hoje, porque eu nunca vi uma Mesa composta e tão prestigiada como esta Mesa que está composta hoje. Eu quero cumprimentar o Secretário da Casa Civil, Sr. Paulo Taques.

E dizer para vocês que talvez esta Mesa também esteja tão importante hoje, porque do lado de lá da Mesa também nós estamos sentindo que estamos muito importantes. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

E essa importância vem da capacidade de articulação que a sociedade consegue se mobilizar. E o comércio está aprendendo e está tomando conhecimento de que ele é o segmento mais importante que nós temos no Mato Grosso, porque é o segmento que mais emprega as pessoas hoje no nosso Estado. Sejam as micro e pequenas empresas, principalmente, as médias empresas e as grandes empresas. Então, eu fico muito feliz também, como líder empresarial, de ver uma sala não foi suficiente para abrigar todas as pessoas que vieram participar desta Audiência Pública. E que as próximas que eventualmente nós participarmos, nós temos que pegar mais uma sala ou mais duas salas, porque pela nossa força, pela importância do nosso trabalho, diuturno, de nossa luta incansável de todos os dias, cumprimentar as mulheres que representam 50% do empreendedorismo no nosso Estado, que, às vezes, terceirizam seus filhos deixando-os em casa nas mãos de outras pessoas para poder exercer essa atividade tão difícil, tão sacrificada e tão injustiçada, que é o comércio. Então, eu estou muito feliz de participar desta Audiência Pública, extremamente civilizada, sem alterações de nenhum dos lados.../nns

1129au43.nns

O SR. PAULO NICODEMOS GASPAROTO - ... sem alterações de nenhum dos lados, cada um defendendo, logicamente, os interesses do seu lado, que é muito importante, é para isso que serve audiência pública.

E queria só fazer uma pequena, para não sair daqui chateado, quero sair daqui feliz, queria fazer uma observação à fala do Secretário da Casa Civil, Dr. Paulo Taques, que a semana passada, estivemos com a Frente Parlamentar lá na CDL e através de todos os Presidentes de Sindicatos e os Presidentes das Federações, mostramos o impacto que iríamos ter com a Reforma tributária e cada segmento tomou por si para mostrar esse impacto de aumento de carga tributária.

Isso aconteceu, ouvi da Sua Excelência dizer aqui que lá tinham números mentirosos, não é? Não. Se não foi, desculpe, mas, na verdade, procuramos mostrar os números lá que são os números da realidade.

Não, não estou me referindo... peço desculpas se, às vezes, imaginei que pudesse ter sido lá, mas lá, procuramos mostrar aos Deputados da Frente o que realmente vai acontecer se o nosso Secretário Seneri, que tenho o maior respeito, que acho que é uma liderança dentro do Executivo do Estado do Mato Grosso, falou aqui que pode ser estudado, diminuir a base de 50% para que ela não tenha uma carga muito elevada. Ah! Já está na minuta? Ok. Agradeço muito, mas não sabíamos.

O SR. SENNERI PALUDO - Só para colocar. A minuta já estamos fazendo *download* no site da Sefaz, na capa do site da Sefaz, estamos fazendo um *up-load* dela. Baixa lá, vai estar aberta para todo mundo. Está aberto, transparente, só para deixar claro.

O SR. PAULO NICODEMOS GASPAROTO - Ok. Obrigado. Vamos manter o silêncio para que possa aqui terminar a minha fala.

Quereria agradecer a paciência dos Srs., mas queria dizer que muitas coisas, às vezes, não são faladas também e é muito justo, cada um defende o seu lado. Quando se fala em justiça, a justiça também é muito discutível porque quando vemos o Supremo julgar um processo por seis a cinco é um sinal que nem todos concordaram com aquela justiça que se imaginava.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Aqui é a mesma coisa, isso não é diferente em nenhum lugar do mundo. O que é justiça, às vezes, para o Estado hoje não é justiça para nós contribuintes. Agora, temos que discutir civilizadamente...

S/ rof

1129au44.rof

O SR. PAULO NICODEMOS GASPAROTO - ...não é justiça para nós contribuintes. Agora temos que discutir civilizadamente com respeito que o Estado dê oportunidade para a gente demonstrar isto, eu vou dar só um exemplo simples para demonstrar o quanto nós somos verdadeiros, uma média empresa hoje, que é a grande parte das empresas que nós temos em Cuiabá, que compram as suas mercadorias fora do Estado, principalmente do sudeste e lá quase todas as empresas, porque o super simples lá é um valor maior, ela recebe, elas comprar suas mercadorias de outras empresas do super simples e tem um crédito Dr. Paulo, apenas de 2% ,quando ele tem um crédito de 2% o seu aumento da carga tributária com MARCAP de 100% fica entre 80, 100, 120%, essa é a realidade, não contamos mentira para ninguém , não queremos espalhar boatos.

A outra verdade, quando fala em simplificação, quando eu compro do nordeste brasileiro que tem N empresas ou de Santa Catarina que tem benefício, como eu vou descobrir que esta empresa tem benefícios? Eu tenho que ligar para ela, saber se tem benefício quanto que ela paga de imposto para eu me creditar aqui. Se for 2, eu vou me creditar de 2, aí o meu imposto eu não tenho crédito de entrada, meu imposto vai ficar uma violência, vai ficar muito acima de 100% do que eu estou pagando hoje.

Então nós temos que ter o entendimento que isto ainda tem que ser muito discutido para poder chegar numa condição de razoabilidade, porque se não as empresas não suportarão pagar esta carga tributária, esses 15% que está demonstrado, que será um caminho que o Estado vai perseguir para cobrar, se fala a empresa quanto maior o MARCAP é justo que ela pague mais, eu não acho Sr. Seneri, se o senhor tem uma loja no shopping que tem um custo operacional muito maior de que as lojas de rua, é justo que ela tenha que colocar um MARCAP maior, mas não é justo que ela pague mais imposto (PALMAS), então estas considerações a Fundação Getúlio Vargas já deveria estar sabendo disso, não é possível que a Fundação Getúlio, uma fundação de maior respeitabilidade no país, ainda deixa de apresentar coisas tão insignificante e isto machuca o contribuinte, o contribuinte não suporta pagar

Mas eu não quero continuar minha fala com relação a impostos, eu só falei para dar esta observação para a gente sair daqui dizendo que a gente fala alguma coisa e cria dificuldade para o Estado...S/drm

1129au45.drm

O SR. PAULO NICODEMOS GASPAROTO -...cria dificuldade para o Estado, para o Governo, absolutamente, nós queremos o desenvolvimento do Estado e o Estado só terá desenvolvimento com a participação do Executivo, do Legislativo e dos demais Poderes e da sociedade mato-grossense.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu quero continuar minha fala, nós estamos falando só em arrecadar, quero falar um em pouco gastar. Eu venho muito preocupado já bastante tempo não e com Estado de Mato Grosso não, é como cidadão brasileiro, está muito difícil hoje para população conviver com aristocracia do serviço público.

O serviço público está ficando aristocrata ele está ficando extremamente privilegiado, isso vem fazendo com que o gasto público venha tomando proporções que todos os governos hoje estão em situações difícil alguns já pediram falência, a fundação Getulio Vargas disse que talvez não aguentamos mais seis meses, isso também deve ser uma realidade, talvez busca também aumento de imposto para pode suprir essas demandas que tem hoje dos poderes.

Eu estou também indignado com isso, consigo enxergar vamos dar um exemplo do nosso Estado, os sindicatos públicos eles se organizaram de tal forma que eles consegue fazer greve em todos os setores, é na segurança pública, na saúde, e na educação, em vários segmentos dentro do Estado que nós buscamos serviços de qualidade, você fica deparado com greve de trinta, sessenta, noventa dias e que nada acontece, coloca foga no pescoço do governo e muita as vezes o Governo não tem condição de não dar os aumentos que são reivindicado.

Eu quero Srs. Deputados, que os senhores prestassem atenção do que vou falar, nós temos hoje 12% da população dos trabalhadores brasileiros desempregado, isso significa 22 milhões de brasileiros sem trabalho. quero perguntar para os senhores eles são da iniciativa privada ou eles são do setor publico, quem é que está desempregado hoje? É só o setor da iniciativa privada. (PALMAS)

Então, não e possível mais continuarmos a ficar sobre essa pressão permanente...s/lcb...

1129au46.lcb

O SR. PAULO NICODEMOS GASPAROTO - ...é só o setor da iniciativa privada.

Então, não é possível mais continuarmos a ficar sob essa pressão permanente do funcionalismo público, dos sindicatos extremamente organizados não cumprem nem a Constituição, porque são serviços essenciais que não deveriam ter a greve, mas tem a greve, bota multa para os sindicatos, não pagam as multas, ainda tem os seus dias remunerados. Aonde isso acontece dentro da iniciativa privada? Onde é que isso acontece dentro das nossas empresas?

Nós temos os sofrimento, a dor de dispensar um funcionário porque nós não conseguimos mais pagar.

Quando se fecha um estabelecimento nós deixamos de pagar uma série de outras coisas que geram renda para o Estado: a energia elétrica, o combustível, os funcionários, enfim, dezenas de fatores que nós, o Estado deveria se preocupar diuturnamente para não deixar fechar nenhuma empresa. E não promover condições que as empresas se fechem.

Isso não é no Estado de Mato Grosso.

O Governador Pedro Taques fez um esforço muito grande para conter as greves. Vinte e dois estados da federação não deram a famosa RGA.

Então, temos que entender e queria pedir aos Srs. Deputados que a próxima Audiência Pública com o comércio e que trouxéssemos gente de todos os municípios do Estado para tratar desse assunto, desse gasto interminável que já passou da lei da Responsabilidade Fiscal, que o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

nosso Estado não tem mais condição de dar aumento e vivemos pressionados quase que todas as semanas recebendo greves, recebendo... (PALMAS)

O SR. PAULO NICODEMOS GASPAROTO - Não é possível. Nós temos que se envolver no gasto, nós temos que ajudar o Governo a combater esse corporativismo que está instalado dentro do setor público brasileiro.

Essa semana li uma matéria no Estado de São Paulo que custa dez bilhões para o País só o que o funcionalismo recebe acima do teto em função dos penduricalhos que estão hoje dentro das folhas de pagamentos de todos os Poderes. Nós não podemos mais, nós somos pobres, nós não temos mais condições de pagar isso.

O Brasil vem decrescendo 4% ao ano o PIB, e na verdade o que acontece? Perde o PIB, perde receita o Estado, e nós temos que ofertar aumentos. Será que os sindicatos não estão entendendo que não é o momento de pedirem aumentos abusivos? É melhor ficar sem a reposição do que ficar sem o trabalho. É isso que está acontecendo dentro da iniciativa privada...
...s/dmm...

1129AU47.dmm

O SR. PAULO GASPAROTO -... acontecendo dentro da iniciativa privada.

Então, eu quero encerrar o meu pronunciamento dizendo que eu vou sair como saio todas as vezes que eu venho aqui, com o meu coração disparado, com o meu coração acelerado, porque às vezes eu me emociono, mas eu vou sair como todas as vezes com o meu coração muito mais esperançoso do que em outras vezes... (PALMAS) Que essas pessoas que estão aqui representando o Executivo e o Legislativo saberão tratar com extrema sinceridade e com extrema decência. Homens e mulheres que trabalham o dia inteiro para o desenvolvimento do Estado!

Eu volto a dizer, se a justiça fiscal insinuar, nós não queremos aumento de carga tributária... (PALMAS)

O Seneri Paludo expôs aqui por várias maneiras que vai aumentar isso, vai... nós não queremos aumento.

Outra coisa, Sr. Seneri Paludo, que eu peço encarecidamente, vamos deixar essa reforma para tratar dela no ano que vem, não vamos tratar dela mais este ano. Já passamos um final de ano amargurado com o Decreto 380, ano passado. Não queremos passar o ano amargurado para passar o Natal, começar um Ano Novo pensando em Reforma tributária. Nós também temos o direito de descansar a nossa cabeça por alguns dias (PALMAS) não é possível que todo final de ano nos defrontemos com situações como estamos enfrentando hoje.

Para finalizar, um abraço carinhoso a todas essas pessoas maravilhosas, aos homens e mulheres, aos seus filhos. Eu também tenho filhos que estão no comércio, eles sofrem, estão angustiados, estão tristes, eles estão desmotivados.

O Governo tem que nos motivar de novo ao trabalho, nós não estamos mais com vontade de trabalhar!

Então, eu peço encarecidamente a todos os senhores, quero pedir ao Governador Pedro Taques, que é amigo da maioria quase absoluta dos que estão aqui, que são seus eleitores, que têm feito um esforço enorme para conduzir o estado. Eu ouvi uma declaração que ele está contando os dias do seu governo em função dessa dificuldade que tem para cuidar do Estado. Não é fácil, um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Estado de um milhão de quilômetros quadrados, com problema de educação, de saúde, de mobilidade, de tudo o que acontece.

Então, nós precisamos de um Governador enaltecido, um Governador forte para que ele também tenha entusiasmo para trabalhar. Às vezes, até o Governador se desmotiva também, até os Secretários se desmotivam, até os Deputados se desmotivam...

...S/CAC

1129au048.cac

O SR. PAULO NICODEMOS GASPAROTO - ... os Secretários se desmotivam, até os Deputados se desmotivam. Então, vamos acreditar cada vez mais no nosso Governo. O Governo representa o crescimento, o desenvolvimento do Estado e nós temos os nossos negócios aqui, a nossa vida aqui. Nós viemos aqui e nos plantamos aqui e não é por mera causalidade, é porque nós acreditamos nesse povo laborioso, na capacidade empresarial dos seus homens que lutam diuturnamente para manter essa estrutura que temos dentro do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado a todos! E me desculpem se exagerei na minha fala. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Vou passar a palavra ao Sr. Paulo Taques, Secretário-Chefe da Casa Civil.

O SR. PAULO CÉZAR ZAMAR TAQUES - Paulo...Paulo Gasparoto, não há necessidade nenhuma de você pedir desculpas por ter se exaltado, se emocionado. Não há nada mais honrado, do que defender nossas convicções e você faz isso com muita firmeza, com muita lealdade, com muita franqueza. Não há que se pedir desculpas. Isso é você! E você é essa liderança porque você é assim.

Eu quero falar só dois temas. Primeiro eu percebi que houve um erro de minha parte quando não me fiz entender com clareza do início.

Eu nunca exerci nenhum cargo público e eu tenho sentado aqui na minha frente pessoas que eu não conheço e pessoas que conheço há muitos anos. Aqui eu tenho amigos, e eu não vou sob nenhuma hipótese sair daqui, hoje, sem esclarecer que não é do feitio pessoal ofender a quem quer que seja. Se eu não me fiz entender com clareza, eu apresento as minhas escusas aqui. Sob nenhuma hipótese eu quis dizer que CDL ou qualquer segmento ou categoria tenha feito um levante de notícias falsas, não. Eu só esclarecendo uma coisa que me foi trazida pelos Deputados de que as notícias sobre o Simples Nacional estavam correndo soltas e que eram notícias que não eram verdadeiras. E se por algum motivo eu ofendi a quem quer que seja, apresento desde já...

s/tmr

1129au49.tmr

O SR. PAULO CÉZAR ZAMAR TAQUES - ... eu ofendi a quem quer que seja, apresento desde já e sem nenhum tipo de constrangimento minhas desculpas. Não viemos aqui para isso. (PALMAS)

Nós vamos apresentar, Paulo - e você tocou num tema sensível, que é a contenção do gasto público -, ainda esta semana a Assembleia Legislativa, além do Projeto de reforma tributário, um Projeto de Lei de reforma administrativa e o Projeto de lei que segue a PEC 241, que foi apresentada na Câmara, que está já no Senado com o nº 55, nós vamos apresentar a versão estadual dessa PEC, onde vamos discutir o fator previdenciário, vamos discutir o teto para o gasto

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

público, vamos discutir congelamento ou não de salário de servidor público. Tudo isso nós vamos apresentar aqui. (PALMAS)

E vamos apresentar aqui e os Membros deste Parlamento já sabem da tarefa difícil, árdua que teremos no final do ano.

Eu ouvi o Paulo Gasparoto falar de permitir que todos descansemos no final do ano. Nós também gostaríamos de descansar final do ano, mas o momento, Paulo e a todos que aqui estão nos ouvindo, exige de nós esse trabalho.

Eu ouço aqui com absoluta resignação todas as críticas sem nenhum tipo de receio. Porque é esse meio ambiente democrático que nos tornam todos fortes. Saibam - e eu encerro no particular - que o nosso Governo Pedro Taques está muito preocupado com o dinheiro público, tudo o que estamos fazendo, tudo, incluindo a reforma tributária é nos sentido de preparar Mato Grosso para o futuro.

Quando o Governador era Blairo Maggi todo mês ele pagava folha e ficava com um caixa de 600 milhões de reais, Paulo. Todo mês nós pagamos a folha e ficamos com um caixa de um milhão, dois milhões de reais. Esta é a situação do Governo do Estado de Mato Grosso hoje. Hoje nós pagamos a folha... Neste momento o orçamento está fechado.../nns

1129au50.nns

O SR. PAULO TAQUES - ... pagamos a folha, neste momento a folha está fechada, o orçamento está fechado, o financeiro está fechado para segurar receita para pagar a folha.

Quando pagamos a folha, um Estado cujo o orçamento é de 18 bilhões, fica com um milhão, dois milhões na conta até a conta encher de novo. Não se enganem, todos aqui fazemos parte do mesmo barco, cada qual com o seu remo, um de nós que deixarmos de remar o outro será sobrecarregado, este barco se chama Mato Grosso e temos que conduzi-lo nesta crise que vai se vizinhar e vai piorar. É nessa fala que queria agradecer por terem me permitido falar e repor algumas coisas aqui. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Gostaria de lembrar também que este Parlamento já tem, já existe uma conversa entre os Deputados e todos estão dispostos a permanecer no mês de janeiro para que ser for necessário apreciar essas matérias, estamos todos já alertados para este fato de tanta importância que é a apreciação dessas matérias.

Gostaria de convidar para fazer o uso da fala, o Sr. Jonas Alves de Souza, Presidente da FACMAT e Associação Comercial de Cuiabá. O Sr. tem dez minutos.

O SR. JONAS ALVES DE SOUZA - Bom dia Sr^{as}. e Srs., Sr. Deputado Guilherme Maluf, Sr. Secretário Paulo Taques em nome de quem cumprimento a todos, nosso companheiros líderes empresariais, Paulo Gasparoto, Hemes Martins, Sr^{as}, Srs., empresários, empresárias desse Estado, essa movimentação do setor empresarial que vem para Cuiabá fazendo os trajetos que já foram citados aqui nesse ambiente e o esforço de todos demonstra o interesse e a necessidade dessa discussão.

Estamos falando do futuro das empresas deste Estado, sempre se falou em todas essas reuniões na questão do aumento dos impostos que incidirão sobre a venda dos produtos. Tínhamos um combinado, foi acertado isso e discutido...

S/ rof

1129au51.rof

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. JONAS ALVES DE SOUZA - ...nós tínhamos um combinado e foi acertado isso e discutido quando foi discutido os MARCAPs, isso foi combinado, não foi imposto, se trabalhou muitos anos discutindo carga média, discutindo MARCAP de cada setor e foi também acertado antecipação do recolhimento acudindo o Estado principalmente que precisava arrecadar naquele momento, nós hoje e durante este ano todo temos discutido este assunto e sempre, especialmente, eu tenho alertado a questão que nós temos saindo do MARCAP que está estabelecido estamos indo para o MARCAP real e que isto sim vai aumentar imposto, eu participei de varias reuniões que aconteceram pelos setores e nós vimos em todas as simulações que haverá aumento de imposto sim, a população vai recolher mais imposto. Então é o Estado de Mato Grosso precisando ou não, a proposta ela traz aumento de arrecadação, pela menor alíquota, então existe esta preocupação muito grande para saber se a nossa população esta disposta a pagar mais.

Se a nossa alíquota no Estado de Mato Grosso é baixa ou alta em relação ao resto do país, acredito que esta alíquota que está hoje vigente é a alíquota que nós suportamos, que a nossa população suporta, se nós vamos partir para uma outra, um outro patamar de alíquota, nós temos que saber se cabe no bolso do consumidor, nós temos ações dos empresários sempre que vem inflação sobre o produto a gente vê especialmente no ramo de supermercado ele tira o produto da prateleira para não subir aquele preço, ele deixa de disponibilizar para chegar e vê se consegue de alguma maneira negociar melhor para não dar o impacto tão grande no consumidor na hora de ele fazer sua aquisição

Então nós estamos aumentando esta carga e é muito importante mesmo que seja dito a população, nós do sistema de associações comerciais desse país já fizemos vários mercados demonstração e carga de imposto em cima dos produtos que são consumidos então é bom mesmo que a população saiba mesmo quanto que esta pagando, isto é esclarecimento, é bom.

Mas nós precisamos viabilizar nossas empresas, as empresas que são de alguma forma dita aqui, que são meros repassadores de imposto, são empresas que organizam o sistema de empregabilidade deste Estado e desse país, são empresas que não tem só a responsabilidade de recolher ICMS...S/drm

1129au52.drm

O SR. JONAS ALVES DE SOUZA - ...são empresa que não tem só a responsabilidade de recolher o ICMS, essas empresas tem responsabilidade de recolher além do ICMS todos os encargos trabalhistas, todos os encargos federais, essas pessoas que estão aqui, esses empresários que vieram para cá, não brincam de fazer negocio, essas pessoas estão preocupados com futuro também do Estado, de participar de um Estado que seja rico, que seja promissor, participar de um Estado que seja provedor, o nosso Estado e aí nós entendemos o nosso Estado não está provendo ele não está fazendo investimento, nós estamos num Estado que está passando por um momento no pais que está passando por muitas dificuldades.

Então, tem que se pensar desse outro lado, mas nós temos que encontrar um equilíbrio, eu não vi conta nenhum em todas essas reuniões com alíquota de 2% não subisse pelos cálculos dos empresários, o mínimo o mínimo que eu vi foi de 3% que aumentaria a carga tributária e nós temos cálculos que vai até cento e sessenta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, temos que tratar disso, espero que nós tenhamos tempo para isso, porque hoje nós estamos discutindo em cima de uma minuta que ainda nós não temos com todas as modificações que fizeram e que foram necessárias e foram apontadas. Então, ficamos feliz que o Governo, a fundação Getulio Vargas tenha aceitado esses apontamentos por parte deles nós não sabemos ainda, então, nós precisamos nos afundar.

Eu peço aos Deputados, especialmente ao Deputado Oscar Bezerra que tenha a paciência e que abra essa discussão para que nós possamos tomar conhecimento profundo de tudo que está acontecendo e discutir com a sociedade. Se nós queremos mudar essa legislação, nós precisamos discutir com a sociedade, e com a sociedade não é só com líderes, os líderes tem que ir para interior e convencer os pares que é necessário que o Estado precisa daquele esforço daquele empresário naquele momento. Então, nós temos que estar junto nisso e nós somos parceiros em todos os momentos.

Eu não vi nenhum líder nosso empresarial aqui dizer que é totalmente contra que não quer fazer nada, nós temos que esquecer esse assunto. Não, nós estamos aqui discutindo e participando disso, nós queremos que haja o tempo suficiente, sem atropelos, se, essa agonia que nós passamos, desculpa, Secretário Paulo, com a questão do trezentos e oitenta, que nós tivemos, nós viemos pedindo a revogação dele desde início de janeiro. Então, queremos que as coisas aconteçam em seu tempo, com calma, bem discutido para que todos nós possamos fazer uma mudança de forma tranquila dentro da nossa empresas que não gere novos desempregos, que nós possamos reverter essa curva, eu sempre falo que a bicicletinha quando ela está pedalando para frente é fácil, quando ela começa pedalar para trás...s/lcb...

1129au53.lcb

O SR. JONAS ALVES-...quando ela começa a pedalar para trás, para você voltar a pedalar para frente de novo é um esforço imenso. E estamos sentindo isso no Brasil e, especialmente, no Estado de Mato Grosso. Diz que a crise chegou depois para nós, mas ela está sendo sentida, os nossos Pares do interior já tem reclamado: “Olha, aqui não tínhamos problema, agora já estamos tendo”.

Então, vamos pensar nisso e vamos fazer disso uma forma tranquila e serena em que todos estejam bem sabidos e que vão contribuir dentro disso, ou seja, que eles tenham consciência do que vão fazer e de como vão conduzir suas empresas.

Era isso que eu tinha para dizer, muito obrigado, pode contar com as associações comerciais deste Estado, e parabêniso pela Audiência Pública e parabêniso mais uma vez todas as pessoas que vieram do interior, esses líderes empresariais corajosos que estão aqui para ouvir e debater e participara disso.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Convido para fazer o uso da fala, o Sr. Carlos Montenegro, Presidente da Comissão tributária da OAB.

O SR. CARLOS MONTENEGRO - Sr. Presidente Deputado Guilherme Maluf, Deputado Oscar Bezerra, em nome de quem eu cumprimento a Mesa toda, senhoras, senhores, boa tarde já não é, passamos do meio dia. Sei que fui chamado para fazer a fala, farei logo na sequência porque o nosso colega Toco Palma quer fazer uma colocação, Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo que está tratando junto com a Comissão de Direito Tributário ao qual eu presido, o tema da reforma tributária.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, tenho algumas ponderações para fazer, farei na sequência, o Toco quer iniciar a fala, então, o convido para fazer essa ponderação.

O SR. TOCO PALMA- Boa tarde, Presidente, Presidente Guilherme Maluf, Deputado Oscar Bezerra, Deputado Carlos Avalone, Deputada Janaina Riva.

Eu levantei aqui logo no começo da Audiência Pública uma questão de Ordem, que para mim não é uma Audiência Pública. Uma Audiência Pública tem que vir com a minuta do que está sendo discutido. E até agora, Secretário Seneri, eu tive... Sou uma pessoa curiosa, entrei no site da SEFAZ, até agora a minuta não está na Secretaria.

Quero saber de vocês (PALMAS) quem daqui veio aqui para ver a minuta hoje? A minuta do texto, levanta a mão por favor.

(PARTICIPANTES LEVANTAM AS MÃOS.)

O SR. TOCO PALMA- eu acho que a maioria aqui veio para ver o texto...

...s/dmm...

1129AU54.dmm

O SR. MANOEL ANTÔNIO GARCIA PALMA (TOCO PALMA) -... eu acho que a maioria aqui veio para ver o texto.

Nós discutimos, o Deputado Carlos Avalone acompanhou, vinte e duas reuniões, discutimos aqui a questão de alíquotas, a questão da legalidade e das ilegalidades que a OAB levantou e nós vimos aqui a FGV, uma escola superconceito, mas a Reforma tributária nós não estamos aqui para ter aula mais. Nós já estamos, no dia 29 de novembro (PALMAS), esta Casa vai entrar em recesso, nós não precisamos ter aula. Eu estou resumindo essa Reforma tributária na agonia de vocês, de vocês, empresários. É como aquela música do Osvaldo Montenegro, agonia, que ano que vem está aí, a sua empresa pode ser fechada, você pode ter prejuízo, não sabemos...

E também quero complementar, Secretário Paulo Taques, eu tenho que fazer esse registro, que ano passado eu fui representando a OAB para falar sobre o Decreto 380. Chegou lá, estava aqui o Líder, Dr. Júnior, o Dr. Darilson, também da OAB, chegou lá, eu falei: o Decreto 380n está errado, não pode ser por Decreto. Vários Secretários, várias pessoas falaram: “Não, o Governo é formado de doutores.” Então, graças a Deus vocês escutaram o nosso apelo. Eu, com a minha simples pós-graduação da UFMT combati o Decreto 380.

Então, eu quero deixar claro o bom-senso desse Governo e o respeito ao cidadão. Nós temos que ter respeito ao contribuinte.

Eu termino aqui na agonia, na música do Osvaldo Montenegro e também, ontem, para relaxar, eu estava ansioso por causa do texto da Reforma que não chegava, coloquei um DVD do Zeca Pagodinho e tocou aquela música, essa Reforma está parecendo a música: isso aqui é caviar, nunca vim, não comi, só ouço falar.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. CARLOS MONTENEGRO - Muito obrigado, Toco Palma.

Senhores, eu gostaria, na verdade, de pautar e deixar claro a posição da OAB nesta Reforma tributária. Muito se comentou o Parecer da OAB e muito se falou, eu acho que todo mundo quer ouvir um pouco o que a OAB tem a dizer, mas é preciso pautar e ter coerência com o trabalho que tem sido desenvolvido. Para isso eu preciso dizer que a OAB está fazendo um trabalho à setorial, apartidário, imparcial...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

...S/CAC

1129au055.cac

O SR. CARLOS MONTENEGRO - ... fazendo um trabalho à setorial, apartidário, imparcial. A OAB está fazendo um trabalho estritamente técnico e não poderia ser diferente. A OAB não tem dados de segmentos, a OAB não tem números, o que a OAB tem o que? Tem o apego e o conhecimento da lei e da Constituição. Então a OAB não pode tomar partido, alguém tem que fazer o trabalho de análise da legislação. A OAB está contribuindo com essa análise de forma isenta e imparcial. Então eu gostaria primeiramente de pautar isso para que não pareça que a OAB está tomando partido de A ou B, quando na verdade não está. Estamos todos aqui defendendo o interesse comum.

Eu acredito e pelo que eu vi aqui, quase todos os líderes falarem, todos estão à favor da reforma tributária, mas uma reforma tributária de forma sustentável, uma reforma tributária que seja segura. Então, me parece que estamos todos com o mesmo objetivo. O que precisamos é nos harmonizar. A OAB está se harmonizando sob o ponto de vista da lei, então esse é o trabalho que a Ordem está fazendo.

Quando veio a primeira minuta de 3,3%, nós convocamos uma reunião extraordinária com os membros da Comissão de Direito Tributário; com os membros da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, do Legislativo; e fizemos uma análise do texto que nos foi encaminhado. Nesta ocasião pontuamos cinquenta e quatro itens. Agora, eu preciso também fazer um esclarecimento: a ação cinquenta e quatro há inconstitucionalidade ou ilegalidades? Não. Existiam pontos e sugestões de melhoras, sugestões para que a lei fosse mais clara, que a lei se adequasse a legislação. E existiam pontos de inconstitucionalidade e ilegalidade? Sim, existiam. Alguns? Não, vários. E nós também fizemos essa pontuação.

É importante também frisar o seguinte, e esse foi o posicionamento liberado pelo nosso colegiado: a reforma tributária em seu modelo em que foi proposto, a reforma no modelo em que foi proposto, é absolutamente constitucional. A Constituição estabelece o sistema não cumulativo. E então não podemos negar a reforma na sua estrutura constitucional. O problema é que dentro do projeto que foi apresentado existiam determinados trechos, determinados artigos e disposições, estes sim, que afrontavam com o Código Tributário Nacional, a Constituição, a Lei Complementar. Então, em vista disso, nós fizemos recomendações de melhoria, porque entendemos que estamos aqui, e como não é uma reforma, uma construção de uma legislação, estamos aqui para contribuir, e a Ordem não poderia ser furta...

s/tmr

1129au56.tmr

O SR. CARLOS MONTENEGRO - ...para contribuir, e a Ordem não poderia ser furta ao seu papel de contribuição à sociedade.

Então, isso é muito importante ficar claro porque muito se diz na imprensa e nós não podemos distorcer o trabalho da OAB nesse momento.

Estive com a famosa minuta em mãos por exatos 45 segundos, que o Secretário Seneri Paludo me franqueou e pude verificar, passando páginas rapidamente. Óbvio que não é uma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

análise jurídica de que muitas das sugestões que foram feitas foram acatadas e foram incluídas no projeto, o que é um excelente sinal.

Agora, dentro disso, nós vamos ter que verificar, e vai caber a quem? Aos setores. Qual é o impacto que isso vai causar no setor? E aí, sim, com a alíquota concreta para que a análise possa ser feita. O setor está precisando disso. E daí dentro daquele conceito que o Secretário Seneri Paludo pontou no início da apresentação.

O fato é que as alterações grande parte foi feita. Outra parte já vi que também não foi feita. E a OAB vai refazer o trabalho, tenho certeza disso. Convocaremos uma nova reunião extraordinária, assim que o projeto estiver disponibilizado para fazer um novo parecer, que será encaminhado nos mesmos moldes tanto para o Governo como para a Assembleia Legislativa, que será publicado também à sociedade. Então, essa é a nossa contribuição. Preciso pontuar isso.

E o último detalhe que eu gostaria de também frisar. É que estamos falando de uma matéria que pela sua natureza é diferente das demais. O direito tributário por ser matéria de direito público guarda determinadas peculiaridades notadamente ele precisa da lei. Por isso que estamos tanto falando de lei. Por que se fala tanto de lei? Todo mundo está falando de lei. “Ah, vamos legalizar isso, vamos legalizar aquilo.” Por quê? Se não houver legalização nós estaremos no poder, no arbítrio das autoridades fiscais. E é justamente isso que estamos querendo com a reforma tributária fechar. Vamos legalizar ...

A proposta é o quê? Vamos legalizar tudo. E deixar o mínimo possível para que as autoridades fiscais possam fazer. A autoridade fiscal tem que cuidar de regulamento. Qual é o prazo de recolhimento de imposto, como se emite a nota fiscal, todo resto tem que está na lei, o fato gerador, a base de cálculo. O decreto se presta para isso. Então, a função da lei é muito importante. Não pode haver brechas para o poder da administração regulamentar matéria que deve estar por lei. Outras matérias são claramente do poder da administração, matérias .../nns

1129au57.nns

O SR. CARLOS MONTENEGRO - ... Outras matérias são claramente do poder da administração, matérias regulamentadas, isso também, todos temos que ficar atentos para que não aconteça.

É importante também frisar que o direito tributário é eminentemente constitucional. É nele, na Constituição que se encontra o berço do Direito Tributário. O Direito é meio frio nesse ponto, existe a Constituição, existe a Lei Complementar 87/93, que é a Lei KANDIR, existe a Legislação Federal e os convênios.

A nossa Legislação não pode fugir muito disso. A nossa criatividade tem limite, temos que ter o discernimento de seguirmos a Legislação Federal sob pena de termos uma Legislação inconstitucional.

A Ordem se coloca à disposição, na verdade, da legalidade, o muro da Ordem,... falar: “Ah! Vocês não tomam a posição de ninguém.” Sim, tomamos. Tomamos a posição do muro da legalidade que talvez nessa Reforma seja o aspecto mais importante que tenhamos que observar para não correremos o risco de estarmos em um cenário onde a sua empresa está pagando imposto e o seu concorrente não está.

Isso é quebra de isonomia, onde um paga e o outro não paga. E pior, não paga com o apoio da justiça porque a justiça obviamente vai analisar a Legislação sob o ponto de vista legal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Se aquela determinada norma é inconstitucional, o juiz vai afastá-la. O seu concorrente pode não estar pagando tributo de uma forma legal, autorizado pela justiça. Isso não pode acontecer jamais.

A Ordem reitera o seu posicionamento de forma isenta, técnica, imparcial e em prol da legalidade. Boa tarde. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE GUILHERME MALUF) - Gostaria de convidar para fazer o uso da fala, representando o Presidente da Federação de Indústria de Mato Grosso, o seu Vice-Presidente, o Sr. João Carlos Baldácio.

O SR. JOÃO CARLOS BALDÁCIO - Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente desta Audiência, Deputado Guilherme Maluf, em nome de quem cumprimento todos os Deputados aqui presentes. Quero cumprimentar em nome do Seneri, Secretário da Fazenda, todos os Secretários hoje presentes aqui e todos os servidores da Sefaz que participaram de uma forma ou de outra, é uma equipe que contribuiu muito para que pudesse se construir a Reforma tributária. Cumprimentar todos os empresários da indústria, do comércio...

S/ rof

1129au58.rof

O SR. JOÃO CARLOS BALDASSO - ...cumprimentar todos os empresários, da indústria, do comércio, senhoras e senhores.

Eu acho que no final de toda essa discussão o que nós podemos verificar é o seguinte, a reforma tributária é um anseio de todos nós, uma verdade nós temos que dizer: do jeito que está não pode ficar, nós temos que melhorar. Eu vou contra uma história que aconteceu há uns três ou quatro anos atrás, dentro do seio da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso, em que a gente se reunia com alguns colegas para discutir sobre a vinda de novos investimentos para o Estado, empresas que estavam se habilitando para via para o Mato Grosso e que a gente falava que era importante não levar estas pessoas na nossa reunião mensal, porque se a gente levasse estas pessoas que estavam pensando em investir no Estado de Mato Grosso, para acompanhar uma reunião mensal da Federação das Indústrias, elas sairiam com a certeza de que aqui não era lugar para investir e ia para outro Estado para investir.

Então nós temos que fazer com que a simplicidade que uma reforma tributária justa atraia investidores, isto será bom para a indústria, será bom para o comércio, será bom para Mato Grosso que vai se tornar cada vez mais um Estado forte e um Estado que atende a sua população, que melhora a qualidade de vida das pessoas.

E nós somos todos aqui mato-grossenses, ou de nascença ou de coração, eu sou mato-grossense como se diz por ai pau rodado e aqui grande parte é de nascido e pau rodado, mas todos mato-grossense de coração

Nós temos claro que da forma que esta não da para ficar, com este cipoal burocrático atrapalha a vida das empresas, que atrapalha que você tem que ter um monte de gente na sua área administrativa pra dar conta de toda a parafernália de leis, de decretos, de regulamentos, de portarias, etc, como disseram aqui mais de quatrocentas setenta mil palavras que não se contradizem em pontos aqui, pontos acolá, então isto é claro que nós precisamos mudar.

É lógico que qualquer mudança ela cria resistências, ela cria problemas e isto nós estamos aqui para discutir, para debater, para tentar fazer com que a gente chegue a algum consenso, mas que precisamos fazer a reforma tributária isso é uma questão que não tem outra, vamos voltar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

um pouco, nós tivemos um problema estes dias atrás com inconstitucionalidade de medida, de leis, de decretos que foram aprovados tempos atrás e que criaram, é o caso do FUNEDES, que hoje nós temos que voltar a discutir a questão do FUNEDES, fazer o parcelamento de uma coisa que estava resolvida, quer dizer, isto mostra insegurança jurídica para se investir no Estado de Mato Grosso.

Nós precisamos caminhar para frente...S/drm

1129au59.drm

O SR. JOÃO CARLOS BALDASSO -...nós precisamos caminhar para frente, e caminhar para frente precisamos ter uma nova legislação tributária neste Estado. Como nós vamos chegar nela, eu acho que estamos aqui para discutir, eu acho que um grande passo, um grande avanço já foi feito, lógico que tem que agradar todo mundo, como dizia um ator comediante, “o segredo do sucesso não sabia, mas o fracasso agrada todos”mas não vai agradar a todo mundo e nós temos que ter essa certeza, agradar todo mundo não vai.

Algumas coisas são especificamente no caso a indústria, eu acho que atendendo a questão do comércio também são importante no nosso caso, uma delas é o apoio setorial que nós precisamos viabilizar alguns empreendimentos que se instalam no Estado de Mato Grosso, isso precisa ter porque se não nós não viabilizamos indústrias que vai gerar crescimento e melhorar o Estado.

Outra questão é tentar se resolver a questão de não se aumentar a carga tributária das empresas do Simples, eu acho que esses dois pontos eles resolvem grande parte dos nossos problemas, eu acredito que nós estamos no caminho de avançar, eu espero que nós chegamos bom termo e consigamos aprovar essa reforma tributária.

Agradeço a todos muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Deputada Janaina Riva, convido para fazer uso da fala.

A SR^a JANAINA RIVA - Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentá-los e dar boas vindas em nome do nosso Presidente Deputado Guilherme Maluf, dizer a vocês que serei muito breve na minha fala, eu já tinha dito agora pouco ao Deputado Oscar Bezerra, que eu me senti aqui citada de várias formas. Primeiro por ser líder da oposição nesta Casa, ser líder não quer dizer que você tenha o comando sobre seus colegas, mas que muito nós dialogamos e nós conversamos sobre o que nós pensamos sobre o nosso Estado de uma forma independente, isenta.

Então, vários momentos aqui nesta Casa, eu disse agora pouco aos meus colegas que estava ali, eu acredito que várias das discussões proferidas aqui desta tribuna, elas tinham sido discutidas concomitantemente, juntas, não adianta vir aqui nesta tribuna e falar agora da reforma administrativa sem você correlacionar ela a reforma tributária, não adianta nós termos discussões isoladas aqui sobre repasses duodécimos sem falar com iniciativa privada também, tudo isso nós tínhamos que estar discutindo no mesmo momento...s/lcb...

1129au60.lcb

A SR^a JANAINA RIVA -...sobre repasses e duodécimos sem falar com iniciativa privada também. Tudo isso nós tínhamos que estar discutindo no mesmo momento, porque não é justo nem para um lado e nem para o outro. Podem ter certeza que vários argumentos da iniciativa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

privada são justos e eu considero justos assim como eu considere justos também os argumentos aqui dos sindicatos e do funcionalismo público de Mato Grosso. Por isso que tínhamos que discutir tudo de forma simultânea e por isso que não é possível votar essa reforma tributária esse ano.

É inviável... (PALMAS)

A SR^a JANAINA RIVA -...você votar a reforma tributária sem antes você ouvir todos os interessados. E aí vai ficar justo para todo mundo como o Secretário Seneri falou agora há pouco. Eu não tenho dúvida de que a reforma tributária ela é essencial ao Estado de Mato Grosso. E na minha opinião, humilde opinião, que ele disse agora há pouco que ele não é nem um pouco ignorante em tributário, aliás, conhece muito do assunto, tem sido uma pessoa que tem se destacado, e tenho esse reconhecimento. Eu posso ser ignorante no que se trata de economia e tributário. Mas eu tenho uma veia política, me preparei para isso, e não tenho dúvida que está faltando uma coisa aqui para fecharmos e encaixar tudo: Habilidade na condução desse processo. Falta habilidade nesse diálogo. Nós precisamos discutir mais. A Assembleia Legislativa não pode agir de outra forma que não seja prorrogando essa discussão, mesmo entendendo que seja importante, mas a reforma era para ter sido começado a debater essa reforma em 2015 já. E agora estaríamos aprovando ela, deixando todo mundo contente, mas qualquer passo que a Assembleia Legislativa dê que não for nesse sentido agora, nós não vamos agradar nem os contribuintes e nem o poder público. Ninguém vai sair 100% satisfeito, e nem acredito que tenha como se fazer isso. Mas eu não tenho dúvida, Henrique que está aqui, Presidente do SINTEP, que nós precisamos discutir isso juntos, porque o vilão não é o funcionalismo público e o vilão não é o contribuinte, mas o vilão verdadeiro hoje é o poder público. Isso eu não tenho dúvida nenhuma. O problema não estava aqui quando vieram se discutir aqui, por exemplo, a questão que o Sr. Paulo Gasparotto citou aqui a questão da RGA. Não adianta acharmos que aquelas pessoas que estavam aqui dentro são os causadores da crise econômica que nós temos hoje dentro do Estado. Vai muito além disso, vai muito além disso. E como que nós vamos falar aqui em dependência quando nós só temos interessados aqui para votar, para legislar e para executar. Nós somos os interessados. E é por isso que eu acredito...
...s/dmm...

1129AU61.dmm

A SR^a JANAINA RIVA -...quando nós só temos interessados aqui para votar, para legislar e para executar. Nós somos o interessado. E é por isso que eu acredito que tenhamos que discutir tudo isso em conjunto. A constitucionalidade, Toco Palma, que a OAB sempre tem afirmado, como foi aqui com a questão do Decreto 380, ela vai continuar sendo de todas as formas questionadas na justiça. E em minha opinião, se o Governo vier a fazer isso por Decreto, que eu sei que pode fazer, vai derrubar no outro dia. No outro dia. Inclusive nós, do PMDB, nos propomos a entrar com essa ação, porque não cabe mais esse autoritarismo. Nós temos que discutir isso e nós precisamos de tempo para discutir isso.

Então, eu quero dizer aos senhores que nós, aqui da Oposição, não seremos empecilho para discutir de forma alguma, nem essa questão do funcionalismo público, nem essa questão do teto, da PEC em nível federal, mas nós também não vamos fechar os microfones para que eles possam também serem ouvidos. Vocês irão ver que passa longe aqui da Assembleia Legislativa os que não precisam se preocupar com o Reajuste Geral Anual. O peso do Governo do Estado e do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Governo Federal não estão nesses que recebem esses salários ínfimos, estão naqueles que recebem os auxílios, as verbas indenizatórias, inclusive nós, Deputados Estaduais... (PALMAS) É por isso que a discussão é muito maior do que isso. Então, é isso que eu gostaria de falar para vocês. E o Estado mostrar qual é seu real interesse. Mato Grosso não tem um imposto menor em muitos setores por outro motivo que não seja também a sua dificuldade de infraestrutura e logística. É mais caro também para chegar aqui.

Eu me lembro, quando eu era menina, quando fazia alguma encomenda: vocês entregam em Mato Grosso? Sequer entregava mercadoria aqui em Mato Grosso.

Então, nós precisamos melhorar. Se for para fazer a Reforma e nós temos que aproveitar disso, a sociedade civil organizada precisa aproveitar esse momento, que é o momento de nós exigirmos a contrapartida do Poder Público. É o momento de nós exigirmos para a nossa região quais são as verdadeiras reais intenções e deixar de usar de politicagem como sempre foi usado. Eu não estou me referindo com relação ao Governo atual, eu estou falando como sempre foi, mas que não cabe mais no atual momento político brasileiro.

Então, eu gostaria de dizer a vocês que contem comigo. Se o mecanismo for para nós diminuirmos as desigualdades dentro do Estado de Mato Grosso, se a reforma for para isso, se for para ouvirmos todos os lados... agora, não conte comigo para dizer que em um mês eu vou ter certeza do que eu vou aprovar dentro desta Casa, porque eu não quero ser responsabilizada...

...S/CAC

1129au062.cac

A SR^a JANAINA RIVA - ... desta Casa, porque eu não quero ser responsabilizada pela falência ou pela saída de qualquer um que seja contribuinte deste Estado e pelo milhares de desempregados que corremos o risco em ter em Mato Grosso se aprovarmos isso aqui às pressas. Nós precisamos ter certeza do que estamos fazendo. É isso que eu gostaria de encaminhar à Mesa. Esse é o meu posicionamento e eu tenho certeza que com a sensibilidade de todos os colegas nós podemos no ano que vem terminarmos essa discussão e depois termos aqui, não uma queda de braço, mas termos de verdade uma decisão tomada por todos os setores que seja benéfica para todo o Estado.

Era isso que eu queria falar. Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Com a palavra, o Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Eu quero cumprimentar Vossa Excelência Deputado Guilherme Maluf e todos os nossos companheiros Deputados Estaduais, todas as Lideranças e o Governo, que aqui está representado.

Quero dizer da importância desse momento de estarmos discutindo embora não tenhamos essa minuta ainda disponibilizada, Paulo Gasparoto. Mas ver todo empresariado do Estado mobilizado, isso é importante! E quero também parabenizar todos os nossos companheiros que vieram de lugares tão distantes do Estado. Vejo empresários, pessoas que vieram de Alta Floresta e que estão aqui! (PALMAS) Então isso demonstra o quanto estão preocupados com esse momento e que querendo discutir.

Eu chegando aqui e conversando com Neles Walter Ferreira de Farias, nosso companheiro Presidente do CDL da cidade de Rondonópolis que disse: “Olha, nós estamos aqui em setenta!”. Então, setenta homens e mulheres empresários que estão preocupados com seu negócio,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

com seu empreendimento e querendo manter. É aquilo que você estava dizendo, manter... E além de fazer com que esse seu empreendimento, seu negócio continue gerando emprego, mantendo os empregos do Estado de Mato Grosso.

Então, eu quero aqui parabenizar todos os empresários e fazer aqui uma consideração. Quero aproveitar a oportunidade e solicitar ao nosso Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Guilherme Maluf para dizer que estamos praticamente durante todo esse ano discutindo o Estatuto da Micro e Pequena Empresa aqui na Casa...

s/tmr

1129au63.tmr

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - ...o Estatuto da Micro e Pequena Empresa aqui na casa. Todas as considerações foram feitas, emendas que foram já propostas. Tivemos a oportunidade inclusive de debater com segmentos.

Então, o meu pedido neste momento é que antes de aprovar a reforma ou dessa reforma tributária nós aprovemos aqui o Estatuto da Micro e Pequena Empresa que vai sem dúvida nenhuma nos dá muito mais segurança neste momento. Então, fica aqui a nossa solicitação. Nós já estamos com isso tudo pronto. Estava dizendo ao Secretário-chefe da Casa Civil que essa discussão já foi travada. Então, é importante que nós realmente aprovemos esse Estatuto.

74% dos empresários estão no Simples Nacional. Eu acho que é o momento de nós garantirmos e darmos essa segurança ao micro e pequeno empreendedor. Então, fica aqui mais uma vez o abraço.

Nós possivelmente vamos ter que nos retirar. Temos, às 14h, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nós devemos abrir essa reunião. E se o debate for até às 17h, essa nossa Reunião da CCJR estará suspensa até o final da nossa Audiência Pública. Então, a todos vocês um abraço. E vamos discutir juntos essa reforma com tranquilidade para que nós cheguemos ao bom termo. Um abraço a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDNTE (GUILHERME MALUF) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Avalone.

O SR. CARLOS AVALONE -Boa tarde a todos!

Eu quero cumprimentar aqui o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Guilherme Maluf; o Presidente da Frente Parlamentar, Deputado Oscar Bezerra; e o nosso Líder do Governo, o Deputado Dilmar Dal Bosco, em nome de todos os Deputados;em nome do Secretário Seneri Paludo, os Secretários Paulo Taques e Gustavo e em nome das lideranças o meu amigo Paulo Gasparoto; Sr. Hermes e o Jonas, em nome da FACMAT, da OAB, em nome do Toco e do Carlos Montenegro e todos os companheiros que aqui estão.

A base de toda a questão da reforma foi sempre colocada em cima do não aumento da carga tributária do Estado. Portanto em se manter uma arrecadação de 9 a 10 milhões de reais de ICMS.../nns

1129au64.nns

O SR. CARLOS AVALONE - ... portanto em se manter uma arrecadação de 9 a 10 milhões, bilhões de reais de ICMS para o próximo ano e se aumento houvesse seria pelo aumento da base de arrecadação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Uma crítica que fiz ao belíssimo trabalho feito pela Fundação Getulio Vargas e melhorado com as iniciativas da OAB, as iniciativas dos empresariados nas 22 reuniões que tive a honra de participar de 20 delas. Acho que a Secretaria de Fazenda cansou de me ver lá. Fiquei oito horas por dia durante 15 dias, todos os dias dentro da Secretaria de Fazenda discutindo e conversando com os Srs. representantes dos Srs. lá, em nome da Assembleia Legislativa.

Esse belíssimo trabalho mostra que esse aumento não deverá existir em um primeiro momento a não ser pelo aumento da base. Porém, na hora que fechamos aqui, apresentamos os números com os lances de 17% e depois 15%, percebemos que nos estudos não teve como nem a Fundação Getulio Vargas e nem a equipe da Secretaria de Fazenda considerar o aumento da base.

Quando se faz o estudo da arrecadação, o aumento da base não está considerado e não é fácil fazer essa conta mesmo. Quando o Estado que tem que pagar conta, do funcionalismo tem que pagar conta da Educação e da Saúde, tem que ser reativo neste momento.

Tenho convicção, pela experiência que tenho, que vai ter um aumento, mas é difícil de avaliar, mas acho que o Governo e a Secretaria de Fazenda tem que acreditar no trabalho que fez e tem que acreditar que a base vai aumentar. Está na hora de calibrarmos a alíquota, é 15, é 16, é 17, que já vi que não vai dar para ser menos(RISOS). Calma, calma, calma. Temos que saber que isso é uma coisa que tem que ser considerada.

Outra coisa que faço de ponderação, o Secretário Seneri fez uma exposição muito precisa, até brinquei ao lado, falei assim: “Queria ter um filho igual esse.” Ele realmente é brilhante na minha avaliação, gosto muito das posições do Seneri, mas ele deu um exemplo sobre incentivo fiscal, que foi o exemplo da aviação. Ele deu um exemplo que é um incentivo que não teve redução, teve aumento de arrecadação porque se vendia alguns mil litros ou milhões de litros de óleo de aviação e a partir do incentivo que ele deu, que o Estado deu, teve um aumento da arrecadação por causa do aumento da venda. Incentivo fiscal bom é esse, incentivo fiscal bom é aquele que aumenta...

S/ rof

1129au65.rof

O SR. CARLOS AVALONE ---incentivo fiscal bom é esse. Incentivo fiscal bom é aquele que aumenta a arrecadação, eu não acredito que nós vamos continuar discutindo incentivo fiscal que diminui a arrecadação.

Ele aumenta o desenvolvimento e aumenta a arrecadação, aumenta a arrecadação. O algodão é um exemplo disso, não tinha algodão no Estado, demos um incentivo aumentou, não diminuiu. O pró-madeira e todos estes programas que nós estamos falando aqui, que ele listou aqui, são programas que aumentam a arrecadação. Tem incentivo que diminuiu? Ou renuncia? Tem, é um fato, esses eu não defendo. Agora defendo a competitividade, nós não podemos chegar de repente e falar assim: olha nós vamos fazer uma reforma e o segmento inteiro que emprega trinta mil pessoas, vinte mil pessoas, quinze mil pessoas, porque nós fizemos uma reforma, não terá uma transição e portanto, no dia seguinte eles fecharão as portas, Eu vejo o Sr. Sérgio me olhando aqui, a área de atacadista é um caso destes que temos que ter uma transição, não é só uma transição, tem que ter uma solução, uma alternativa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

E aí fica um apelo aqui também neste sentido ao Governo, mas principalmente ao Presidente da Assembleia da Frente Parlamentar pela lista de incentivos que eu vi aqui e que precisam ser ajustados nos próximos noventa dias ou próximos cento e oitenta dias é um trabalho talvez superior a capacidade que a nossa Secretaria de Desenvolvimento - SEDEC, tenha condições para fazer estas adequações. Realmente aí nós temos um problema de excesso de ações que teremos que tomar, tanto do Governo quanto da Assembleia e nós temos que talvez melhorar esta questão do tempo, esta questão do tempo realmente talvez só cento e oitenta dias para entrar em funcionamento, eu não estou conseguindo entender que nós daremos conta de que isto aconteça, certo?

Mas também já para encerrar, é necessário que a gente faça uma referencia sim a questão do que foi aprovado no passado com a questão dos aumentos salariais do Estado de Mato Grosso. Eu sou obrigado a falar isto porque estava aqui na Casa, então de uma forma outra de outra apesar de ter alertado a todos através de artigos, através de conversas com o próprio Governador, mas esses aumentos todos aconteceram e passaram por esta Casa, foram trinta e sete classes sociais, sindicais que passaram aqui e que tiveram aumentos salariais, recuperação de salários de tantos e tantos anos que se entendia que estava com os salários represados ...S/drm

1129ª66.drm

O SR. CARLOS AVALONE-...que se entendia que estava com salários represados e teve segmento que teve 36% de aumento, teve segmento que teve 28%, 30%, 14%, 17%, 20% além do RGA, isso foi parcelado. Lógico que isso trouxe um desequilíbrio, os funcionários públicos não são responsáveis, não pode ser acusado de nada agora, mas houve um desequilíbrio no Estado devido a essas ações que foram feitas com aprovação nosso.

Isso fez com que a folha de pagamento saísse de quatro bilhões e chegasse agora a oito, nove bilhões em três anos, agora que agente goste ou não goste o Governo está dizendo tanto o federal como o Estadual que está vindo alguma coisa, congelamento, alguma coisa nessa linha e não adianta nós discutimos se é legal ou não é legal, ele é única forma de sobreviver.

Então, é um problema serio e nós vamos ter que discutir junto sim, aí a Deputada Janaina Riva tem razão, vamos discutir junto...

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Deputado, Vossa Excelência está dizendo que o senhor está fazendo uma ponderação no sentido de que a discussão seja feita junto com a legislação específicas?

O SR. CARLOS AVALONE - Exato. Já estava combinado isso, nas vinte duas reuniões que cada segmento colocou que precisava de legislações específicas e o Secretário Seneri Paludo e a Fazenda junto com Deputado Oscar Bezerra e tal nós chegamos “olha isso vai precisar não de três meses, mas seis meses porque a SEDEC vai ter fazer as específicas” então, por isso que vai ter esse tempo de seis meses.

Mas o que se percebe nas discussões que esse tempo me parece ainda muito curto, me parece que o tempo não vai ser suficiente para nós calibrarmos tudo isso, e nós podemos cometer um absurdo e aprovar alguma coisa e causar o impacto tão forte no segmento, dois ou três segmentos que inviabiliza esses dois ou três segmentos. Eu tenho certeza que está Casa aqui não tem esse histórico, o histórico da Assembleia Legislativa é um histórico de calibrar muito bem isso, porque ela houve bastante, independente do que o Toco falou e conhece juridicamente sobre a legalidade vamos dizer assim desta Audiência, mas esta Casa vai esta audiência, outra audiência, quantas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

audiências forem necessárias porque é perfil da Casa, é ouvir todo mundo e cada segmento vai vir aqui falar não tem jeito.

Mas é isso, Sr. Presidente, precisa realmente, o Secretário Ricardo já me recebeu umas três vezes na última semana...s/dmm...

1129AU67.dmm

O SR. CARLOS AVALONE -...precisa realmente, o Secretário Ricardo já me recebeu umas três vezes na última semana, em consequência disso levando segmentos que já foram lá, da confecção, agora de reciclagem, do comércio, atacadista. Quer dizer, são ações que terão que ser feitas.

Essas eram as ponderações eu agradeço a oportunidade. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Com a palavra, o nobre Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Sr. Presidente, Secretário Paulo Taques, neste ato representando o Governador do Estado de Mato Grosso; Henrique Lopes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação; cumprimento todos e todas na pessoa do Sr. Paulo Gasparoto.

Eu quero fazer um gancho no pronunciamento do Secretário Seneri Paludo, que citou como exemplo o Engov. Eu quero dizer que aqui ainda bem que ninguém precisa tomar Engov, todo mundo vem com estomago preparado e com discernimento próprio de quem já está preocupado com a situação, com toda sobriedade.

Eu quero começar dizendo da importância das audiências públicas e de modo especial desta que trata de um tema tão relevante, que é a questão da legislação que vai tributar as pessoas. E aí uma matéria como essa, que já foi dita aqui pela companheira Deputada Janaina Riva, que é uma matéria que não pode ser votada no atropelo, ao arrepio, ela carece ser debatida. E uma Audiência Pública que ocorre sem que tenha aportado aqui nesta Casa a Mensagem da Reforma tributária, ela já começa atropelando, porque a meu entender essa audiência deveria começar já com todos nós, tendo a oportunidade de ter acesso ao texto da Reforma tributária com ela já aqui nesta Casa. E mais, com vocês que representam o comércio, representam as indústrias e que vem de tão longe e, ao chegar aqui, não tiveram essa oportunidade...

...S/NNS

1129au68.nns

O SR. VALDIR BARRANCO - ... e vem de tão longe e que, ao chegar aqui, ainda não tiveram essa oportunidade, audiência pública não é uma benevolência do Poder Público, ou do Governo do Estado, ou da Casa de Leis, ela é um direito, é uma necessidade que ela ocorra, não estamos aqui uma benevolência com vocês, estamos aqui para debater a matéria e não sou contra a Reforma tributária, assim como já ouvi aqui vários dizendo sobre isso.

Acho que a Reforma tributária, desde que ela seja justa, que ela seja debatida e que a Audiência observe um princípio mais pedagógico para que possamos ir construindo juntos, que ela seja levada a sério porque já cansei, desde quando fui Prefeito, cansei de ver Audiências Públicas para tratar de um tema em que aqueles que eram diretamente interessados, participavam, ao

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

contrários e depois não era levados adiante o que colocavam como seu ponto de vista nas Audiências Públicas.

Se as audiências públicas ocorrerem e a maioria daqueles que serão diretamente afetados e afetadas sair com um posicionamento contrário ao que é colocado no texto e não for acatado, de que adianta audiência pública? Ela não terá nenhum valor. Também desde que ela seja debatida exaustivamente, o texto tem que ser debatido.

Entendo que esta Casa, salvo, de repente, raras exceções dos nossos colegas Parlamentares não está preparada, não me sinto preparado para votar esta matéria, já vi que outros colegas também não se sentem.

Enquanto não se sentirem preparados, não podemos carregar o pecado original de decidir por uma Reforma tributária que depois pode, logo ali adiante, levar muitas empresas à falência e a sacrifícios extremos.

Essa audiências portanto precisam ocorrer muito mais, por um período de pelo menos seis meses e que ocorram não só aqui na Assembleia Legislativa, fazendo com que vocês tenham que fazer um enorme sacrifício, às vezes, para se deslocar do interior do Estado para estar aqui em Cuiabá, mas que nós da Assembleia e do Governo do Estado que recebemos salários com recursos públicos oriundos de impostos que cada um paga, possamos ir até vocês. (PALMAS) Que possamos ter audiências públicas no Nortão para que os pequenos empresários que queriam estar aqui lutando porque, às vezes, não tem recursos, lá de Alta Floresta, de Nova Bandeirantes, posso estar... estão aqui os empresários lá da região do Araguaia, de Confresa, Santa Terezinha...

S/ rof

1129au69.rof

O SR. VALDIR BARRANCO -- ...para que os empresários lá da região do Araguaia, Confresa, Santa Terezinha possam estar aqui, do noroeste possam estar aqui também assistindo, se conscientizando, se inteirando e dando a sua opinião e a sua participação numa mudança da legislação que é tão importante, tão fundamental como já tem sido dito aqui.

Para finalizar eu quero dizer que aqui, Dr. Paulo Gasparotto se emocionou, as vezes falou no ardor da emoção, mas aqui nós temos os empresários que ajudam a construir este país e ajuda a construir o Estado de Mato Grosso, mas aqui temos os funcionários público que merecem o nosso respeito porque ajudam a construir este país, este Estado e a conduzir a máquina pública, a máquina pública vive sem o Governador do Estado por um período, pode tirar o Governador que os servidores por um determinado período fazem com que ela tenha vida própria, mas não vive sem os servidores. Então os servidores aqui estão presentes, estou vendo o Henrique, vários outros, eles não estão do outro lado da trincheira, estão aqui neste dia exatamente para se somar a vocês, para pedir que nós tenhamos sim uma reforma tributária justa e são estes servidores, mais de cem mil no Estado de Mato Grosso, que não gasta seus salários em Miami, Nove York, Buenos Aires, eles gastam no comercio de vocês a cada dia. (PALMAS)

Essas são as minhas considerações e desejo proficuaente que nós possamos debater ao longo de mais cinco, seis meses e não fazer e com que esta legislação seja atabalhoada, que nós possamos no decorrer de 2017 para que tenhamos uma legislação tributária amadurecida a ser implantada e em 2018, claro com consenso de todos e todos.

Obrigado. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - convido Deputado Dilmar Dal Bosco para fazer uso da fala.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Boa tarde a todos, para mim é uma honra, uma grande debate, um dos maiores debates que eu já participei estando aqui no segundo mandato de parlamentar desta Casa, acho que é pela primeira vez que a gente discute assunto pertinente onde todos os envolvidos vem trazer as suas opiniões e quero cumprimentar o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Guilherme Maluf que preside brilhantemente esta audiência e também a Casa, em nome dele cumprimentar todos os meus amigos Deputados e hoje em especial cumprimentar o Deputado Saturnino Massom, fazendo 35 anos de vida hoje, novo ainda...S/drm

1129au70.drm

O SR. DILMAR DAL BOSCO-...e hoje em especial cumprimentar o Deputado Erai Maggi, fazendo trinta cinco anos vida hoje, novo ainda, está de parabéns hoje abrilhantando este parlamento. (PALMAS)

Quero cumprimentar o Secretário Paulo Taques, toda equipe, Seneri, toda equipe econômica do Estado, através do Secretário Chefe da Casa Civil, Paulo Gasparoto, senhor Hermes, Jonas sempre tem vindo aqui nesta Casa. Quando eu vi aqui OAB, Montenegro, atentamente, OAB é uma das principais entidades que tem debatidos em todos momentos que Assembleia Legislativa, sempre em todos os nossos trabalhos nós convidamos a OAB para participar realmente dos nossos debates.

Eu não poderia ser repetitivo aqui, mas assembleia Legislativa no inicio no dia 02 de novembro nós convidamos a todos os senhores Deputados e Deputada no debate aqui dentro do Colégio de Lideres, fizemos um cronograma porque Assembleia Legislativa queria participar que não fosse uma lei construída pela brilhante Fundação Getulio Vargas, mas também pelo Estado onde nós não teríamos participação.Então, ali nós deliberamos que nós íamos chamar todos os setores a cada dia três, quatros, reuniões para nós debatemos, realmente para produzirmos uma mensagem, um projeto de lei que seja condizente a todo empreendedor do Estado de Mato Grosso.

Eu sou do Estado de Mato Grosso, sou lá de Sinop, o interior do Estado de Mato Grosso 90% é do micro e pequeno empreendedor do Simples, muito talvez não contribui com a carga tributária, mas faz a coisa mais importante, esse Estado que é a geração de emprego dando oportunidade as famílias do interior.

Então, com certeza no dia da apresentação, Sr. Paulo, na CDL muito bem elaborado e muito bem apresentada lá eu estive presente junto com Deputado Oscar Bezerra, com Deputado Sebastião Rezende, o Deputado Oscar Bezerra que é o Presidente da Frente Parlamentar, lá eu também com toda certeza nós também já se posicionamos, eu liguei para Secretário Seneri, que meu posicionamento que não poderia ser alterado o micro e pequeno empreendedor, ao Simples mas carga tributária.

O que sempre nós defendemos que nós não poderíamos aqui dentro deste parlamento construir leis que beneficie mesmo produto de forma diferenciada, nós temos que ter isonomia na tributação, por isso está sendo bem elaborada essa simplificação dessa lei, a isonomia desta lei. Juridicamente quero dar parabéns a todos, a todos, porque uma lei não tem a perfeição, tem a perfeição quando você participar e não joga pedra, quando você participa e da opinião, sugestão,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

para nós produzimos um produto acabado, que de adequado a todos nós, porque nós vamos contribuir aos tributos do Estado de Mato Grosso.

Então, aqui pedir ao CDL Sinop, que trouxesse contabilista Eduardo, para discutir, aí foi um erro nosso, nós que apressamos, lá no início do mês de novembro, aqui no Colégio de Líderes, nós pedimos para fazer as audiência todos os dias, e já determinamos o dia para essa grande reunião. Audiência Pública...s/dmm

1129AU71.dmm

O SR. DILMAR DAL BOSCO -...já determinamos o dia para essa grande reunião. Audiência Pública, este Parlamento tem todo o direito, não importa se tem a minuta ou não, nós já debatemos em vinte e cinco reuniões, nós precisamos trazer a mesma discussão para dentro do Parlamento com todos os nobres Deputados, presidida pelo Presidente da Casa que não podia participar. E aqui brilhantemente demos a oportunidade a todas as federações, à OAB, que brilhantemente fez suas ponderações, suas cinquenta e quatro discipulação sobre o projeto, sobre a propositura apresentada pela Fundação e disso nós construímos algo.

Eu peço perdão em nome do Governo do Estado e nós não podemos alcançar a minuta ideal para vocês no momento certo, mas já está pronta. Aí vem o grande debate, por isso que a Assembleia Legislativa tem um período, por isso que nós participamos de vinte e cinco reuniões.

Então, o Secretário Seneri Paludo, em todos os momentos, pediu, falou para mim, como Líder, para todos os Deputados que desse o prazo de 30 de novembro para ele entregar a minuta. Então, ele esforçou e nós pedimos que fosse antes. Nós queríamos na semana passada, mas não teve como, vieram várias sugestões, mas teve essa dificuldade.

Então, eu vejo que a preocupação, principalmente dos empreendedores do Micro e do Simples, nós temos que ter a qualidade de atendê-los de acordo com a Constituição, artigo 179 que dá o direito realmente de ser tratado diferenciado.

A questão do Decreto 380, no próprio grupo, com a informatização, no *WhatsApp*, alguns questionam sobre o benefício ou alguém ter o crédito. O crédito é de todos os senhores e senhoras que estão aqui, de todos os vinte e quatro Deputados desta Casa, do Governador Pedro Taques que em nenhum momento pôs faca na garganta de ninguém, sempre eu participei com o Governador para que nós segurássemos o Decreto 380 até achar... e isso que ficou combinado lá atrás, até vir realmente uma reforma tributária para que o Estado, nas mãos de todos os senhores pudéssemos produzir um produto ideal para o Estado de Mato Grosso.

Então, eu quero, e hoje na função, Sr. Paulo Gasparoto, de Líder do Governo, eu que sempre nesta Casa, desde 2011 tenho defendido o setor empresarial até porque sou um pequeno empreendedor deste Estado, sempre tenho defendido em vários debates, tanto o Fundo de Erradicação da Pobreza, Fundo de Segurança, Taxa de Combate a Incêndio, Taxa de Segurança e outras taxas que sempre foram colocadas. Isso no Governo anteriores, nós temos debatido isso aí. Eu vejo, hoje, na função de Líder eu tenho que dar as mãos à palmatória, porque pela primeira vez a um Governo do Estado que traz para um grande debate assuntos da sociedade.

Então, eu tenho que dar os parabéns ao Governador Pedro Taques por dar essa oportunidade, mas também sou membro titular da Frente Parlamentar presidida pelo Deputado Oscar Bezerra que nós nos reunimos também. A Frente Parlamentar, mesmo não sendo Líder, participando

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

como membro da Frente Parlamentar, mas também através do Deputado Oscar Bezerra nós sugerimos a nossa deliberação que prorogue, sim, a aprovação dessa lei para que possamos debater, até porque nós temos que trazer aqui os segmentos, as leis segmentadas para que possamos dar condição a quem continua gerando emprego...

...S/NNS

1129au72.nns

O SR. DILMAR DAL BOSCO - ... os segmentos, as leis segmentadas para que possamos dar condição a quem continua gerando emprego, como foi o Deputado Carlos Avalone falou muito bem aqui sobre cada setor, temos problema no setor de informática, atacadista, temos problema do PROMAT, temos PRO Madeira, PRO Turismo e vários outros que temos que atrair empreendedores para o Estado de Mato Grosso.

Diferentemente de quando questionei, várias vezes na tribuna, muitas vezes fazia a Lei o amigo do Rei ao benefício daquele setor ou aquela pessoa, não queremos isso, queremos que isonomia seja igualitária, que possamos dar condição.

Agora, não podemos deixar o nosso Estado não ser atrativo para que possamos desenvolver e crescer ainda mais. Precisamos cuidar disso aqui.

Quero dar os parabéns ao Deputado Carlos Avalone que foi o que mais participou, o que mais esteve presente, até porque tem também um know how e um conhecimento. Defendeu a Casa e cada setores para que produzíssemos...

Acredito, para não alongar muito, que temos sim que fazer essa proposta e consulto o Deputado Oscar Bezerra também, com toda a certeza que é o Presidente a nossa frente, ao Deputado e Presidente desta Comissão, desta Sessão, Guilherme Maluf e também a Paulo Taques que vamos pedir para o Paulo Taques e possamos sair daqui com um Comissão, conversar com o Governador ainda hoje, se possível, para acharmos algum entendimento.

Vejo a grande dificuldade sim. Ontem falei na Reunião, o Secretário Paulo Taques estava lá e o momento é turbulento, temos que ter a consciência e também ter a maturidade de um entendimento ser realmente uma Lei que possa garantir a todos.

Ao Governo do Estado, sua arrecadação que precisa, aqui o Deputado Carlos Avalone falou 2013 tínhamos 4 bilhões e meio para o gasto público com servidores, hoje estamos chegando na faixa de 10 bilhões sem fazer nenhuma alteração para o ano de 2017.

É preciso sim o Governo Federal que tem um déficit 180 bilhões de reais com péssima gestão pública, isso vem fazendo um reflexo e refletir em todos os Estados brasileiros. Hoje, pela primeira vez, temos um Governo Estadual praticamente decretado falência, o Estado do Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro está no mesmo caminho.

Não podemos o poder público abrir falência, basta hoje as condições que cada vez mais atribuem impostos aos empreendedores que estão quebrando a iniciativa privada. Temos que ter a consciência, a tranquilidade, a ponderância para que possamos construir, com toda certeza, o ideal para o Estado de Mato Grosso, para quem gera emprego e por isso que fico defendendo, como membro da Frente, mas também como líder do Governo.

O Governo deu-me autonomia para que falasse em nome do Governo também porque que temos realmente, todas essas 25 reuniões, para que produzíssemos um produto ideal para o Estado de Mato Grosso, para os Srs. e Sr^{as} que geram emprego.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

No mais quero agradecer e pedir ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que a Reunião lá se torne praticamente significante deste grande debate que é mais importante para a sociedade.

Obrigado Presidente. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Obrigado Deputado Dilmar Dal Bosco.

Convido o Deputado Oscar Bezerra, que é Presidente da Frente Parlamentar...

S/ rof

1129au73.rof

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Obrigado Deputado Dilmar.

Convido o Deputado Oscar Bezerra, que é Presidente da Frente Parlamentar do Comércio para fazer uso da fala. Em seguida encerramos a fala dos Deputados, podemos fazer um encaminhamento de uma proposta, mas ainda há na plateia me parece que dois seguimentos que querem se pronunciar e aí encerramos a sessão.

Deputado Oscar Bezerra.

O SR. OSCAR BEZERRA -- Sr. Presidente, colegas Deputados, aos empresário aqui presentes.

Venho fazer algumas considerações, eu gostei muito Sr. Paulo da sua fala, uma visão extraordinária do momento difícil que o país e o nosso Estado esta vivenciando, passando e compartilho da mesma indignação, mas nós precisamos também como parlamentar fazermos muitas vezes alguma reflexão a respeito do tema.

O resumo da minha fala é as pessoas que me antecederam praticamente já colocaram e falaram qual é a deliberação da Frente Parlamentar em defesa do comércio, mas eu vou repetir aqui.

A frente parlamentar requer mais prazo para discussão desse tema importante. (PALMAS) Nós temos já normalmente, me corrijam os advogados, a *vacation*, seis meses para o vigor se nós aprovássemos hoje, portanto o prejuízo teoricamente ao Estado será apenas de seis meses, porque nós vamos no primeiro semestre do ano que vem, incansavelmente debater o tema tributário do Estado de Mato Grosso, para dai sim aprovar matéria que já é consenso com os Deputados e com os empresários de Mato Grosso que a necessidade de aprovação, a reforma tributária, para daí sim em 2018, janeiro, de fato entra em vigor.

Eu acho que não existe esse prejuízo, agora eu queria fazer um resgate aqui ate para se fazer justiça, porque eu ouvi aqui várias pessoas criticando, ponderando que se tivesse a minuta, talvez nós estaríamos aqui indecisos ou sem saber e em todas as reuniões que eu participei, das vinte e duas eu fui em vinte, todas o Secretario Sr. Seneri...S/drm

1129au74.drm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. OSCAR BEZERRA -...em todas as reuniões que eu participei, das vinte duas fui em vinte, todas o Secretário Seneri, falou que até dia trinta estaria entrega a minuta. Portanto, hoje é vinte nove.

Então, só para resgatar a justiça e aí quero enaltecer o trabalho dos Seneri, do Ultimo, do Fábio que participaram em todas as discussões com os segmentos tentando equacionar essa grande questão tributária do Estado de Mato Grosso.

E com toda ressalva que tenho a você, a OAB que foi fundamental nos apontamentos de qualquer erro no texto da lei, eu discordo com o companheiro Toco Palma quando ele pronuncia aqui que teríamos que ter publicado em *Diário Oficial*, esta Audiência Pública.

A Casa tem o seu próprio Regimento e Audiência Pública em nenhum momento precisa ser publicada. A minuto, Sr. Toco, como eu falei agora pouco estava previsto a entrega até dia trinta.

Portanto, estamos aqui tentando equacionar problema e não vai ser... mil desculpa mais uma vez, a Ordem dos Advogados que foram fundamental, não será a OAB que vai pautar Assembleia Legislativa, não será, nós estamos aqui fazendo um trabalho em defesa do comércio e serviço do Estado de Mato Grosso.

Portanto, a discussão é salutar, nós precisávamos ter feito isso aqui, se nós não tivéssemos feito esta reunião está deliberação que estamos fazendo agora ao Governo do Estado e que não queríamos, que não queremos alias, que seja aprovada agora e sim no semestre seguinte, ela não seria possível de nós estarmos fazendo, ou seja. Então, muitas às vezes Paulo. Eu gostaria de pedir a sensibilidade eu tenho certeza que o Governado tem, todas as reuniões ele tem nos apontado essa sensibilidade da preocupação que ele tem sim e não aumentar a carga, mas o fato que na reforma tributária do Estado de Mato Grosso nós todos temos que ter essa consciência, que haverá sim aumento da carga tributária, haverá sim, talvez foi aí o equivoco, talvez foi aí o equivoco, talvez foi aí o equivoco Paulo, em dizer que não haveria, porque final acaba dando um pagamento maior é natural que as pessoas pelo simples fato de está cobrando agora na fase final já tem um aumento, é natural...s/dmm

1129AU75.dmm

O SR. OSCAR BEZERRA -...que as pessoas, pelo simples fato de estar cobrando agora na fase final, já tem um aumento. É natural, porque não tinha o mercado e agora tem!

Então, senhores, o que é que queremos? É debater incansavelmente no primeiro período e é por isso que nós estamos aqui fazendo, em nome da Frente Parlamentar, esse pedido, que prorrogemos e debatemos. Aí a sugestão do Deputado Valdir Barranco que é importantíssima, no interior do Estado de Mato Grosso, em várias cidades importantes deste Estado, esse tema é importantíssima. Agora, uma conscientização o empresário precisa sair daqui, hoje, consciente, de que vai aumentar e vocês irão pagar a conta. Isso é fato, isso é fato e aí nós temos que equacionar a questão, que as leis setoriais, nesse primeiro semestre, é que irão definir se a alíquota será 17% ou se nós conseguiremos jogar para 16%, para 15%, para 14% ou para 13%. É por isso que nós defendemos o debate, porque cada setor vai ter uma lei específica, tratando aí dos incentivos, pró-madeira, pró-leite, pró não sei o quê. Automaticamente se tiver alguém pagando menos, a alíquota, em modo geral, será maior.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Portanto, as leis setoriais precisam, nesses seis meses, serem aí amplamente discutidas, está provisionado no Orçamento 2.2 bilhões para os incentivos. Ou seja, se isso realmente ocorrer nessa totalidade, seria uma alíquota, sem dúvida nenhuma, que ninguém aqui gostaria de pagar. Mas se nós trabalharmos, de repente, essa questão das leis setoriais para ela não atingir um valor tão grande, a alíquota pode ser mais compatível.

E aí eu também queria me referir, é uma pena que os segmentos já foram embora, os funcionários públicos, porque eu pactuo de que a única solução para este País, para este Estado é que essa PEC 241 venha imediatamente a ser repercutida nos estados e nos municípios, porque senão, nós estamos fadados a falência... (PALMAS) E ninguém aqui está desqualificando o servidor público, porque como já foi dito aqui também, importantíssimo são para o Estado de Mato Grosso, mas qual bom seria se o Governo do Estado pudesse fazer igual vocês, empresários, quando o calo aperta você chama dez dos seus servidores e falam assim: infelizmente a situação está ruim e os senhores terão que procurar outro lugar, porque eu estou demitindo. Qual bom seria se o Governo do Estado pudesse fazer isso, mas não pode...

...S/nns

1129au76.nns

O SR. OSCAR BEZERRA - ... Governo do Estado pudesse fazer isso, mas não pode, estabilidade pública.

Portanto amigos, a única maneira que nós como Governo temos, é obviamente através da tributação, cumprir o que a Legislação determina na questão do funcionalismo público e essa PEC 241 vem, pelo menos, dar uma congelada, vem, pelo menos, colocar assim chega de fazer, por exemplo, eu, Deputada Janaina Riva, fico feliz que a Sr^a., de repente, não conseguiu com sua postura independente, não seguiu os caminhos do seu antecessor porque se tem alguma coisa que esse Estado cometeu de equívoco em todas as situações, o seu velho pai estava por trás sempre. As irresponsabilidades na progressão salarial que houve, muitas vezes as negociações saíam em detrimento de vocês que pagam a conta.

Isso ela já falou que não vai aceitar e não vai fazer igual. É o diferencial, muitas vezes, da Deputada, é o diferencial deste Parlamento. Portanto, fica aqui o nosso agradecimento a vocês que vieram hoje aqui e dizer que muitas dessas vão ocorrer se o Governo do Estado for sensível, tenho certeza que será de atender essa prorrogação para o semestre, para julho, de repente, a aprovação desta Lei para o vigor em 2018. (PALMAS)

Obrigado e que Deus os abençoe.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Portanto, gostaria também sou favorável, deixar meu posicionamento, sobre a postergação desta discussão, acho que carece de mais discussão, todos os Deputados foram unânimes em estar defendendo esta proposta de retardar essa Reforma em função da necessidade de ter uma maior discussão e do detalhamento dessas Legislações setoriais.

Gostaria de encaminhar, como somos unânimes, todos os Deputados, uma proposta ao Secretário da Casa Civil que consultasse o Governador, se for possível receber os Deputados e com a Comissão dos segmentos que estão aqui presentes para que pudéssemos estar levando ao Governador esta proposta Secretário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Enquanto o Sr. faz a consulta, eu chamaria essas duas pessoas que estão aguardando a sua fala que é o Júnior Vidot que fala sobre as microempresas. Já abriu mão. José Venceslau Júnior que representa o segmento de material de construção...

S/ rof

1129au77.rof

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) -- ... que representa o seguimento de material de construção.

O SR. JOSÉ VENCESLAU JÚNIOR - Boa tarde a todos.

Agradecer o nosso Deputado Guilherme Maluf pela oportunidade e o nosso incansável Deputado Oscar Bezerra que capitaneou esta frente Parlamentar.

Eu sei que está todo mundo cansado, mas eu não poderia me abster de falar.

Há quinze dias eu estive em Brasília representando o seguimento e material de construção, onde o nosso Presidente Michel Temer estava presente, foi lançado o Cartão Reforma. O Cartão Reforma é um cartão para famílias de baixa renda, até mil e oitocentos reais e este cartão é um benefício de até cinco mil reais. Hoje no Governo Federal vê que a melhor maneira reativar, estartar o Brasil novamente é incentivando a construção civil, contratação imediata de mão de obra e mão de obra mão muito qualificada, onde contratam o pedreiro, o servente, o eletricista e um pintor.

Semana passa eu estive novamente em Brasília, com participação do Presidente Michel Temer no relançamento do Cartão Construcard, que ele estava parado a dois anos e meio e onde o Presidente no uso da fala, elogiou o seguimento da construção civil e deu uma super carga de animo no Cartão Construcard, onde passou o valor limite máximo dele para aporte na construção civil de 3 milhões de reais e ainda podendo financiar este valor em vinte anos.

Eu estou falando isto porque vejo hoje o nosso Estado do Mato Grosso, andando na contra mão da história. O nossos seguimento pagava há alguns anos 17% de imposto como todos os outros seguimentos, no final da gestão Blairo Maggi houve uma negociação, um chamamento do nosso seguimento para baixar a nossa carga tributária que hoje nós pagamos 10.15% e isso foi aprovado onde que nós assinamos em baixo que nós aumentaríamos a arrecadação do Estado e isto de fato aconteceu, com 10.15 nós aumentamos em 30% de arrecadação. Onde se paga menos importo se arrecada mais, nesta proposta que nós estamos ainda hoje...S/lcb

1129au78.lcb

O SR. JOSÉ VENCESLAU JÚNIOR - ...nessa proposta que nós estamos ainda hoje, que é a proposta do achismo, nós não sabemos o que é minuta, estamos falando tudo aqui em achismo. O nosso segmento se passar para uma carga de 12, nós daremos um aumento de 43% de ICMS a mais. Se for a 15 é 98%.

Então, onde eu falo que o Estado de Mato Grosso está indo na contramão da história. Para fomentar primeiro a Construção Civil vai dar emprego de imediato, que grandes projetos demoram anos para serem aprovados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, o segmento de material de construção nós precisamos sim pagar uma carga tributária justa, contribuir com o Estado de Mato Grosso, mas não essa carga que nós nem sabemos. Então, estamos discutindo aqui o achismo.

De 2014 para 2015 houve uma queda na venda do segmento de materiais de construção de 15%. De 2015 para 2016 estamos com 31%, e 22% da loja do Estado já fecharam as portas causando desemprego, os nossos RHs estão sobrecarregados de currículo e, conseqüentemente, estamos pagando menos impostos.

Então, eu quero dizer para vocês que a cada município do Estado de Mato Grosso nós estamos presentes. Tenho uma loja de material de construção.

Então, o nosso segmento ele contribui com o Estado. Nós somos um dos grandes empregadores do Estado, mas do jeito que estão caminhando as coisas, o desemprego vai aumentar. Como eu ouvi outro dia do nosso amigo Paulo Gasparotto falando: Nós levantamos de manhã para ir para as nossas empresas com tristeza. Chegamos da empresa vemos os nossos colaboradores triste, também, aguardando um consumidor entrar.

Agora, vocês imaginam com essa carga tributária sugerida, o achismo que estamos falando aqui. Como que vamos conseguir vender? Como que nós vamos conseguir repassar essa carga de 43 a 98%. O Governo Federal está fazendo a parte dele. Então, vem o cartão reforma. O que vai valer esse cinco mil reais para compra com o aumento de 48 a 98%.

Então, meus nobres Deputados, nós cidadãos do Estado de Mato Grosso também conclamamos junto com todos vocês. Nós não podemos aprovar essa Reforma tributária agora. Temos que discutir com os segmentos...

...s/dmm...

1129au079.cac

O SR. JOSÉ VENCESLAU JÚNIOR - ... Temos que discutir com os segmentos, nós que vivemos em Mato Grosso e que estamos enraizados aqui e não vamos embora. Peça encarecidamente para vocês: vamos jogar essa reforma para o próximo ano.

Muito Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Com a palavra, o Sr. Roberto Peron.

O SR. ROBERTO PERON- Boa tarde a todos!

Segundo os especialistas, quando fica-se mais de duas horas sentado praticamente não consegue mais, não é? Então, quem é microempresário e pequena empresa pode ficar de pé um pouco. Pessoal, quem for de pequena empresa, os microempresários fiquem de pé um pouco, porque essa é a posição de todos os nossos empreendedores do Estado de Mato Grosso, Deputados. São duzentos e oito mil empresas de pequeno e médio porte que lutam diurnamente para sobreviver.

(NESTE MOMENTO OS PARTICIPANTES DA PLATEIA LEVANTAM-SE)

O SR. ROBERTO PERON - Em 2006, quando foi lançada a Lei Complementar nº 123, eu disse a redenção das micro e pequenas empresas vieram. Fui convidado pelo SEBRAE para fazer uma palestra a respeito do tema que estudei, mas como não sou legislador, me pequei, porque tinha no artigo 14, da Lei Complementar nº 123, que o Estado poderia legislar de conta própria também, podia manter a cobrança como estava da questão da antecipação. E essa antecipação foi por terra a questão do pagamento do Simples Nacional para o Estado de Mato Grosso e não só para o Estado de Mato Grosso mas para o Brasil inteiro. Esse não é um privilégio só do Estado de Mato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Grosso. "... E por que o senhor está falando isso, Roberto Peron?" Eu estou falando isso porque são responsáveis por mais de seiscentos mil empregos diretos essa turma. São eles que geram emprego no Estado de Mato Grosso e não são olhados com cuidado, com carinho necessário. Além dessa carga tributária que é atribuída, nós temos um enorme emaranhado de obrigações acessórias a ser feito que de uma hora para outra você tem lá no conta corrente que você está preso porque não sabia que tinha obrigação de fazer, que Simples é esse? Que Simples é esse? Chamaram o povo para se legalizar, não é Sr. Roque? O SEBRAE chamou todo mundo para se legalizar. "Olha, vamos sair da informalidade e vamos aumentar a arrecadação.". Mas de cento e oito mil MEI no Estado de Mato Grosso! Cento e vinte mil/MEI.. .

s/tmr

1129au80.tmr

O SR. ROBERTO PERON- ...o Estado de Mato Grosso, 120 mil/MEI, que é o Micro Empreendedor Individual, que pode faturar até 60 mil reais por mês.

Eu pergunto. Esse pessoal está ganhando dinheiro ou arrumou mais uma atribuição para pagar? Porque agora o CPF dele está sob a vigilância da Receita Federal. Então, simplificar, sim, gente. Criar burocracia, não. Isonomia é importante, precisamos fazer isonomia. Precisamos dar transparência, precisamos fazer uma coisa simples? Precisamos. Precisamos que todos estejam dentro da legalidade? Sim. Eu acho que é isso que defendemos, todo mundo esteja legal, mas dentro da capacidade de cada um.

E dizer aqui, Deputado Oscar Bezerra, que, na realidade, por mais que seja a intenção de tributar o Simples com 50%, com 30%, com 2% a carga do Simples fica diferente do que ela está. Em média 33% a mais. Então, independentemente.

Eu defendo ou você paga uma ponta, ou você paga numa outra ponta. Ou você paga na entrada e mantém-se uma alíquota normal, ou paga-se na saída pelo PGDAS - D. Não há outra forma de manter o Simples simples. Você não pode atribuir mais uma atribuição ao empreendedor que é apuração e a entrada novamente. Esse é um apelo que eu faço.

O Secretário Seneri Paludo sabe muito bem que eu defendo essa parte. Não há problema. Dá para se ajustar alíquota de saída. O Estado tinha um patamar de até um 1 milhão e 800, vai para 3 milhões e 600. A alíquota máxima é 3,91; 3,92, dá para achar o meio termo. Isso pode, a lei permite, a OAB sabe disso, permite.

Eu quero também para concluir dizer assim. Gente, precisamos também que o Estado tenha o Estatuto da Pequena e Micro Empresa. Vamos fazer com que o Estatuto da Micro e Pequena Empresa seja votado o mais rápido possível. É um balizador da lei para as pequenas e médias empresas. É ali que está o que ele pode fazer, o que ele deve fazer e quais são os direitos que ele tem e as obrigações, Secretário Seneri Paludo. É importante o Estatuto da Micro e Pequena Empresa esteja dentro da reforma tributária. Ele não pode estar fora. Faz primeiro, depois faz a outra. Não pode! Vamos colocar dentro.

Então, que Deus nos ajude para que esta reforma tributária seja uma reforma tributária que possa aumentar a base, arrecadar mais para que todos os cidadãos possam ter emprego neste Estado. Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Com a palavra, representando o segmento atacadista...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - Eu quero só colocar o seguinte.

Peron, só para complementar.

O Estado, o Governo tem um posicionamento tão concreto do que você falou que é assim. Traga a proposta da Micro e Pequena Empresa para forçar aqui. Os nossos números com 50% de.../nns

1129au81.lcb

O SR. SENERI PALUDO-...vou reforçar aqui: Nos nossos números com 50% de rebate não tem aumento de carga tributária. Traz o número. É quarenta e oito, é quarenta e cinco, traz esse número para nós. Isso é importante...

O SR. ROBERTO PERON - Vamos levar sim.

O SR. SENERI PALUDO - para o posicionamento do Governador.

Em segundo, eu só queria discordar de um ponto de você. Não precisa esperar Reforma tributária para votar o estatuto do micro e pequeno empreendedor.

O SR. ROBERTO PERON - Vamos votar.

O SR. SENERI PALUDO - Não precisa. Esse é um posicionamento do Estado, está aqui já na Casa de Leis, isso é um grande avanço para o micro e pequeno empreendedor do Estado.

O SR. ROBERTO PERON - Beleza, obrigado, vamos levar sim.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Com a palavra, Sérgio. Gostaria de convidar o Deputado Zeca Viana para compor a Mesa.

O SR. SÉRGIO - Obrigado, Presidente desta Casa, quero agradecer a oportunidade de podermos fazer apenas alguns apontamentos, não vou me alongar muito, agradecendo a presença dos nossos associados, filiados do interior também e o comércio atacadista.

O nosso setor foi aqui amplamente pontuado e gostaria apenas de fazer algumas observações do que se trata realmente o setor atacadista.

O Setor atacadista trata daquele intermediário entre a indústria e o comércio do varejo. Nós estamos dando no meio da cadeia de abastecimento. Não se trata daquele que faz sua tratativa do comércio final, só para se tornar um pouco mais claro porque às vezes as pessoas não conhecem a operacionalidade do setor atacadista tradicional.

Nós ficamos aqui muito alegres, pode-se dizer, Secretário Seneri, quando você abordou a questão das leis setoriais. Não que nós queremos benevolência ou queremos ser diferentes dos demais, não é isso. O problema maior é que o setor do comércio atacadista, o seu principal concorrente é o comércio atacadista dos demais estados.

Mato Grosso não é uma ilha e ela convive com a concorrência dos demais estados, e todos eles. Ao setor do comércio atacadista todos é aplicado com benefício fiscal. E, infelizmente, isso acaba afetando diretamente quem está estabelecido aqui internamente.

Hoje nós temos uma alíquota que é aplicada em 8.1 sob a operação de entrada. Todos conhecem a lei que é atribuída ao nosso segmento. Pois bem, hoje nós temos quarenta mil pontos de trabalhos, quarenta mil postos de trabalhos diretos e indiretos e atendemos apenas 40% do potencial que o Estado tem do mercado do comércio varejista. Existe uma gama enorme que está sendo trabalhada, que está sendo abastecida por setor do comércio atacadista dos estados vizinhos. Para se ter uma ideia apenas um estabelecimento do comércio atacadista de Goiás, um fatura mais do que todas as oitenta empresas do comércio atacadista do Estado de Mato Grosso...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

...s/cac...

1129au82.cac

O SR. SÉRGIO - ... que está sendo trabalhado, que está sendo abastecida pelo setor do comércio atacadista dos Estados vizinhos. E para se ter uma ideia, apenas um estabelecimento do comércio atacadista de Goiás. Um, que fatura mais do que todas as oitenta empresas do comércio atacadista do Estado de Mato Grosso! Isso porque Goiás existe um alíquota de apenas 3% de carga final; Tocantins tem 1% de carga final; Distrito Federal tem 1,5% de carga final e todos eles atribuídos. Nós não temos condições de competir em nenhum Estado vizinho nosso. Noventa e nove por cento de todos os nossos faturamentos são feitos aqui dentro do Estado, trabalhamos cercado. Então, baseado em um dos pilares, que é reforma tributária no quesito isonomia, nós não temos nenhuma espécie de isonomia em relação aos atacadistas de fora. Nós precisamos ampliar a nossa arrecadação e queremos contribuir com o Governo do Estado como sempre contribuimos somos parceiros. O Secretário-Chefe da Casa Civil Paulo Taques sabe muito bem disso.

E uma das nossas propostas é que tenhamos condições de atacar os Estados vizinhos, competir com os Estados vizinhos, aumentar a base da nossa arrecadação que hoje é zero para ampliar e ajudar também o Estado a arrecadar mais. E uma das nossas propostas que colocamos é justamente que seja aceita também essa discussão no quesito das leis setoriais.

Outro item também que eu gostaria de pontuar é com relação ao sete mil itens, não sei se isso foi excluído ou estornado da minuta original 3.3, mas esse é um ponto que eu acho que todos nós defendemos, os nossos tributaristas já comprovaram a sua inconstitucionalidade, principalmente no quesito bebida. O comércio de bebidas esse ano teve 60% de queda no Estado de Mato Grosso por conta de estarmos inseridos em quatro mil itens e com uma base totalmente acima do que o mercado praticava.

Então o que nós queremos é que se cumpra o que já determina a lei por meio do convênio 92/2015, que é simplesmente cobrar o que foi atribuído. E eu não sei também, eu não tenho a minuta, se foi atribuído também a alíquota 35% sobre bebidas. Todos os Estados atribuíram 25%. Ora, se o Estado emitiu agora uma minuta reduzindo o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FECP de 12% para 2%, de repente na reforma aumenta a alíquota para 35%, não tornou sem efeito então a redução do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FECP de 12% para 2% porque tínhamos uma alíquota de 35%, e de 37% passaremos a ter 27%, com a minuta sairíamos agora dos 27% para 35%...

s/tmr

1129au83.tmr

O SR. SÉRGIO - ... a ter 27, com a minuta sairíamos agora dos 27 para 35. Então, não sei se isso foi abordado. Eu estou falando por desconhecimento de causa. Já exclui. Então, esse é um ponto que para nós é muito bem-vindo. Muito obrigado.

Eu quero só de deixar claro que nós aprovamos a necessidade de que seja realizada essa reforma por conta de todo o seu emaranhado de leis, regras e decretos, que realmente dificultam a atuação de qualquer setor empresarial do comércio do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado!
(PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Com a palavra, o Sr. João Carlos Laino, Presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de Mato Grosso - SIMPI/MT.

O SR. JOAO CARLOS LAINO - Boa tarde a todos!

Cumprimento em primeiro lugar com a paz.

Eu estava aqui sentado angustiado esperando o momento desta oportunidade para poder agradecer a todos os empresários aqui se fizeram presentes mostrando a força de sensibilização de todos os segmentos econômicos do Estado que em menos de dois dias conseguiram encher esse Auditório aqui. Então, imagino que isso com mais prazo e com mais antecedência pode aumentar, e muito, o âmbito da contribuição que nós temos para dar e aumentar, e muito, o número dos participantes que poderão contribuir.

Parabéns, especialmente ao CDL, porque, ontem, eu peguei pelo rabo o convite e já fiz a mobilização. E na minha mobilização eu me deparei com a estrutura do CDL pelo interior inteiro fazendo mobilização e disponibilizando estrutura e trazendo gente de todo Estado. O meu respeito ao CDL.

Eu sou Presidente de Sindicato de Micro e Pequenas Empresas de âmbito estadual na área da indústria, do comércio e do serviço.

Eu estava ali angustiado esperando a vez de falar e já imaginando que não teria essa oportunidade. Mas isso não me colocou desanimado em momento algum porque o micro e o pequeno está acostumando com essa briga e com essa dificuldade. É sempre assim. Desde o começo nós oferecemos contribuições a todos os agentes envolvidos nessa discussão. Desde a primeira fase quando aqui se discutiu o Decreto n° 380, mas não conseguimos até hoje sequer uma sugestão contemplada, nenhuma que se pudesse citar. E graças a Deus pela sabedoria divina esse projeto não está pronto hoje aqui. Porque nós tivemos a oportunidade de trazer um pouco de luz na .../nns

1129au84.lcb

O SR. JOÃO CARLOS-...esse projeto não está pronto hoje aqui, porque nós tivemos a oportunidade de trazer um pouco de luz na ignorância política que existe a respeito do funcionamento das empresas, particularmente, as micro e pequenas empresas. Isso não é privilégio desse governo. Isso é uma coisa histórica no nosso País. Ninguém. Nem a Getúlio Vargas conseguiu nos explicar como é que um segmento responsável por 84% dos empregos no Brasil só conseguem gerar 25% do PIB. Eu gostaria dessa explicação.

Então, nós somos acostumados a sobreviver na tática de guerrilha. E foi isso que nós temos que fazer aqui para poder conseguir ser ouvido.

E peço à Mesa e aqueles responsáveis pela discussão que passe a nos convocar, temos contribuições, já fizemos muitas mas infelizmente não vimos nenhuma delas contemplada. Mas quero ir direto ao ponto aqui até para não cansar, porque a Audiência Pública já foi muito.

Não vi no corpo da lei apresentada da proposta de reforma nenhuma menção a micro e pequena empresa, nenhuma. E vi aqui confusão de achar que micro e pequena empresa é só quem tem enquadramento no Simples. Não é verdade. Existe o sub-teto nacional que enquadra micro e pequena empresa com aquela fatura até três milhões e seiscentos que o Estado contemplará a partir de 2017, mas que a União já passou para quatro milhões e oitocentos em 2017.

Então, todos somos. Existe desencontro de números. Ouvi aqui dizer que 75% das micros e pequenas estão enquadradas no Simples. Eu não conheço esse número.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Nós temos 25% das micro e pequenas empresas do Estado apenas enquadrada no Simples. E a grande maioria delas correndo do Simples, fugindo do Simples, porque Simples não é mais Simples. É outro colcha de retalhos, um verdadeiro terror na vida dos empresários. Então, precisa também aí ascender luzes e discutir um pouquinho mais o que é o dia-a-dia de uma empresa e menos a parte técnica, porque temos aqui na parte técnica, SESCOB, OAB, gente com muita competência para fazer essa discussão técnica. O que falta é a discussão da luz sobre o conhecimento do funcionamento. As empresas quando elas fogem do seu ponto de equilíbrio como se anuncia que o Estado está fugindo do seu ponto de equilíbrio ela tem dois caminhos a seguir, talvez três: Reduzir despesas, quando isso é possível, ou aumentar faturamento...
...s/cac...

1129au85.cac

O JOÃO CARLOS - ... reduzir despesas, quando isso é possível, ou aumentar faturamento e às vezes os dois juntos. Só que o aumentar, e aí que eu acho que está o grande nó, o aumentar o faturamento das empresas, é baixando preços e fazendo promoções. E com isso traz clientes para as lojas, para as indústrias e aumenta a base. É com promoção, é com baixar preço, mas o Estado quer aumentar o seu faturamento aumentando o preço do seu produto! Quer dizer, como que nós vamos conseguir aumentando carga tributária e ampliar base? É completamente distante da lógica da economia. (PALMAS)

Então, se queremos pensar em desenvolvimento nós temos que pensar na manutenção das empresas que na verdade é outro conceito que se dissemina errado: não somos nós quem pagamos impostos e isso a sociedade precisa saber. Nós pagamos enquanto consumidor. A sociedade precisa tem que saber que o preço vai subir e vai doer no bolso dela. E informar: “Por que vocês estão reclamando se vocês não pagam?”. É por que a nossa venda vai cair. E se vocês aumentam a carga e a arrecadação não sobe...

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Sr. João, para concluir...

O JOÃO CARLOS - É porque está no limite do poder de pagamento da população e se subir de novo, não vai subir de novo a arrecadação porque o povo não paga mais do que está pagando. Então, eu peço a esta Mesa objetivamente que nós, micro e pequenos esperamos ver contemplados a reforma, os artigo 170, alínea 9, da Constituição Federal e o artigo 179. Queremos também ver contemplados o artigo 350, da Constituição Estadual. Não queremos privilégios, não queremos incentivos, queremos apenas trabalhar e contribuir, queremos apenas manter aberto os postos de arrecadação do Estado, os postos avançados, que somos nós. Sem levar a fama de que somos donos do tributo.

É só isso e eu agradeço. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Obrigado.

Com a palavra, Deputado Zeca Viana.

O SR. ZECA VIANA - Boa tarde senhoras, senhores, Deputados que estão presentes e Secretários.

Primeiramente eu quero pedir as minhas desculpas pelo meu atraso, mas é que eu também estava numa boa causa tentando sobreviver com os meus negócios lá em Primavera do Leste, mas deu tempo...

s/tmr

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

1129au86.tmr

O SR. ZECA VIANA - ...meus negócios lá em Primavera do Leste, mas deu tempo de nós chegarmos aí também.

Eu cheguei um pouco tarde, mas mais ou menos nós temos acompanhado os debates, a preocupação da sociedade, dos segmentos que mantêm este Estado de pé, exatamente, com a transparência da reforma.

Nós estamos próximo de um recesso Parlamentar faltando menos de 20 dias. Eu vejo um momento muito importuno do Governo do Estado em querer nesses últimos minutos ou dias fazer com que nós aprovemos, nós, Parlamentares, que somos realmente os legítimos representantes da nossa sociedade, aprovar uma reforma tributária onde os segmentos e a sociedade não estão a par ou existe divergência.

Eu quero dizer ao Secretário do Governador que a reforma é necessário. Nós sabemos disso, vocês, todos empresários, sabem disso. Mas é necessária uma reforma para nós tirarmos esse emaranhado, essa telha que tem dentro da nossa lei tributária. Mas isso nós trazemos para uma lei mais transparente, mais simplificada não quer dizer aumento de carga tributária. Então, é esse é o cuidado que temos que ter, porque a sociedade mato-grossense não tem mais condições de arcar com qualquer tipo de aumento tributário.

Eu sei da necessidade do Governo, mas sabemos também que somos as galinhas de ovo de outro desse Governo. O Governo, às vezes, se preocupa em aumentar um item ou dois itens lá de uma arrecadação onde causa fechamento de vários postos de trabalho, ou de comércio, e, às vezes, ele não entende direito que o comércio, os empresários, as indústrias são simplesmente entrepostos da SEFAZ. São aqueles cidadãos que arrecadam o dinheiro do contribuinte e repassam para o governo do Estado, e assim consequentemente. Então, qualquer carga, qualquer aumento tributário sem sombra de dúvida vai .../drm

1129au87.drm

O SR. ZECA VIANA -...Então, qualquer carga, qualquer aumento tributário sem sombra de dúvida ele vai causar um dano no bolso do contribuinte, do cidadão mato-grossense, por isso que Assembleia Legislativa tem que estar muito atento se nós somos representante do povo nós neste momento temos que estar ao lado do povo. E cada posto de arrecadação dessa, cada comercio que fecha, é obvio que é uma arrecadação a menos que o Estado tenha a receber.

Eu quero dizer aqui ao Secretario Seneri, que é lamentável Secretário nós estarmos aqui debatendo, já debatemos várias vezes, vi hoje na imprensa que o Governo já fez vinte três reuniões com os segmentos. Ora! Se nós não temos ainda a lei para discutir essas reuniões, esses debate supostamente para ver se nós vamos fazer isso ou fazer aquilo...

O Sr. Seneri Paludo - Posso responder?

O SR. ZECA VIANA - Sim senhor, pode fazer depois eu concluo.

O Sr. Seneri Paludo - Nós apresentamos duas minutas, a minuta 3.3 e a minuta 3.4, fizemos vinte cinco reuniões coletando as repostas em relação a essas minutas. E aí tínhamos pedido para entrega na minuta final já consolidada, até já foi tema de debate no dia trinta, como teve audiência hoje a ultima minuta estamos apresentando hoje, a minuta na verdade ela foi apresentada

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

com duas propostas, escutam as vinte e cinco reuniões proposta em cima dessa duas e agora nós estamos consolidando, nós estamos até adiantado.

O SR ZECA VIANA - Esta muito adiantado, então nós vamos demorar mais esse tempo que vocês estiveram de reunião e nós de debate para aprovar essa minuta que você estão apresentando hoje aí nós vamos ver se ano que vem nós conseguimos aprovar essa reforma de vocês.

Então, Seneri, realmente é isso, apresentaram é obvio que não foi aceito pela sociedade e a sociedade sabe disso, nós temos que ter o equilíbrio entre governo e sociedade, é isso que nós vamos buscar, não sou contra a reforma em hipótese nenhuma, mas também não admito de hipótese nenhuma aumento de carga tributária.

Eu vi inclusive no seu áudio hoje que passava na mídia, que você estava falando quem fatura mais vai pagar mais, tudo bem, mas nós temos uma gama de segmento que não paga nada e a culpa de quem é, não é dos contribuintes que está pagando, a culpa é de um governo ineficientes, um, governo que não tenha capacidade de fiscalizar e fazer com que todos pagam, eu acho que todos nós pagássemos nós poderíamos diminuir nossa carga tributária e iria a aumentar arrecadação do Estado...s/dmm...

1129AU88.dmm

O SR. ZECA VIANA -... diminuir a nossa carga tributária e iria aumentar a arrecadação do Estado. Agora, tem que ser igual para todos. Nós não podemos manter o time de malas pretas que nós temos aqui dentro do Estado, que não paga nada, Vossa Excelência é conhecedor disso, sabe, e onde as pessoas de bem, as pessoas que estão gerando emprego e renda estão perdendo os seus benefícios e perdendo competitividade, onde tem uma tendência, uma onda muito grande de termos fechamento de empresas para ir para outro Estado.

Eu já havia falado contigo, o que nós queremos buscar, está aí o pessoal todo, o Paulo Gasparoto, o pessoal que representa o segmento, nós temos que ter no mínimo uma paridade com os Estados que estão vizinhando conosco, senão vamos causar realmente uma distorção com nossos empresários aqui dentro do Estado e é isso que nós precisamos, Secretário Seneri Paludo. Não interessa se foi quinze, vinte ou dez, o que interessa é que nós sejamos bem claros que mesmo se o empresário tem aqui no Estado de Mato Grosso, tem em Goiás, tem lá em Mato Grosso do Sul, aí nós vamos trabalhar com o Estado com toda segurança e certeza que vamos ter um crescimento enorme no nosso Estado, vamos verticalizar o nosso Estado, dando condições para que os empresários venham para o nosso Estado.

Essa é a preocupação, nós temos que preservar e motivar as pessoas a vir investir em nosso Estado e não causar transtorno e discórdia para que as pessoas saiam e vão para outros estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Com a palavra, o Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Paulo Taques.

O SR. PAULO CESAR ZAMAR TAQUES - Sr. Presidente, a todos que estão aqui, já estamos aqui há cinco horas reunidos e muita gente já teve que sair.

Eu conversei com o Governador e todos sabem que tanto a agenda dos senhores como a nossa é atribulada, é corrida, mas é obvio que o Governador vê este momento como um dos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

momentos mais importantes do nosso Governo até agora. É um dos momentos mais importantes do nosso Governo até agora, eu fiquei muito satisfeito com que eu ouvi aqui até agora, eu pude perceber que há um consenso pelo menos que nós temos que mudar algumas coisas no Estado de Mato Grosso. O que está faltando é acertar, Chico, detalhes. Detalhar.

Então, eu falei com o Governador e ele gostaria de receber todos lá no Palácio, às 15h, para que possamos continuar este debate lá, eu já passei para ele todas as considerações que foram feitas aqui, eu fiz um resumo, e eu gostaria, Presidente Guilherme Maluf...

...S/CAC

1129au089.cac

O SR. PAULO CESAR ZAMAR TAQUES - ... e eu gostaria, Presidente Guilherme Maluf, de que todos pudéssemos ir até lá. Os que não estão aqui, que sejam comunicados por *WhatsApp*, por mensagens, por favor. E ao invés de subirmos com uma comissão, que vamos todos! Porque todos que estão aqui possamos participar dessa reunião lá. Então, teremos o intervalo de uma hora até as 15 horas para dar para comer um salgado, pelo menos.

Eu queria propor isso: às quinze horas continuarmos a reunião com o Governador que já organizou a sua agenda lá. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Portanto, o encaminhamento. E para aqueles que duvidaram de que pudéssemos ter um resultado, mesmo sem ter a minuta, e aí eu elogio o trabalho do Secretário Seneri Paludo e de toda sua equipe.

Eu sei, Secretário, do trabalho que o senhor está tendo para formatar essa última versão. Ontem ficamos até as 22 horas com o Governador, onde tínhamos dezenove Deputados reunidos no palácio e discutindo a minuta também. Acredito que estamos no caminho certo. Todos nós, pelo que vi nessa reunião temos interesse na reforma tributária, temos interesse que o nosso Estado recupere o seu poder de investimento. E sem dúvida nenhuma, também façam o controle da sua folha de pagamento.

Então, foi feito o encaminhamento dessa reunião com o Governador e que seja solicitado ao Governo a possibilidade de deixarmos após as análises, após as discussões, a pauta para apreciação da reforma tributária.

Não havendo mais ninguém inscrito damos por encerrada esta audiência pública e, às 15 horas no Palácio Paiaguás. Todos estão convidados.

Muito obrigado! (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Dircilene Rosa Martins;
- Luciane Carvalho Borges;
- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, DEBATER E SUGERIR
AÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

- Tânia Maria Pita Rocha.
- Nerissa Noujain Salomão Santos;
- Rosilene Ribeiro de França.
- Revisão:

SEM REVISÃO